

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA**  
**PÂMELA EMANUELLE DE MELO E COSTA**  
**JULIÃO**

**DIREITO E LITERATURA:**  
**UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR EM**  
***CAPITÃES DA AREIA*, ROMANCE DE JORGE**  
**AMADO**

Juiz de Fora  
2013

**PÂMELA EMANUELLE DE MELO E COSTA  
JULIÃO**

**DIREITO E LITERATURA:  
UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR EM  
*CAPITÃES DA AREIA*, ROMANCE DE JORGE  
AMADO**

Dissertação apresentada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Mestrado em Letras, Área de Concentração: Literatura Brasileira.  
Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: tradição e ruptura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Moema Rodrigues Brandão Mendes.

Juiz de Fora  
2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF**

Julião, Pâmela Emanuelle de Melo e Costa

Direito e literatura: uma abordagem interdisciplinar em Capitães da areia, romance de Jorge Amado. / Pâmela Emanuelle de Melo e Costa Julião – 2013.  
98 f.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.  
Bibliografia: f. 92-98

1. Amado, Jorge 1912-2001 – Capitães da areia. 2. Análise do discurso.  
I. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. II. Título

CDD 410

## FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIÃO, Pâmela Emanuelle de Melo e Costa. **Direito e Literatura:** uma abordagem interdisciplinar em Capitães da areia, romance de Jorge Amado. Dissertação apresentada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Letras, realizada no 2º semestre de 2013.

## BANCA EXAMINADORA

---

Profª. Drª. Moema Rodrigues Brandão Mendes  
Orientadora

---

Profª. Drª. Maria Andréia de Paula Silva (CES/JF – SMC)

---

Profª. Drª. Verônica Lucy Coutinho Lage (UFJF)

Examinado(a) em: 20/08/2013.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai, Valdemiro, por ter sido meu esteio na concretização deste mestrado.

À minha mãe, Fúlvia, e às minhas irmãs, Stéphanie e Louise, que sempre me impulsionaram em meus projetos, não se fazendo ausentes na torcida durante esta pesquisa.

Ao meu marido, Julião Júnior, por ter me apoiado na escolha deste mestrado, vibrando com as minhas incipientes vitórias, bem como pela calma e pela consideração nos momentos de ansiedade, inevitáveis na conclusão de um trabalho como este.

Aos colegas de mestrado, que compartilharam desde o nervosismo da seleção para o curso até os triunfos que foram conquistados ao longo desta jornada.

Aos meus professores, que, com a maestria que lhes pertence, desvelaram não apenas escritos e histórias, mas um novo horizonte em minha vida.

À minha querida orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Moema Rodrigues Brandão Mendes, que, com suas pinceladas críticas, tanto acrescentou a este trabalho, tornando-se não só mentora, mas uma amiga.

A sensibilidade de um escritor, a sua capacidade de enxergar o mundo e pinçar nos seus movimentos a complexidade dos seres que o habitam realizam-se na articulação verbal. Nesse mundo de palavras, nessa combinatória de signos, o leitor vai se alfabetizar, vai ler o mundo e decifrar a sua existência.  
Beth Brait.

## RESUMO

JULIÃO, Pâmela Emanuelle de Melo e Costa. **Direito e Literatura**: uma abordagem interdisciplinar em *Capitães da areia*, romance de Jorge Amado. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

Esta dissertação investiga a relação Direito e Literatura, elegendo a obra **Capitães da areia** (1937), de Jorge Amado, como objeto de análise, a fim de abordar a questão da infância abandonada e excluída, face à legislação vigente na época em que foi publicada a obra amadiana, o Código de Menores de 1926, em paralelo à lei de proteção atual, qual seja o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Os estudos sobre a interdisciplinaridade entre esses dois campos do saber concentram-se em pesquisar o Direito como narrativa - verificando os aspectos discursivos de textos jurídicos - ou o Direito na Literatura. O presente trabalho enfoca esta última corrente, que busca identificar como as obras literárias acomodam a compreensão de um sistema jurídico vigente em certa época. Apoiando-se, assim, na premissa de que a Literatura proporciona um vislumbre de certo meio social, que, por sua vez, é o substrato para o desenvolvimento do Direito, que visa à ordenação da sociedade. **Capitães da areia**, ao abordar como tema as crianças de rua - abandonadas, órfãs ou abusadas - denuncia a marginalização e a repressão sofridas por elas, apresentando, ainda, ao leitor o contexto social da cidade de Salvador do início do século XX. O romance fornece, portanto, subsídios para que se investiguem as raízes legais dos mecanismos de controle da delinquência juvenil usados à época, possibilitando, igualmente, um diálogo com o texto legal hodierno - o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como embasamento teórico literário-sociológico, priorizam-se os estudos desenvolvidos por Antonio Candido, Massaud Moisés, Marisa Lajolo, Lucien Goldmann, Georg Lukács. Em relação à interdisciplinaridade entre Direito e Literatura, esta pesquisa baseou-se nas análises empreendidas por André Karam Trindade, Roberta Magalhães Gubert e Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy.

**Palavras-chave:** Literatura. Direito. Interdisciplinaridade. Jorge Amado - *Capitães da areia*.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between Law and Literature, electing the book **Capitães da areia** (1937), by Jorge Amado, as the object of analysis in order to address the issue of abandoned and excluded children under the legislation from the time it was published, the Código de Menores from 1926, in parallel to the current protection law, namely Estatuto da Criança e do Adolescente, from 1990. Studies on interdisciplinarity between these two fields of knowledge are concentrated in researching Law as a narrative - checking the discursive aspects of legal texts - or Law in Literature. This work focuses on the latter, which is designed to identify how literary works accommodate the understanding of a legal system from a certain historic period. Thus, it relies on the premise that Literature provides a glimpse of a certain social environment, which in turn is the substrate for the development of Law, which aims at ordering the society. **Capitães da areia**, while addressing as its theme street children - abandoned, orphaned or abused - denounces the marginalization and repression suffered by them, also presenting to the reader the social context of Salvador city in the early twentieth century. Thus, the novel provides subsidies to investigate the legal basis of juvenile delinquency control mechanisms used at that time, also allowing a dialogue with today's legal text - the Estatuto da Criança e do Adolescente. As literary-sociological theoretical background, this work prioritizes the studies conducted by Antonio Candido, Massaud Moisés, Marisa Lajolo, Lucien Goldmann and Georg Lukács. Regarding interdisciplinarity between Law and Literature, this research is based on the analysis undertaken by André Karam Trindade, Roberta Magalhães Gubert and Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy.

**Keywords:** Literature. Law. Interdisciplinarity. Jorge Amado - Capitães da areia.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 JORGE AMADO: “PURA DANÇA E SEXO E GLÓRIA, QUE PAIRA PARA ALÉM DA HISTÓRIA”</b> .....	13
2.1 ENTRE AS LINHAS AMADIANAS .....	17
2.1.1 Bem-amado, mal-amado Jorge .....	21
2.2 A GERAÇÃO DE 1930: LITERATURA EM TEMPO DE REVOLUÇÃO .....	31
<b>3 NA AREIA COM OS “CAPITÃES”: UMA LEITURA DO ROMANCE</b> .....	38
<b>4 DIREITO E LITERATURA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL</b> .....	60
4.1 ARQUITETANDO PONTES .....	60
4.2 DIREITO NA LITERATURA: REFORÇANDO PILARES .....	66
4.3 CAPITANEANDO OS MARES LEGISLATIVOS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO PAÍS .....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92

## APRESENTAÇÃO

Formada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2007, não exerci a advocacia, sendo, atualmente, servidora do quadro administrativo desta universidade. A área das Letras sempre me inspirou curiosidade. Em 2011, impulsionada também pelo entusiasmo de alguns colegas de serviço, optei por concorrer a uma vaga no Programa de Mestrado em Letras oferecido pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

Ao elaborar uma proposta de pesquisa a ser submetida ao Programa, busquei relacionar minha formação acadêmica com a Literatura Brasileira, iniciando, por conseguinte, uma pesquisa sobre a interdisciplinaridade entre Literatura e Direito, a qual desencadeou a presente dissertação.

Realizando a investigação sobre a relação Direito-Literatura, deparei-me com juristas estrangeiros e brasileiros que, contrários ao comodismo que afasta uma maior compreensão sobre o aspecto social do Direito, produziram trabalhos, principalmente de cunho deontológico, de grande relevo para as ciências jurídicas. Propus-me, então, a aproximar esses argumentos ao estudo literário, elegendo Jorge Amado como o substrato para a minha pesquisa, tendo nele identificado, talvez, a mesma indisposição que sentia para com o Direito: também de formação jurídica, Amado jamais exerceu a profissão. Além disso, Amado é daqueles escritores que envolvem e viram do avesso, o que me pareceu conveniente e acertado para o estudo que iniciaria. A escolha por **Capitães da areia** veio, posteriormente, com a leitura do romance para um trabalho acadêmico voltado à disciplina Narrativa Brasileira: tradição e ruptura. Vi, ali, a possibilidade de averiguar não só a época de escrita do romance, mas também a atualidade, pois o problema da delinquência juvenil, retratado na obra de 1937, mostra-se ainda tão presente e polêmico.

Em 2012, comemorou-se o centenário de nascimento de Jorge Amado, tendo sido realizados vários eventos no Brasil e no exterior em homenagem ao literato. Em agosto desse, a Fundação Casa de Jorge Amado realizou o Curso Jorge Amado 2012 – II Colóquio de Literatura Brasileira, no qual apresentei o trabalho **Capitães da areia: navegando mares legislativos sobre a criança e o adolescente no país**. Em outubro do mesmo ano, a Universidad de Salamanca, na Espanha, realizou o simpósio Jorge Amado en su centenario, no qual apresentei o trabalho **Direito e**

**Literatura:** uma abordagem interdisciplinar em *Capitães da areia*, romance de Jorge Amado, que foi publicado no livro **Jorge Amado**: relectura em su centenario.

Entre os dias 6 e 9 de agosto de 2013, realizou-se na cidade de Viçosa, Minas Gerais, o II Simpósio Internacional de Literatura, Cultura e Sociedade, promovido pela Universidade Federal de Viçosa em parceria com a Universidade de Coimbra, no qual apresentei a comunicação **Direito e Literatura**: um diálogo possível.

Esta pesquisa revelou-se profundamente gratificante e estimulante, permitindo-me crescimento tanto pessoal – ao descortinar novas leituras e me defrontar com outras perspectivas de análise sobre valores estético-literários e sociais – quanto profissional – colocando-me à prova em outra área de conhecimento, apontando-me mais um horizonte.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a relação Direito e Literatura, com ênfase na corrente que estuda o Direito na Literatura, isto é, como se pode vislumbrá-lo através de um texto literário. Para tanto, elegeu-se a obra **Capitães da areia** (1937), romance de Jorge Amado, na qual o escritor delata as desigualdades sociais e, principalmente, aponta um sistema opressor que discriminava e marginalizava crianças e adolescentes que viviam nas ruas de Salvador.

A denúncia social empreendida pelo escritor baiano, demonstrando as condições de vida desses meninos de rua e o posicionamento das autoridades frente aos problemas advindos da marginalização e delinquência juvenil, confere meios para que se analise a legislação da época voltada à assistência e à proteção de crianças e adolescentes, o Código de Menores de 1926. Outrossim, o diálogo interdisciplinar entre o romance amadiano e o texto legal citado cria campo para uma crítica cultural e social expressiva. Transcendendo limites cronológicos, **Capitães da areia** possibilita, ainda, a realização de um paralelo com a legislação atual vigente no país, qual seja o Estatuto da Criança e do Adolescente - que será referido, em linhas ulteriores, através da sigla ECA.

Setenta e seis anos depois da publicação do romance, percebe-se, ainda, que o problema da infância e da juventude retratado na obra quase não se alterou com o transcorrer de décadas. A repressão não conseguiu modificar o estado de abandono no qual se encontravam as crianças e os adolescentes em conflito com a lei: de oprimidos passaram a oprimidos-excluídos. A situação atual agrava-se com o uso e tráfico de drogas e a prostituição infantil intensos.

A Literatura é material de pesquisa para diversas áreas das ciências humanas, pois apresenta ao leitor o contexto social vivido e entendido pelo autor, descrevendo seu tempo, os valores, as condutas e práticas reconhecidos pela coletividade, evidenciando épocas e instituições. Sendo os alicerces do Direito fundamentados numa realidade coletiva, voltados à ordenação da sociedade, é ele fato irrevogável do meio social. A investigação de obras literárias proporciona a compreensão do aparato jurídico vigente em certa época e suscita questões principalmente de cunho ético atemporais.

A vida apresenta nuances que as normas e os operadores do Direito, muitas vezes, não alcançam, devido a fatores como o tecnicismo jurídico, a própria

impossibilidade de se prever e transcrever todos os pormenores que envolvem pessoas e fatos e, ainda, a falta de compromisso ético e social.

O caráter inovador, criativo, crítico e disruptor da Literatura provoca uma releitura do certo e do errado, do justo e do injusto e de tantos outros paradigmas sociais, dissolvendo certezas e rompendo com convenções. Dentre as ciências humanas, é ela umas das principais formas de resgatar a integralidade do ser humano, suas necessidades, seus sentimentos e emoções. Através dela é possível valorar e criticar as insuficiências e defeitos do Direito face às opressões sociais mais diversas.

Existe uma íntima relação histórica entre a produção jurídica e a literária, já que grande parte de nossos escritores tem formação jurídica, como é o caso de Jorge Amado; entretanto, o estudo interdisciplinar ainda é pouco comum no Brasil.

Em sua estrutura, esta dissertação, após a Introdução, apresentará, na seção 2, um panorama da vida e da produção literária de Jorge Amado, englobando uma breve biografia do escritor e as críticas empreendidas pelos estudiosos Ana Maria Machado, Álvaro Cardoso Gomes, Eduardo de Assis Duarte, Fábio Lucas, Roberto Damatta, Luciano Rodrigues Lima, Alfredo Bosi e Ívia Alves acerca de sua obra.

Na terceira seção, apresentar-se-á o livro ora estudado, **Capitães da areia**, realizando-se uma leitura do romance em relação à sua temática, personagens principais, linguagem, espaço e tempo.

Na quarta seção deste trabalho, será examinado o diálogo entre os textos literário e jurídico, abordando, inicialmente, os estudos relacionados à interdisciplinaridade entre Direito e Literatura, a fim de explicitar os pontos de convergência e divergência entre eles. Nessa senda, a pesquisa se baseará nas análises empreendidas por Germano Schwartz, André Karam Trindade, Roberta Magalhães Gubert e Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. Ainda argumentos dos teóricos Antonio Candido, Massaud Moisés, Marisa Lajolo, Lucien Goldmann, Georg Lukács, Mikhail Bakhtin e Roland Barthes serão destacados de forma a endossar a interdisciplinaridade investigada.

Posteriormente, na quarta seção, traçar-se-á um panorama histórico e social sobre a infância pobre e abandonada no país, de maneira a contextualizar a legislação sobre a criança e o adolescente, mormente o Código de Menores de 1926 e o ECA, operando-se o confronto com a obra em análise, **Capitães da areia**.

Informa-se, desde este primeiro momento de contato com o texto, que o uso

de maiúscula iniciando as palavras Direito e Literatura será adotado pela pesquisadora como regra em todo o desenvolvimento da dissertação, exceto nas citações diretas, em que será preservada a grafia original.

## 2 JORGE AMADO: “PURA DANÇA E SEXO E GLÓRIA, QUE PAIRA PARA ALÉM DA HISTÓRIA”<sup>1</sup>

Jorge Leal Amado de Faria, Jorge Amado, foi o escritor brasileiro, até recentemente, mais publicado - seus livros foram lançados em cinquenta e dois países e traduzidos para quarenta e oito idiomas e dialetos, desde o inglês, espanhol e francês ao esperanto, mongol e vietnamita, entre outros. Cumpre esclarecer que, com relação ao número de idiomas para os quais sua obra foi traduzida, há divergência entre dados disponibilizados nos sites da Academia Brasileira de Letras<sup>2</sup> e da Fundação Casa de Jorge Amado<sup>3</sup>, que, por seu turno, informa ter havido traduções em quarenta e nove idiomas diferentes, existindo exemplares em braile e formato audiolivro.

As obras amadianas inspiraram produções cinematográficas, teatrais, para o rádio, televisão e também histórias em quadrinhos, tanto no Brasil como em Portugal, França, Argentina, Suécia, Alemanha, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Itália e Estados Unidos.

Amado foi um literato premiado<sup>4</sup> nacional e internacionalmente, tendo recebido, inclusive, títulos de Comendador e de Grande Oficial nas ordens da Venezuela (Condecoração da Ordem Andrés Bello, 1977), da França (Comendador de L'Ordre des Arts et des Lettres, 1979; Commandeur de La Légion D'Honneur, Ordre National de La légion D'Honneur, 1983), de Cuba (Ordem Carlos Manuel de Céspedes, Conselho do Estado da República de Cuba, 1988), de Portugal (Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada, 1980; Grande Oficial da Ordem do Infante Don Henrique, 1986), do Chile (Ordem Bernardo O'Higgins, outorgada pelo governo Chileno, 1993) e da Argentina (Comendador da Ordem de Maio, outorgada pelo Governo Argentino através do Embaixador José Manuel de La Sota, 1992). O título de *Doutor Honoris Causa* foi concedido por mais de dez universidades, tanto no

<sup>1</sup> Verso retirado da canção **Milagres do povo**, composta por Caetano Veloso, para a trilha sonora da minissérie **Tenda dos milagres**, transmitida em 1985 pela Rede Globo e inspirada no romance homônimo de Jorge Amado.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=718&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.jorgeamado.org.br/?page\\_id=75](http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

<sup>4</sup> Conforme informações fornecidas pela Academia Brasileira de Letras e atribuídas à divisão de pesquisa e documentação da Fundação Casa de Jorge Amado, o escritor foi agraciado, nacional e internacionalmente, com mais de trinta prêmios. Para mais detalhes, consultar o sítio virtual da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=727&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

Brasil (Universidade Federal da Bahia, 1980; Universidade Federal do Ceará, 1981; Universidade do Sudoeste, Jéqueie-Ba, 1992; Universidade de Brasília, 1999) como na Itália (Universidade Dagli Studi de Bari, 1990; Universidade de Pádua, 1995; Universidade de Bolonha, 1998), na França (Universidade Lumière Lyon II, 1987; Universidade de Paris III-Sorbonne, 1998), em Portugal (Universidade Moderna de Lisboa, 1998) e em Israel (Universidade de Israel, 1990).

Nascido em 10 de agosto de 1912, na Fazenda Auricídia, distrito de Ferradas, município de Itabuna, no sul do Estado da Bahia, Jorge Amado foi, no ano seguinte, para Ilhéus. Era filho de Eulália Leal Amado e do comerciante sergipano, que se tornou fazendeiro de cacau, João Amado de Faria, morto em uma tocaia.

Fez o curso primário em Ilhéus e o secundário com os jesuítas em Salvador e no Rio de Janeiro. Em Salvador, seu talento como escritor despontou através da criação dos jornais *A Folha* (1925) e *A Pátria* (1925). Ingressou como repórter no *Diário da Bahia* (1927-1929), época em que também escrevia para o jornal *O Imparcial* (1927-1943) e para a revista literária baiana *A Luva* (1927-1928). Acrescenta-se que colaborou para periódicos ao longo de sua vida, cooperando em publicações também no exterior como o jornal *La Crítica* (Argentina, 1941), a revista *Sud* (Argentina, 1941), o *Jornal de Letras* (Portugal, [19--]) e a revista *ABC* (Espanha, [19--]).<sup>5</sup>

Por volta do ano de 1928, criou a efêmera Academia dos Rebeldes, grupo que contribuiu para a renovação das letras baianas, ainda apoiada no conservadorismo. Ao seu lado, estavam, entre outros, os escritores Pinheiro Viegas (1865-1937), Sosígenes Costa (1901-1968), Clóvis Amorim (1912-1970), José Severiano da Costa Andrade (1906-1974), Áydano Ferraz (1914-1985), Walter da Silveira (1915-1970), João Alves Ribeiro (1909-1978) e Édison Carneiro (1912-1972).<sup>6</sup>

Em 1930, estreou na Literatura com a publicação, em colaboração com Dias da Costa (1907-1979) e Édison Carneiro (1912-1972), da novela **Lenita**. Seu primeiro romance, **O país do carnaval**, foi publicado em 1931.

---

<sup>5</sup> Dados obtidos do sítio virtual da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=727&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011. Oportunamente, esclarece-se que a Academia Brasileira de Letras não detalha o tipo de atividade desempenhada por Jorge Amado – se jornalística ou literária - junto a esses periódicos.

<sup>6</sup> Assim informa Soares (2005), em sua dissertação intitulada **Academia dos rebeldes: modernismo à moda baiana**.

Aprovado em 1931 na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, Amado concluiu a graduação em 1935, porém, jamais exerceu a advocacia. Em 1932, por influência de Rachel de Queiroz (1910-2003), envolveu-se com o comunismo e, em razão de sua militância política, viveu episódios de prisão e exílio. O engajamento do escritor no comunismo será retomado à página 35 desta pesquisa.

Amado, enveredando mais pelos campos políticos, em 1945, candidatou-se a deputado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido eleito pelo Estado de São Paulo. Participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, sendo responsável por vários artigos da Constituição daquele ano, inclusive o que estatua a liberdade de culto religioso. Teve o mandato suspenso após dois anos por alegação de ilegalidade do partido.

Em 1945, casou-se com Zélia Gattai, com quem viveu até o fim da vida. No ano seguinte, nasceu seu filho João Jorge e, em 1951, sua filha Paloma. Em 1961, Jorge Amado foi eleito pela Academia Brasileira de Letras para ocupar a cadeira 23, cujo patrono é José de Alencar.

Foi membro correspondente da Academia de Ciências e Letras da República Democrática da Alemanha, da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Paulista de Letras e membro especial da Academia de Letras da Bahia. Orgulhava-se do título de Obá, posto que exercia no Ilê Axé Opô Afonjá<sup>7</sup>, na Bahia.

Amado faleceu no dia 06 de agosto de 2001, em Salvador, aos oitenta e oito anos de idade. Sua morte evidenciou a popularidade do escritor. Seu funeral foi acompanhado tanto por políticos e artistas quanto pelas massas populares. Notícias da época remontam a comoção daquele momento:

*O GLOBO*

*08.08.2001*

A Bahia se une na despedida a Jorge Amado

*Waldomiro Júnior*

SALVADOR. Cada canto da Bahia chorou ontem a morte de Jorge Amado. Nas ruas de Salvador, estudantes se pintaram de preto e a tristeza tomou conta das baianas de acarajé. Mais de três mil pessoas foram ao Palácio da Aclamação para o velório do escritor, que reuniu artistas, políticos e intelectuais. A despedida foi marcada pelo sincretismo religioso, tantas vezes descrito nas obras de Jorge Amado, que pôs lado a lado o mais popular sacerdote da cidade, monsenhor Gaspar Sadock, e as mães-de-santo da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

---

<sup>7</sup> Consoante explica Santos (2009), Obá é título honorífico masculino concedido no Ilê Axé Opô Afonjá, importante terreiro de candomblé de Salvador.

O GLOBO  
07.08.2001

As cores das plantações de cacau, a fé dos terreiros de candomblé, o suor dos trabalhadores do cais. Com a morte de Jorge Amado, o país perde o escritor que redescobriu a Bahia e apresentou-a ao mundo através da sensualidade de personagens como Gabriela, Teresa Batista e Dona Flor.

[...]

“O Brasil perde um de seus maiores intérpretes”, disse, à noite, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em nota emocionada. “Os personagens que criou se tornaram tão ou mais conhecidos e reais do que seu autor. Que maior glória pode ter um escritor? A língua de Jorge Amado é um português que seduz todos os cinco sentidos, cheio de cores, sons, perfumes, sabores e texturas”.<sup>8</sup>

Suas obras<sup>9</sup>: **O país do carnaval** (romance, 1931); **Cacau** (romance, 1933); **Suor** (romance, 1934); **Jubiabá** (romance, 1935); **Mar morto** (romance, 1936); **Capitães da areia** (romance, 1937); **A estrada do mar** (poesia, 1938); **ABC de Castro Alves** (biografia, 1941); **O cavaleiro da esperança** (biografia, 1942); **Terras do sem fim** (romance, 1943); **São Jorge dos Ilhéus** (romance, 1944); **Bahia de todos os santos** (guia turístico, 1945); **Seara vermelha** (romance, 1946); **O amor do soldado** (peça teatral, 1947); **O mundo da paz** (guia de viagens, 1951); **Os subterrâneos da liberdade** (romance, 1954); **Gabriela, cravo e canela** (romance, 1958); **A morte e a morte de Quincas Berro d'água** (romance, 1961); **Os velhos marinheiros** (romance, 1961); **Os pastores da noite** (romance, 1964); **Dona Flor e seus dois maridos** (romance, 1966); **Tenda dos milagres** (romance, 1969); **Teresa Batista cansada de guerra** (romance, 1972); **O gato Malhado e a andorinha Sinhá** (literatura infantil, 1976); **Tieta do agreste** (romance, 1977); **Farda, fardão, camisola de dormir** (romance, 1979); **Do recente milagre dos pássaros** (conto, 1979)<sup>10</sup>; **O menino grapiúna** (memórias, 1982); **A bola e o goleiro** (literatura infantil, 1984); **Tocaia grande** (romance, 1984); **O sumiço da santa** (romance, 1988); **Navegação de cabotagem** (memórias, 1992); **A descoberta da América pelos a turcos** (romance, 1994); **O milagre dos pássaros** (romance, 1997); **Hora da guerra** (crônicas, 2008).

<sup>8</sup> NOTÍCIAS. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=3944&sid=465>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

<sup>9</sup> Enumeração de obras apresentada pela Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=721&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

<sup>10</sup> Com relação à obra **Do recente milagre dos pássaros**, destaca-se que a Academia Brasileira de Letras a apresenta como conto, não havendo menção da obra pela Fundação Casa de Jorge Amado.

A produção intensa de um homem com olhar voltado às mazelas sociais chamou a atenção do público e da crítica, a que, neste momento, volta-se esta pesquisa.

## 2.1 ENTRE AS LINHAS AMADIANAS

Não pretende, esta pesquisa, exaurir análise sobre a vasta obra amadiana. Empreender-se-á, desse modo, apontamentos sobre livros considerados pela crítica como aqueles que se destacam na produção literária do escritor, revelando inovações e características amadianas.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Jorge Amado evidenciou as temáticas abordadas ao longo de sua produção literária; temáticas que, como salienta Machado (2006), foram vividas por ele e nele se impregnaram, conforme bem salientado pelo próprio escritor nas seguintes linhas:

Eu vinha de uma infância nas terras bravias do cacau, assistira ao drama da conquista da selva, ouvira a voz dos advogados nos júris dos coronéis de toda audácia, ainda infante fora banhado pelo sangue de meu pai ferido numa tocaia. Traduzia dentro de mim os ecos da grande epopeia e também os lamentos lancinantes dos trabalhadores curvados nas rocas, numa vida de bestas de carga. Os anos de adolescência na liberdade das ruas da cidade do Salvador da Bahia, misturado ao povo do cais, dos mercados e feiras, nas rodas de capoeira e nas festas dos candomblés e no átrio das igrejas centenárias, foram minha melhor universidade, deram-me o pão da poesia, que vem do conhecimento das dores e das alegrias de nossa gente.<sup>11</sup>

Gomes (1981) acentua que determinadas características comuns são percebidas em toda a produção amadiana e certos temas são, vez e outra, retomados. O estudioso, por isso, desobrigando-se de uma cronologia, classifica a obra pelos temas abordados, propondo, assim, a seguinte divisão:

1. Romance de ideias: para operar tal categorização, Gomes (1981) vale-se de uma comparação entre os romances **O país do carnaval**, de 1931, e **Farda, fardão, camisola de dormir**, de 1979. Evidenciando a distância cronológica, bem como a problemática das obras – o primeiro trata de uma nação em transição entre a República Velha e o novo governo, indefinida e alienada da realidade; o segundo

---

<sup>11</sup> DISCURSO de Posse. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=723&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

passa-se no Estado Novo e narra as manobras para eleição de um novo membro para a Academia Brasileira de Letras -, o estudioso afirma que ambos lançam ideias para a busca de um caminho ou de uma solução.

2. Romance proletário: dentro dessa categoria, Gomes (1981) cita **Cacau, Suor, Jubiabá e Capitães da areia**. Segundo ele, a temática envolvendo conflitos sociais é mais bem desenvolvida nas duas últimas obras, em que a tomada de consciência do herói, rascunhada em **Cacau**, recebe em **Jubiabá** sua melhor configuração: “[...] parece que o personagem só se encontra [...] no instante em que deixa de servir a si mesmo e começa a servir às massas”. (GOMES, 1981, p. 120).

3. Ideias literárias e relatos épicos: nas palavras de Gomes (1981, p. 120), **ABC de Castro Alves** é “[...] verdadeiro oásis dentro da trajetória de Jorge Amado”, uma vez que o escritor nem sempre expôs em um livro com tanta transparência suas opiniões sobre a Literatura. Nesse livro, Amado “[...] defende uma literatura ligada ao povo e à terra, torcendo o nariz para a ficção de cunho intimista ou introvertido”. (GOMES, 1981, p. 120). Em referência aos relatos épicos, Gomes (1981) enaltece os escritos que abordam tal temática, afirmando serem eles o que há de melhor em Amado.<sup>12</sup> Cita, para tanto, o livro **Terras do sem fim**, no qual afirma haver um abandono do pieguismo lírico<sup>13</sup>, um autor mais contido e imparcial, um verdadeiro retrato da realidade brasileira em crise, quando as oligarquias detinham o poder e o comando político. Ainda dentro dos romances épicos, Gomes (1981, p. 121) faz alusão à obra **São Jorge dos Ilhéus**, que, juntamente com **Terras do sem fim**, representa o programa amadiano, “[...] através da eliminação do herói individual e da compreensão de que os problemas são o resultado da luta de classes”.

4. Crônica de costumes: para Gomes (1981, p. 121), **Gabriela, cravo e canela** é o divisor de águas na obra amadiana, pois “[...] ainda impregnado do tom épico da luta política, o romance introduz um símbolo (que será retomado mais adiante com exaustão), Gabriela, que representa o povo em toda sua ânsia de liberdade e de vida”. Abandonando a ficção engajada, as linhas de Amado

---

<sup>12</sup> Nesse mesmo sentido, Bosi (2010, p. 434) afirma: “[...] alguns afrescos da região do cacau, certamente suas invenções mais felizes, que animam de tom épico as lutas entre coronéis e exportadores”.

<sup>13</sup> Gomes (1981), embora não defina o que seja “pieguismo lírico”, permite entender que este se constituiria no melodrama, no exagero da exposição de sentimentos tanto do narrador quanto dos personagens.

carregam-se de lirismo para mostrar casos pitorescos e característicos das cidades baianas.

Gomes (1998, p. 26-29) afirma que a obra amadiana abrange múltiplas direções, partindo do regionalismo e da denúncia social, chegando à crônica de costumes mediante diferentes estágios:

A rigor, a obra de Jorge Amado pode ser dividida em duas partes, e o divisor de águas é seu romance mais célebre, traduzido para várias línguas, **Gabriela, cravo e canela**, de 1958. Em seus primeiros romances, **Cacau** (1933), **Jubiabá** (1935), **Capitães da areia** (1937), **Terras do sem fim** (1942) etc., o escritor trata do problema de luta de classes, dos grandes latifúndios, dos povoados que cresceram com a exploração do cacau. Às vezes, o cenário rural é substituído pelo citadino, como ocorre em **Suor** (1934) e **Capitães da areia**. [...] Na segunda fase de sua carreira, Jorge Amado passa a escrever o que se poderia chamar de “crônica de costumes”. [...] Jorge Amado fixa o seu olhar na cidade e registra os tipos sociais, procurando humoristicamente chamar a atenção para os hábitos e costumes, para os casos picantes do povo baiano.

Quanto à primeira fase de produção amadiana, o crítico literário Lucas (1997) afirma que foi com **Jubiabá** que se clarificou a dialética dos oprimidos. A partir dela, “Toda a sua obra guarda a mesma predisposição: a de incluir os excluídos sociais”. (LUCAS, 1997, p. 113).

Ainda sobre essa primeira fase, para o antropólogo Damatta (1997), havia a escrita de uma coletividade dividida entre fortes e fracos, exploradores e explorados, Norte e Sul, sertão e litoral, mundo rural e urbano, modernidade e tradicionalismo, feudalismo e capitalismo, alienação e consciência política que obviamente se expressa pelas diretrizes do Partido Comunista. Acentua Damatta (1997, p. 125-126) que os heróis, nessa fase inicial, não possuíam vida própria e não se moviam num espaço de liberdade ou ambiguidade, conforme citação:

[...] sendo títeres do autor, eles percorrem as trilhas determinadas por sua posição de classe, pois suas consciências são sociais e o alvo do romancista não é a “pessoa” que eventualmente descobre alternativas e encontra felicidade na mais negra pobreza, mas as instituições de um capitalismo empobrecido e miserável como o cortiço, a orfandade, a conquista da terra pelos poderosos e desenraizamento econômico e social que conduz a dolorosos processos de migração para o “sul”.

O caráter inovador de **Gabriela, cravo e canela**, na produção amadiana, é afirmado por diversos críticos e estudiosos. Duarte (1997) aduz que, enquanto nos anos de 1930 e 1940 o enfoque dos escritos de Amado era a emergência dos

trabalhadores como sujeitos políticos, nos anos de 1950, foi a vez da personagem feminina se tornar o centro da narrativa. Discorre, igualmente, que a mulher era, àquela época, cantada como objeto de desejo, tal qual “Garota de Ipanema”. O homem idealizava em proveito próprio a “liberdade” feminina, valorizando a exibição do corpo; porém, em **Gabriela, cravo e canela**, a mulher existe, sim, como objeto desejado, mas também como sujeito desejante, que troca o casamento pelo prazer e a segurança por um momento de gozo. Por outro viés, a personagem representa a nova mulher: “[...] trabalhadora operosa, não se deixa reduzir a mera força de trabalho. Assim, ela surge com mais complexidade e inteireza que a musa carioca [a garota de Ipanema]”. (DUARTE, 1997, p. 96).

Lembra o estudioso que, em **Gabriela, cravo e canela**, há a representação das diversas etapas da trajetória feminina: Ofenísia morre de um amor não correspondido, Sinhazinha é assassinada por adultério, Glória, Malvina e Gabriela conseguem se desfazer da submissão à propriedade masculina. Duarte (1997) considera, por isso, que, a partir dessa obra, Amado, sem abdicar do modelo de romance romanesco<sup>14</sup>, amplia as vozes da margem: da perspectiva de classe para as de gênero e de etnia.

Segundo Lucas (1997), em **Gabriela, cravo e canela** o foco deslocou-se da justiça social para a aspiração da liberdade. Antes, os heróis amadianos, num quadro de degradação, buscavam a justiça social. Na fase derradeira de produção, os heróis se tornaram burlescos e escolheram como meta a liberdade: “Na segunda fase da ficção de Jorge Amado, ao se evidenciar o direito da liberdade, somos conduzidos ao direito do sonho: o alvo são os procedimentos desrepressores”. (LUCAS, 1997, p. 111).

Uma vez compreendidos os temas trabalhados por Amado, releva assinalar as críticas realizadas em torno de sua produção literária. É o que se propõe o próximo tópico.

---

<sup>14</sup> O conceito de romance romanesco será detalhado, oportunamente, na página 24 da presente pesquisa.

### 2.1.1 Bem-amado, mal-amado Jorge

Conforme referido anteriormente, Jorge Amado foi um escritor muito aceito pelo público leitor, bastando mencionar o número de línguas e dialetos para os quais suas obras foram publicadas, bem ainda as diversas transposições para outros meios de arte e comunicação, como telenovelas, filmes e teatro, por exemplo.

Machado (2006) pontua, como causas para tal popularidade, as seguintes características de suas obras: o uso de uma linguagem que reflete o falar do povo; a fidelidade para com a cultura popular; a fé na possibilidade utópica da vitória dos bons sobre os maus; o uso de recursos da Literatura de cordel - repetições, paralelismos, vestígios de refrões, emprego de epítetos descritivos, sobrevivência de trechos com rima e métrica bem definidas com preferência pela redondilha. Destaca a estudiosa, ainda, o uso de expedientes do folhetim e do romance popular, como a simplificação na caracterização dos personagens, o maniqueísmo, os cacoetes estilísticos para atração e adequação ao grande público, a discussão de temas sociais e políticos, a erotização da narrativa - não só no aspecto de descrição de cenas de sexo, mas também no uso de mecanismos que jogam com promessa e adiamento para prolongar o prazer da leitura -, o mergulho na cultura popular e os traços melodramáticos típicos, como vontade de vingança ou sede de justiça para dar voz aos tradicionalmente silenciados. Por fim, salienta Machado (2006) o uso de técnicas que valorizam elementos visuais, ilustrações e a linguagem cinematográfica, traçando paisagens coloridas e de fácil percepção do leitor.

No intuito de exemplificar algumas particularidades ressaltadas pela escritora e crítica literária Machado (2006), colacionam-se trechos de **Capitães da areia**. A simplificação na caracterização dos personagens está bem delineada quando é apresentado ao leitor o personagem João Grande, cujo nome é sua verdadeira imagem, um reflexo de sua estatura e de sua solidariedade, conforme se verifica:

É alto, o mais alto do bando, e o mais forte também, negro de carapinha baixa e músculos retesados, embora tenha apenas treze anos, dos quais quatro passados na mais absoluta liberdade, correndo as ruas da Bahia com os Capitães da Areia. [...] Cedo João Grande se fez um dos chefes e nunca deixou de ser convidado para as reuniões que os maiores faziam para planejar os furtos. Não que fosse um bom organizador de assaltos, uma inteligência viva. Ao contrário, doía-lhe a cabeça se tinha que pensar. Ficava com os olhos ardendo, como ficava também quando via alguém fazendo maldade com os menores. Então seus músculos se retesavam e

estava disposto a qualquer briga. Mas a sua enorme força muscular o fizera temido. O Sem-Pernas dizia dele:

- Este negro é burro mas é uma prensa...

E os menores, aqueles pequeninos que chegavam para o grupo cheios de receio tinham nele o mais decidido protetor. (AMADO, 1991, p. 22-23).

Apesar da idade, o sexo é algo experimentado pelos meninos, conferindo à trama certa dose de erotismo, evidente, por exemplo, quando da apresentação de Gato e sua relação com Boa-Vida:

O Gato ainda não está dormindo. Sempre sai depois das onze horas. É o elegante do grupo. Quando chegou, alvo e rosado, Boa-Vida tentou conquistá-lo. Mas já naquele tempo o Gato era de uma agilidade incrível e não vinha, como Boa-Vida pensava, da casa de uma família. Vinha do meio dos Índios Maloqueiros, crianças que vivem sob as pontes de Aracaju. [...] Assim conheceu logo os motivos por que Boa-Vida, mulato troncado e feio, o tratou com tanta consideração, lhe ofereceu cigarros e lhe deu parte do seu jantar e correu com ele a cidade. [...]

Boa-Vida quis aproveitar os agradecimentos do outro para iniciar sua conquista. E baixou as mãos pelas coxas do Gato, que se esquivou só com o jogo do corpo. O Gato riu consigo mesmo e não disse nada. Boa-Vida achou que não devia insistir, senão era capaz de espantar o menino. Ele não sabia nada de Gato e nem imaginava que este conhecia seu jogo. [...] Boa-Vida mostrou o Gato a Pedro e levou-o depois para o lugar onde dormia:

- Tenho aqui um lençol. Dá para nós dois.

O Gato deitou. Boa-Vida se estendeu ao lado. Quanto pensou que o outro estava dormindo o abraçou com uma mão e com a outra começou a puxar-lhe as calças devagarinho. Num minuto o Gato estava de pé:

- Tu te enganou, mulato. Eu sou é homem.

Mas Boa-Vida não via nada, só via seu desejo, a vontade que tinha do corpo alvo do Gato, de enrolar o rosto nos cabelos morenos do Gato, de apalpar as carnes duras das coxas do Gato. (AMADO, 1991, p. 32-34).

A reprodução da fala popular, sem rebuscamentos ou preocupação gramatical, está diluída em todo o romance. Os diálogos entre os meninos de rua bem elucidam esse recurso amadiano, consoante se nota:

Pedro Bala perguntou ao Sem-Pernas se ele já sabia manobrar bem com o motor:

- Não paga a pena dar um prejuízo ao teu patrão – explicou.

- Já sei aquilo tudo de cor e decorado. É o tipo da coisa canja.

O Professor, que jogava damas com João Grande, perguntou:

- Não era bom a gente de tarde dar um pulo na praça? Quem sabe se não vale a pena?

[...]

O Gato disse que não ia. Tinha o que fazer, já que à noite ia estar ocupado no carrossel. O Sem-Pernas mangou:

- Tu não pode passar um dia sem bater coxas com essa bruaca, não é? Tu vai acabar tutu... (AMADO, 1991, p. 63).

Em relação ao fragmento a seguir, observa-se a introdução da cultura popular, através da referência ao candomblé e aos seus símbolos, bem como a representação do maniqueísmo, destacado na oposição ricos e pobres:

Ajudaram o Querido-de-Deus a desembarcar a pescaria, que fora boa. Yemanjá o tinha ajudado. Um homem que tinha banca de peixe no mercado comprou toda a pescaria. [...] Pedro Bala, Boa-Vida e o Querido-de-Deus andaram para o candomblé do Gantois (o Querido era ogã), onde Omolu apareceu com suas vestimentas vermelhas e avisou a seus filhinhos pobres, no cântico mais lindo que pode haver, que em breve a miséria acabaria, que ele levaria a bexiga para a casa dos ricos e que os pobres seriam alimentados e felizes. Os atabaques tocavam na noite de Omolu. E ele anunciava que o dia de vingança dos pobres chegaria. (AMADO, 1991, p. 79-80).

Dentro dessa mesma discussão, ficam estampadas a sede de justiça, representada no pensamento da personagem João de Adão, e a fé na bondade das pessoas, embutida na visão do padre José Pedro:

Lá em cima, na cidade alta, os homens ricos e as mulheres queriam que os Capitães da Areia fossem para as prisões, para o reformatório, que era pior que as prisões. Lá embaixo, nas docas, João de Adão queria acabar com os ricos, fazer tudo igual, dar escola aos meninos. O padre queria dar casa, escola, carinho e conforto aos meninos sem a revolução, sem acabar com os ricos. Mas de todos os lados era uma barreira. Ficava como perdido e pedia a Deus que o inspirasse. E com certo pavor via que, quando pensava no problema, dava, sem querer o sentir, razão ao doqueiro João de Adão. Então era possuído de temor, porque não fora assim que lhe haviam ensinado, e rezava horas seguidas para que Deus o iluminasse. (AMADO, 1991, p. 102-103).

Como mais uma peculiaridade da escrita amadiana, no seguinte trecho do romance, fica bem evidenciada a técnica da repetição usada por Amado, em remissão a alguns recursos da Literatura de cordel:

A voz o chama. Uma voz que o alegra, que faz bater seu coração. Ajudar a mudar o destino de todos os pobres. Uma voz que atravessa a cidade, que parece vir dos atabaques que ressoam nas macumbas da religião ilegal dos negros. Uma voz que vem com o ruído dos bondes onde vão os condutores e motorneiros grevistas. Uma voz que vem do cais, do peito dos estivadores, de João de Adão, de seu pai morrendo num comício, dos marinheiros dos navios, dos saveiristas e dos canoeiros. (AMADO, 1991, p. 253).

Para Duarte (1997), estudioso literário, a popularidade de Jorge Amado transcende o fato de o escritor colocar o povo como personagem para ganhá-lo como leitor. Muito além da presença de personagens explorados e marginais do

campo e da cidade, importa atentar tanto para a forma como eles são representados quanto para a linguagem dessa representação. Em segundo lugar, importa também atentar às sincronias históricas das quais seus heróis e heroínas surgem de modo a chamar os olhos do leitor para as margens do espectro social.

Sob a perspectiva da indissociabilidade do olhar da reflexão e do prazer, Duarte (1997) acentua que Amado reconheceu repetidas vezes a influência que o cinema teve em sua escrita. Segundo o crítico literário, em **Jubiabá**, o escritor imprime à narrativa um “[...] novo acento à sua obra, encaminhando-a justamente no rumo de um maior apelo popular, através da incorporação de motivos e estratégias narrativas presentes no cinema da época”. (DUARTE, 1997, p. 90). É a partir desse livro que Amado abraça o modelo do romance romanesco, fundado na combinação entre o realismo social típico dos anos de 1930 e elementos da narrativa popular, destacando-se o tom melodramático de algumas passagens e a estruturação narrativa retirada do *roman feuilleton*<sup>15</sup>, a citar:

Assim, os dramas dos espoliados e as falas da margem surgem pontuados pelo clima de ação e heroísmo tão ao gosto de um público que se politizava e exigia direitos sociais, da mesma forma que se divertia com Carlitos e se comovia com *coups de théâtre* protagonizados por Antônio Balduino ou pelos **Capitães da areia**. [...] O texto se reveste de cores melodramáticas; Balduino, assim como os pequenos bandidos chefiados por Pedro Bala figuram antes de tudo como vítimas que lutam a seu modo para desagrar uma inocência não-reconhecida e perseguida. A narrativa é marcada pelos encontros casuais e pelas mudanças bruscas do destino. São caminhos sempre entrecortados por outras vias/vidas que por eles perpassam, segundo o modelo da multiplicidade folhetinesca, adaptada eficazmente ao propósito do *romance de coletividade*, imbuído em ser a mimese da história social do período. (DUARTE, 1997, p. 90).

Apesar de todo sucesso dentro e fora do país, a recepção crítica dos escritos amadianos é tão polêmica quanto heterogênea. A estudiosa Machado (2006), em seu trabalho **Jorge Amado: uma releitura**, inicia sua abordagem apontando que a popularidade do escritor não correspondeu à aceitação de sua obra como cânone literário. Saliencia que o próprio sucesso no exterior contribuiu como endosso à ideia de que Amado,

---

<sup>15</sup> Conforme informa Duarte (1995), a estrutura do *roman-feuilleton* caracteriza-se pelo clima de mistério que interrompe a ação, preparando para uma continuação. Igualmente, apresenta diversos cenários e situações nas quais o herói atua, ampliando o leque de histórias dentro da narrativa. Há também a repetição, que se faz evidente não só na formação de frases, retratando a fala popular, como também na inserção de epítetos, explicações e enumerações.

[...] escrevia para dar uma imagem pitoresca, colorida, exótica, ao gosto de quem não conhece realmente o Brasil. Mais que isso, uma imagem atrasada, antiga e fora de época, já que era exatamente esse tipo de cor local que, um século antes, se exigira dos nossos românticos e indianistas, como Alencar. (MACHADO, 2006, p. 3).

Machado (2006) avalia que a linguagem desleixada em relação ao cânone purista e a escrita pouco ortodoxa fomentavam as objeções quanto às obras amadianas, as quais, segundo ela, eram travestidas de defesa do idioma. Desse modo, relata:

Para se ter uma ideia da revolução simbólica representada pela chegada da obra do romancista baiano à França, por exemplo, basta recordar um fato. Por ocasião da primeira tradução de Jorge Amado para o francês, a folha de rosto do livro exibia algo jamais visto antes: a informação de que se tratava de uma tradução direta do brasileiro. Isso causou escândalo nos meios acadêmicos portugueses, conforme registra Pierre Rivas. Como assim? A língua portuguesa mudou de nome? [...] E logo, puxando lentes poderosas para examinar o texto amadiano, o escândalo se transforma em inequívoca má vontade dos meios acadêmicos em relação a Jorge Amado. (MACHADO, 2006, p. 4).

Embora tenha concretizado as bandeiras de modernistas como Oswald de Andrade e Manuel Bandeira trazendo a língua errada/certa do povo, Machado (2006) salienta que a liberdade linguística, elogiada nos escritos de outros autores, foi considerada prática constrangedora em Jorge Amado. Citando:

Não vinha apenas de uma proposição cerebral, mas brotava do ouvido e de uma memória afetiva. A práxis incomodava. O registro oralizante do falar brasileiro coloquial soava como uma provocação a mais, vindo (sic) se somar ao uso de palavrões e a tantas outras ousadias, para apresentar Jorge Amado como um autor que não deveria merecer muito respeito, pois beirava a vulgaridade em sua insistência em dar foros de legitimidade a um linguajar chulo. (MACHADO, 2006, p. 5).

Autor do artigo **De como Jorge Amado, da Bahia, navegou, por tanto tempo, fora do alcance dos canhões sem mira da crítica universitária brasileira**, Lima (2009) acentua que o preconceito contra Amado é principalmente de cunho estético, ditado pelo modernismo brasileiro provinciano, que se resumia num trabalho de metalinguagem. Duarte (1995), por sua vez, menciona a naturalidade com que Amado conseguiu expressar a “língua brasileira”, que Mário de Andrade tanto buscou mediante pesquisa sofisticada. A crítica literária Machado (2006), nesse aspecto, enfatiza que a profunda empatia com seu público, a

cumplicidade entre autor, personagem e leitor são trunfos da linguagem amadiana, conforme citação:

O autor não observa o povo brasileiro de longe e de cima, cheio de interesse, anotando com cuidado para depois registrar ou reinventar (sic) essa linguagem em seu texto. Pelo contrário, o campo onde ele se situa é o mesmo de seus personagens. Ele está no meio de sua gente, no mesmo plano que ela. (MACHADO, 2006, p. 7-8).

Segundo Duarte (1995), a crítica brasileira, salvo raras exceções, esteve impregnada pelos paradigmas estéticos do modernismo, voltando-se, assim, à busca de belezas – méritos - ou defeitos – fragilidades - nos escritos amadianos. Em ambos os casos, contudo, não logrou uma compreensão mais profunda e global da obra, uma vez que não se operava uma leitura do romance amadiano pela natureza de seu projeto ou as convenções usadas para sua concretização.

Os principais argumentos da crítica negativa à obra amadiana recaem sobre os seus personagens - considerados caricaturais, estereotipados e psicologicamente vazios; seu enredo - melodramático, com soluções sobrenaturais, às vezes, embebidas em sincretismo religioso, para conflitos sociais concretos; seu conteúdo - panfletário, machista e folclórico - e sua linguagem - popularesca, negando a Literatura como arte. Ademais, acusam o escritor de se valer da pornografia gratuita, quase perversa, e de ser um populista. A fim de exemplificar tais apontamentos, transcrevem-se as palavras de Bosi (2010, p. 434):

Cronista de tensão mínima, soube esboçar largos painéis coloridos e facilmente comunicáveis que lhe fraqueariam um grande e nunca desmentido êxito junto ao público. Ao leitor curioso e glutão a sua obra tem dado de tudo um pouco: pieguice e volúpia em vez de paixão, estereótipos em vez de trato orgânico dos conflitos sociais, pitoresco em vez de captação estética do meio, tipos “folclóricos” em vez de pessoas, descuido formal a pretexto de oralidade... Além do uso imotivado do calão: o que é, na cabeça do intelectual burguês, a imagem do *eros* do povo. O populismo literário deu uma mistura de equívocos, e o maior deles será por certo o de passar por arte revolucionária. No caso de Jorge Amado, porém, bastou a passagem do tempo para desfazer o engano.

A seu turno, Gomes (1981, p. 122) faz as seguintes e sucintas considerações:

Vista no conjunto, a obra de Jorge Amado apresenta altos e baixos. Sua grande virtude reside no fato de ter desenvolvido uma literatura de cunho social, acessível ao comum dos leitores. Há também o fato de que, nos altos momentos dos romances épicos, o autor conseguiu ser fiel a uma época. Contudo, é preciso refletir que a grande facilidade em escrever, o abuso de

clichês e lugares-comuns, o lirismo às vezes piegas e as soluções fáceis impedem que a obra de Jorge Amado atinja o nível que seria de se esperar de nosso mais festejado escritor moderno. No entanto, é impossível desprezar o papel que exerceu em nossa época e, sobretudo, seu profundo humanismo, fruto de uma consciência sincera e sempre atuante.

Consoante apontado por Duarte (1995), observa-se, por parte da crítica, uma repulsa pela popularidade de Jorge Amado, por ser um escritor *best seller*, bem como por sua ideologia comunista.

Discorrendo acerca do populismo literário, conforme prefere chamar, de Jorge Amado, Machado (2006) esclarece que, como membro disciplinado do partido comunista, o escritor, por vezes, sucumbiu aos males da estética partidária. Desse modo, ela acentua ser impossível evitar o desconforto com as greves redentoras, as frases embebidas de palavras de ordem, o jargão oco e artificial e os chavões das retóricas dos comícios, previsíveis situações melodramáticas, personagens sem densidade psicológica etc. Machado (2006, p. 7), entretanto, ressalva que seus personagens são um retrato de “[...] nossa gente comum, como ninguém ainda tinha falado e se comportado em nossos romances”.

Duarte (1996), em entrevista a José Castello para o jornal O Estado de S. Paulo<sup>16</sup> quando do lançamento de seu livro **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**, enfatizou as grandes rupturas promovidas pela obra amadiana. A exemplo, citou **Jubiabá**, primeiro romance brasileiro a ter um negro como herói, **A morte e a morte de Quincas berro d’água**, no qual Amado antecipa o realismo fantástico, que se espalharia pelo continente a partir dos anos 1970, e **Dona Flor e seus dois maridos**, arquitetado como romance fantástico e cômico, no qual o escritor, antecipando-se mais uma vez aos intelectuais, carnavaliza as crenças do povo.

Duarte (1995) esclarece que o projeto literário de Jorge Amado estava orientado, antes de tudo, na aceitação popular, em coerência com sua ideologia comunista. Como comunista, sua intenção era abranger um maior número de leitores, libertando a Literatura do domínio de uma elite.

Machado (2006) recorda que a expressão “romance de massas” não se refere ao termo “cultura de massas”, fenômeno posterior; ela tem ligação com a noção marxista de massa e com o desejo de discutir problemas sociais a que uma classe

---

<sup>16</sup> DUARTE, Eduardo de Assis. Livro resgata pioneirismo na obra de Jorge Amado. Entrevistador: José Castello. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1996, Caderno 2, p. D2. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960622-37502-nac-0084-cd2-d12-not>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

estava sujeita em diferentes contextos nacionais, implicando, também e de maneira evidente, na aspiração de escrever para muitos leitores.

A estudiosa afirma que a ênfase amadiana apoiava-se numa tradição de criação popular, transcendendo as estratégias mercadológicas para consumo maciço. Para tanto, alega que o escritor baiano sempre conviveu com a cultura popular, nunca tendo se afastado dela. Assim, rechaça a crítica que julga a utilização dessa cultura como superficial, com sentido pitoresco ou folclórico, asseverando que afirmações do tipo evidenciam má-fé ou desconhecimento da realidade. Citando,

Sua vivência estava colada nesse universo que trouxe para sua obra. Diferentes episódios de sua vida só confirmam e atestam essa coerência. Ninguém se surpreende quando descobre que foi dele, como deputado constituinte, o projeto que estabeleceu a liberdade de culto na Constituição de 1946 e garantiu o fim da perseguição às manifestações religiosas afro-brasileiras. Nem se espanta quando sabe que na hora da morte de Mãe Senhora, uma das maiores mães-de-santo da Bahia, foi o romancista, um obá importante, a primeira pessoa a ser chamada para tomar as providências rituais, indispensáveis na emergência. (MACHADO, 2006, p. 9).

Lima (2009), por sua vez, rebate as críticas que entendem como rasa e superficial a narrativa amadiana. Para ele, o escritor é múltiplo, “[...] capaz de surpreender pela ousadia dos temas e pela simplicidade da linguagem despojada, em meio a um modernismo restritivo, rebuscado e esteticamente elitista”. (LIMA, 2009, p. 3). Frisa o professor, ainda, que Amado ia além daquela programação estética pregada pelo Modernismo das duas primeiras gerações, abrindo espaço para tudo em seus romances, até para as receitas culinárias em **Dona Flor e seus dois maridos**.

Sobre as alegações envolvendo o caráter panfletário de sua obra, essa não é característica de todos os seus romances, estando presente nas obras produzidas a partir de 1944, período em que se encontrava atrelado à política, tendo sido eleito deputado. Consoante Duarte (1996), não se pode tomar tal período como um todo, desprezando o restante de seus livros. Ao abandonar o Partido Comunista Brasileiro, suas obras perdem esse caráter panfletário e se tornam mais crônicas de costumes. O crítico mineiro registra, desse modo, um preconceito contra o comunismo, que impediria a crítica de ler Jorge Amado.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Amado fez menção às críticas por ele recebidas, contra-argumentando que:

Minha geração, esses romancistas do ano trinta, chegava a (sic) vida e para a criação novelística com o peito oprimido sob a angústia do Brasil e do homem brasileiro, em busca de caminhos para solução dos nossos problemas. Variados foram os caminhos surgidos, mas o ponto de partida era o mesmo: o amor ao Brasil e a seu povo, a necessidade de solidarizar-se com o homem e o seu drama fosse o drama inferior de sua solidão.

Quanto a mim busquei o caminho nada cômodo de compromisso com os que nada têm e lutam por um lugar ao sol, com os que não participam dos bens do mundo, e quis ser, na medida de minhas forças, voz de suas ânsias, dores e esperanças. Refletindo despertar de sua consciência, desejei levar seu clamor a todos os ouvidos, amassar em seu barro o humanismo de meus livros, criar sobre eles e para eles.

Muitas vezes fui acusado de interessado e parcial, de escritor comprometido e limitado por esses compromissos, de escritor político e participante. Jamais tal acusação me doeu ou pesou, jamais me senti por ela ofendido. Qual o escritor não político? De mim não sei de nenhum. A própria condição de escritor é uma condição política, tão politicamente poderosa que ultrapassa a própria atuação imediata de escritor e por vezes a ela se opõe como sucede inclusive no caso de Alencar, cuja obra sob tantos aspectos revolucionária não coincide com determinadas posições do senador do Império. Políticos somos todos nós escritores, a começar por aqueles que exigem seu horror a política, seu nojo à participação. Ao agir assim, que estão fazendo senão assumir uma posição política, sem dúvida a mais desalentadora e triste, a de fuga da vida? Aos demais, cumpre notar um curioso detalhe; só é considerado engajé e comprometido merecer (sic) de censura e culpado de manchar a pureza da literatura, quem se compromete com o povo e se engaja nas batalhas da libertação de povos e países nas lutas pela modificação da sociedade atual os que se comprometem e se engajam do outro lado, não sei por que espécie de mistério, jamais são acusados, sua literatura não sofre restrições, continua da maior pureza e jamais contra ela se levanta a acusação de participante e político. São méritos da crítica literária que um modesto romancista baiano não pode perceber.<sup>17</sup>

À guisa de conclusão deste tópico, cita-se a pesquisadora Alves (2007), cuja avaliação da crítica literária com relação à ficção amadiana informa que, enquanto alguns críticos, em suas variadas análises, desqualificavam a obra de Amado, outros, pelos mesmos aspectos, defendiam-na. Adiante, aduz:

Desde o primeiro livro do escritor, publicado em 1931, os estudiosos produziram análises, julgamentos e avaliações extremamente díspares, abrindo vários campos de batalha, pois se trata (sic) de “opiniões” carregadas de ideologia, ou seja, são abordagens e julgamentos fundados na estética do momento, na tradição literária, ou mesmo em ideias políticas. (ALVES, 2007, p. 113).

Alves (2007) percebe que as primeiras críticas despendidas foram mais demolidoras que interpretativas, ecoando ainda sobre as vozes de estudiosos até os

---

<sup>17</sup> DISCURSO de Posse. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=723&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

anos 1950 e 1960. Esse quadro se modificou entre as décadas de 1960 e 1970, quando vozes discordantes e mais interpretativas e compreensivas do projeto amadiano passaram a surgir. Travava-se, então, uma contenda estética e ideológica, seja de defesa, seja de ataque aos escritos amadianos.

Ainda segundo Alves (2007), o entrave para melhor compreensão da obra amadiana por parte da crítica brasileira parece ter sido a temática eleita pelo escritor: a Bahia dos anos 1920/1930 e personagens que estavam ambientados numa ideologia latifundiária e escravocrata. Assim discorre a estudiosa:

Mas em plena Modernidade, quando escritores e críticos do centro do poder do país desejavam apagar as “marcas” do atraso brasileiro, a escolha de Amado, ao se fixar nas vozes marginais, não seria bem vista. (ALVES, 2007, p. 116).

Um dos trabalhos mais curiosos tem sido desenvolvido pela crítica genética, que é aquela que estuda o processo de criação a partir dos manuscritos, no intuito de apontar o processo criativo do escritor. Elizabeth Hazin, pesquisadora que organizou o arquivo de manuscritos da Fundação Casa de Jorge Amado, disse que ficou impressionada com a quantidade de versões que Amado tinha para suas obras e até para suas dedicatórias. Tal denota a preocupação e o intenso trabalho daquele escritor na elaboração de seus escritos.<sup>18</sup>

Conforme se apura das breves considerações críticas aludidas neste estudo, tem havido um interesse maior pela obra amadiana e um reconhecimento de seu legado para a Literatura Brasileira, representado por pesquisas que se voltam, em especial, para o aspecto sociológico da Literatura, da forma como ela nos representa e nos reconhece.

Intentando ampliar a compreensão do projeto literário amadiano, este trabalho, em seu próximo tópico, volta-se ao contexto histórico-literário no qual afloraram os textos do escritor, qual seja, a década de 1930.

---

<sup>18</sup> CANUTO, Luís Cláudio. **Jorge Amado**: a crítica e a preservação da memória. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/?lnk=JORGE-AMADO-A-CRITICA-E-A-PRESERVACAO-DA-MEMORIA-0711-&selecao=MAT&materia=110665&programa=132>>. Acesso em: 26 abr. 2011. Saliente-se que não é intenção da pesquisa aprofundar análises desenvolvidas por Elizabeth Hazin, bastando mencionar a existência desse trabalho.

## 2.2 A GERAÇÃO DE 1930: LITERATURA EM TEMPO DE REVOLUÇÃO

O romance de 1930, apesar de seu vínculo com a tradição regionalista do século XIX<sup>19</sup>, influenciou-se pela revolução estética iniciada com os modernistas de 1922. Igualmente, foi impactado pela alteração do regime político no Brasil, com a derrubada da República Velha, ou Primeira República, e a vitória dos liberais. Ademais, o confronto ideológico entre comunismo e fascismo presente em toda a Literatura mundial tingiu a escrita dos romancistas brasileiros daquela geração.

Duarte (1995) informa que o ano de 1922 trouxe três acontecimentos de forte influência na carreira de Jorge Amado: a Semana de Arte Moderna, o levante do Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Tais episódios superaram a condição histórica para se constituírem nos pilares da Literatura surgida a partir de 1930. E “No caso específico de Jorge Amado, modernismo, tenentismo e comunismo funcionarão como referenciais muito precisos numa trajetória em que política e literatura vão caminhar lado a lado”. (DUARTE, 1995, p. 23).

O início do século XX até a década de 1930 foi entoadado pela profusão de movimentos culturais - Cubismo, Futurismo, Dadaísmo e Surrealismo, cujas principais características eram o espírito libertário, a iconoclastia e a efemeridade. Tais movimentos ou vanguardas, como foram denominados, repudiavam o passado, o comodismo e a cultura oficial, representativa de uma ordem estabelecida. No Brasil, os questionamentos voltaram-se à Literatura convencional que se praticava ao gosto oficial e das elites – principalmente o Parnasianismo e o Simbolismo. Provocando um público conservador, os integrantes da Semana de Arte Moderna Graça Aranha, Menotti Del Picchia, Ronald de Carvalho, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, entre outros, buscaram adaptar o espírito de vanguarda às condições nacionais, propondo o rompimento com o tradicionalismo, a libertação estética, experimentação constante e principalmente a independência cultural do Brasil. Pregavam a projeção de uma identidade nacional, a renovação da linguagem literária e a pesquisa de formas literárias de expressão, bandeiras que foram retomadas no romance de 1930.

Conforme avalia Duarte (1995, p. 23),

---

<sup>19</sup> Nesse sentido, Maia (1991, p. 119): “As raízes do regionalismo já se encontravam no século anterior, com **O sertanejo**, de José de Alencar, e **O cabeleira**, de Franklin Távora”.

A revolução estética de 1922 propicia ao autor [Jorge Amado] régua e compasso expressivos, abrindo-lhe a perspectiva da linguagem desabusada, império da oralidade, além de lhe mostrar o caminho dos estratos recalçados de nossa formação cultural, que até hoje fornecem matéria-prima a suas narrativas.

Duarte (1995, p. 26-27) salienta a participação de Jorge Amado na Academia dos Rebeldes, “[...] grupo que ridicularizava Coelho Neto e Rui Barbosa, mas também o verdamarelismo de Plínio Salgado. Embora divergindo de alguns postulados da *Semana*, todos aceitavam seu espírito destrutivo e renovador”. O estudioso mineiro menciona, ainda, a diferença das classes sociais a que pertenciam os modernistas de 1922 e os jovens integrantes da Academia dos Rebeldes: estes eram de origem burguesa e pequeno-burguesa, mas, por serem em sua maioria estudantes, tinham uma vida sem ostentação.

No plano político, nos primeiros anos do século XX até a década de 1930, o país viveu a República Velha, ou Primeira República, assentada na monocultura do café. Os Estados de Minas Gerais e São Paulo comandavam o que se apelidou de “república do café-com-leite”, uma vez que ditavam as regras e elegiam sistematicamente o presidente da República, em razão da fusão dos interesses. O regime político concedia favores aos grandes proprietários rurais através da exploração da força de trabalho das classes menos favorecidas economicamente.

Gomes (1981, p. 114) aduz que, de certo modo, essa estrutura aparece retratada nos romances do ciclo do cacau de Jorge Amado: “Em **Terras do Sem Fim** e **São Jorge dos Ilhéus**, por exemplo, defrontamo-nos com o poder político dos coronéis que manipulam a vida pública, visando tão-somente a seus interesses particulares”.

Não alheios à esclerose do poder constituído e seus pilares de sustentação, os modernistas de 1922 também ridicularizaram os símbolos do regime; entretanto, conforme aponta Duarte (1995), o enfoque era a contestação do país idealizado pelo cânone literário, contrastando-o com um Brasil primitivo e atrasado, em que a incorporação de procedimentos de vanguarda sobrelevava-se às questões sociais. Assim, conclui: “Mas não conseguem dar o salto que os levaria do universo dos contrastes aos das contradições de classe”. (DUARTE, 1995, p. 25).

Em alusão à conferência proferida por Mário de Andrade na Casa do Estudante, na qual o escritor, naquela oportunidade, vangloriou o aspecto político do movimento de 1922, considerando-o preparador e criador de um espírito

revolucionário, Duarte (1995, p. 25) ressalva que tal sentimento reacionário vinha se formando desde o início do século, conforme se verifica da fala:

Está presente em obras de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato. E o “estado-de-espírito revolucionário”, habita igualmente as páginas da literatura anarquista, difunde-se nos *meetings*, nas greves, nas portas das fábricas, terminando por chegar aos quartéis. A contestação literária do período 22-30 vem, pois, engrossar um movimento já em curso e coincide com a imensa insatisfação provocada pelo atraso e miséria do país, fruto do mandonismo oligárquico.

Consoante afirma Gomes (1981), as obras da geração de 1930, respeitadas as peculiaridades de cada escritor, têm como características comuns o regionalismo e o compromisso com a denúncia de problemas sociais. Assim, discorre:

Essa geração de escritores trouxe para a literatura brasileira uma realidade que permanecia escondida: tipos sociais específicos, geralmente do Brasil rural, vivendo situações típicas de um país atrasado. Além desse conteúdo explosivo de denúncia, o Romance de 30 notabilizou-se pelo estilo simples, pela incorporação de falas regionais e pelo destaque dado a personagens do povo, geralmente ignorados nos romances da literatura oficial. (GOMES, 1998, p. 20).

Segundo Lucas (1997), a Literatura voltou-se ao problema social mais claramente com os romancistas dos anos de 1930: antes, era ela privilégio da classe dominante, que tinha tempo e dinheiro para se dedicar à leitura. A evolução econômica do país, desvinculando-se do sistema colonial e passando à divisão do trabalho e à diversificação da produção, gerou uma classe média nas cidades ao lado do proletariado. Essa alteração do quadro material proporcionou as primeiras manifestações sociais da classe média instruída, conforme realça Lucas (1997, p. 99):

[...] o caráter social da ficção brasileira somente aparecerá quando as personagens e as situações criadas constituem expressão viva de relações entre grupos sociais. A esse respeito, o romance do Nordeste será exemplar. Na doutrina marxista, sabe-se que os problemas e as ideias somente começam a se mostrar quando os precedem condições materiais capazes de suscitá-los.

Para o crítico, os romances nordestinos são os documentos mais claros da disparidade social do país, dada a condição geográfica e histórica daquela região, de

pobreza heróica e dependente, capaz de gerar mais intensamente o sentimento de protesto.<sup>20</sup>

Como assinalado em linhas anteriores deste trabalho, o compromisso com a realidade exterior de que fala Gomes (1981) não foi uma inovação da geração de 1930. Já no século XIX, a chamada escola do Realismo possuía o mesmo enfoque. A abordagem do tema, contudo, era influenciada pela estética naturalista, imbuída pelo progresso da biologia e da sociologia da época, que, dessa forma, retratava o homem como produto de forças determinantes – raça, meio e momento histórico, eximindo-o de uma consciência própria. A ficção de 1930, porém, retoma a preocupação com o real, mas abandona a ideia de que o homem é resultado de forças externas e de seus instintos; ao contrário, o homem passa a ser retratado como ser responsável, cujas condições sociais e psicológicas são resultantes de uma estrutura social e histórica.

No plano político, o tenentismo configurou-se como símbolo da rejeição ao coronelismo provinciano e ao atraso do país, pois atuava como força contrária ao *status quo*, não se dando maior destaque à sua faceta autoritária, que buscava modernizar o país por um regime de força. O reformismo proposto pelos tenentes, ainda que de forma tímida, representava, dessa forma, progresso face ao conservadorismo das oligarquias. A influência desse movimento nas obras amadianas é destacada por Duarte (1995, p. 27), a citar:

As notícias dos levantes e da marcha da Coluna encaminham o inconformismo do futuro romancista [Jorge Amado] para o rumo das transformações políticas concretizadas na revolução de 30. A perspectiva dos liberais orienta crítica às oligarquias realizada em **País do carnaval** (sic) e a saga da Coluna faz surgir a admiração pelo “Cavaleiro da Esperança”, seu personagem de maior relevo histórico e político.

A alteração da estrutura social e econômica do Brasil foi também favorecida pela Primeira Guerra Mundial, pois o país precisou industrializar-se, ainda que superficialmente. A industrialização, por seu turno, ocasionou o desenvolvimento das

---

<sup>20</sup> Lembram Maia (1991) e Duarte (1995) que houve no Nordeste, em especial no Recife, onde se fixava o grupo de Gilberto Freyre e José Lins do Rego, um movimento a favor das tradições regionais em detrimento das inovações estéticas pregadas pelos modernistas de 1922. Em 1926, criou-se o Centro Regionalista e realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo. O movimento intentava a valorização da região frente ao deslocamento do eixo econômico e cultural para o Sul do país, ocasionado pelo declínio da indústria açucareira. Havia, por outro viés, a preocupação com a ascensão de um capitalismo sem vínculos com as tradições nordestinas, que contribuía para a descaracterização cultural daquela região, cuja economia era patriarcal e paternalista.

grandes cidades, do comércio, da classe operária, da classe média e enfraqueceu, conseqüentemente, o poder oligárquico. A nova conjuntura provocou certo liberalismo: os operários passaram a se organizar e fundaram o Partido Comunista Brasileiro, que, por sua vez, atuou de maneira relevante no processo de alteração política do país.

O projeto traçado pelos comunistas seria conduzido pelo que se chamou de teoria do etapismo: sendo o Brasil ainda essencialmente agrário e a estrutura de poder “semifeudal”, eles teriam que se aliar, num primeiro momento, à pequena burguesia industrial e comercial para somar forças na realização da revolução democrático-burguesa. Superada a primeira etapa, os comunistas, então, engendrariam a revolução proletária, comunista propriamente dita. Organizados segundo essa ótica, ocorreram os levantes de 1922 e 1924 no intento de destronar o “agrarismo feudal” instalado na Presidência da República.

Duarte (1995, p. 30) salienta que a estrutura fundamentalmente agrícola do país, responsável pela produção da riqueza e da pobreza, foi representada por Amado em obras como **Cacau**, **Terras do sem fim** e **São Jorge dos Ilhéus**. Ao avaliar **Cacau**, o crítico literário acentua a virada esquerdista da produção amadiana, que mergulhou no universo do trabalho e das lutas de classe, retratando, criticamente, o sistema agrário-exportador e as condições dos camponeses. Aduz o pesquisador:

O pequeno livro se enquadra no modelo de romance proletário tal como entendido à época pelos simpatizantes brasileiros à revolução. E se constitui, portanto, em expressão literária da política de aliança de classes proposta na década anterior por Octavio Brandão<sup>21</sup> [...] **Cacau** celebra duplamente esta aliança: apresenta o herói de formação pequeno-burguesa que é proletarizado e assimila os valores e desafios da nova classe, ao mesmo tempo que é fruto da nova opção política de seu autor. (DUARTE, 1995, p. 57).

Duarte (1995), analisando o livro **São Jorge dos Ilhéus**, conclui ser ele a continuação da saga apresentada em **Terras do sem fim**, seguindo a ótica do etapismo: ambos os textos narram “[...] o apogeu e a queda dos ‘donos da terra’, a ascensão fulminante dos exportadores, o crescimento da revolta dos ‘alugados’

---

<sup>21</sup> Conforme elucida Duarte (1995), Octavio Brandão deu corpo à teoria do etapismo, em 1924, com o texto **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-lenista sobre a Revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil. Ainda segundo o estudioso literário, Brandão justificava a teoria baseado na diferença estarrlecadora, apurada pelo censo de 1920, entre os trabalhos rurais - nove milhões - e os operários de fábricas – duzentos e setenta e cinco mil.

repentinamente sem emprego, a escalada pouco sutil da dominação imperialista [...]”. (DUARTE, 1995, p. 187). Ainda conforme o pesquisador, a intenção da narrativa, em **São Jorge dos Ilhéus**, é representar o processo que leva da queda do “feudalismo” dos coronéis, gerado pelo capitalismo do exportador, que manipulava os preços do cacau, à agitação comunista dos trabalhadores, ocasionada pelo desemprego.

O Partido Comunista passou a atuar mais incisivamente nas lutas sociais a partir do início da década de 1930, devido à crise econômica mundial de 1929, que provocou desempregos e desajustes sociais, revelando as fissuras do sistema capitalista. A extensão da ideologia comunista na Literatura mundial é comentada por Duarte (1995, p. 33), conforme citação:

Em todo o mundo, a radicalização político-ideológica impregna a atividade cultural. Walter Benjamin observa com propriedade que tal situação obriga o escritor a “decidir a serviço de quem ele quer colocar a sua atividade”. Se o escritor burguês, voltado para o passatempo, não reconhece este imperativo histórico, o “escritor de tipo progressista” não apenas o reconhece, mas, se coloca, efetivamente “do lado do proletariado”, mesmo reconhecendo o comprometimento de sua “autonomia própria” como criador.

Em 1932, Jorge Amado aproximou-se de escritores nordestinos e, conduzido por Rachel de Queiroz (1910-2003), passou a frequentar reuniões e palestras da juventude comunista e a ler a Literatura estrangeira assentada naquela ideologia. “E então o sentimento de revolta pequeno-burguesa, dominante em **País do carnaval** (sic), começa a ceder lugar aos pontos de vista de esquerda visíveis de **Cacau a Subterrâneos da liberdade** (sic)”. (DUARTE, 1995, p. 32).

A arte influenciada pelo comunismo quer falar às massas e formar consciências, indicando o caminho que leva à superação da submissão à exploração do capital: “[...] a prosa e a poesia reencontram as motivações épicas, encarnadas agora no combatente operário ou camponês, no agitador e no dirigente partidário”. (DUARTE, 1995, p. 23).

Duarte (1995) enfatiza que **Cacau** inaugurou o romance proletário da Literatura Brasileira, ao colocar o homem que trabalha como protagonista ou narrador, ascendendo enquanto herói e transmitindo seu saber a outrem: “A dimensão utilitária se evidencia quando o texto expõe a vivência dos oprimidos, e ainda mais, quando parte para a pedagogia da insubmissão”. (DUARTE, 1995, p. 34-35).

Matias (2012) afirma que **Capitães da areia** pode ser considerada a obra símbolo do que ele chama de “Fase Comunista” de Jorge Amado, caracterizada por ser extremamente combativa e panfletária:

O comunismo era, então, compreendido como a única forma de salvação da sociedade e as obras eram carregadas de ideias; a visão de comunidade e igualdade pregada pelas ideias comunistas era o fim único e natural, pois nasceria de dentro do povo essa necessidade de engajamento e luta. (MATIAS, 2012, p. 36).

Consoante já explanado anteriormente, a partir da década de 1950, a obra amadiana apresenta tendência menos panfletária. Segundo Matias (2012), o escritor baiano, porém, não abandona a filosofia comunista: seus personagens possuem certo senso de humanidade típicos daquela filosofia, mas não se caracterizam pela consciência de classe.

Uma vez conhecida a história do escritor baiano e apontadas as características de seus escritos e as críticas à sua produção literária, aborda-se, a seguir, o romance focado nesta dissertação: **Capitães da areia**.

### 3 NA AREIA COM OS “CAPITÃES”: UMA LEITURA DO ROMANCE

Jorge Amado tinha vinte e cinco anos quando teceu o romance **Capitães da areia**, inspirado por crianças que viviam de furtos e assaltos, como homens, nas ruas de Salvador e Aracaju.<sup>22</sup>

Publicada em 1937, a obra narra o cotidiano de meninos de rua, enfatizando não somente os assaltos e os atos violentos do grupo em sua vida aparvalhada, mas também seus sonhos e sua ingenuidade, próprios de criança.

Os “capitães da areia” foram deixados à sorte por motivos variados: ficaram órfãos, foram abandonados ou fugiram dos abusos e maus tratos recebidos em casa. Reconheceram-se pela necessidade de sobrevivência e se agruparam. O cenário são as ruas e as areias das praias de Salvador e o “abrigo” desses meninos é um velho armazém abandonado no cais do porto. O romance assim apresenta o grupo:

Ali estavam mais ou menos cinquenta crianças, sem pai, sem mãe, sem mestre. Tinham de si apenas a liberdade de correr as ruas. Levavam vida nem sempre fácil, arranjando o que comer e o que vestir, ora carregando uma mala, ora furtando carteiras e chapéus, ora ameaçando homens, por vezes pedindo esmola. E o grupo era de mais de cem crianças, pois muitas outras não dormiam no trapiche. Se espalhavam nas portas dos arranha-céus, nas pontes, nos barcos virados na areia do Porto da Lenha. Nenhuma delas reclamava. Por vezes morria um de moléstia que ninguém sabia tratar. Quando calhava vir o padre José Pedro, ou a mãe-de-santo Don'Aninha ou também o Querido-de-Deus, o doente tinha algum remédio. Nunca, porém, era como um menino que tem sua casa. (AMADO, 1991, p. 38).

Sobre a violência retratada em **Capitães da areia**, Duarte (1995) a considera fruto do enfrentamento social vivido pelo protagonista Pedro Bala e seu grupo. Assim, a violência seria por vezes gratuita, outras necessária ou mesmo justa, sempre escandalizando a fim de despertar o terror, a piedade ou a admiração do leitor. “A violência é *meio de ação* dos mocinhos-bandidos, mas é também *fim* nas típicas atitudes de vingança do aparelho repressivo: sede, fome, espancamento, clausura”. (DUARTE, 1995, p. 139).

Em seu artigo **Jorge Amado: leitura e cidadania**, Duarte (2004, p. 44-45) assim observou:

---

<sup>22</sup> Assim informa Ramos (2004), em seu artigo **O “Velho Marinheiro” e os Capitães da areia**.

Os pequenos bandidos chefiados por Pedro Bala surgem acima de tudo como vítimas de uma sociedade opressora e hipócrita. A violência que praticam é inscrita no texto quase sempre como justa e, mesmo, necessária - uma resposta à violência econômica sofrida pelos de baixo e transformada em agressão sádica quando praticada pelo aparelho repressivo. O romance toma o partido dos, já àquela altura, considerados *menores*, mas para fazê-los *maiores*.

Em todo o texto, há um contraste entre a precocidade dos meninos, por exemplo, ao planejarem seus assaltos e resolverem seus impasses, e seus traços infantis, que estão muito bem retratados no capítulo As luzes do carrossel, a exemplificar:

- Quer ver uma coisa bonita?

Todos queriam. O sertanejo trepou no carrossel, deu corda na pianola e começou a música de uma valsa antiga. O rosto sombrio de Volta-Seca se abria num sorriso. Espiava a pianola, espiava os meninos envoltos em alegria. Escutavam religiosamente aquela música que saía do bojo do carrossel na magia da noite na cidade da Bahia só para os ouvidos aventureiros e pobres dos Capitães da Areia. Todos estavam silenciosos. [...] Então a luz da lua se estendeu sobre todos, as estrelas brilharam ainda mais no céu, o mar ficou de todo manso e a cidade era como que um grande carrossel onde giravam em invisíveis cavalos os Capitães da Areia. Nesse momento de música eles sentiram-se donos da cidade. E amaram-se uns aos outros, se sentiram irmãos porque eram todos eles sem carinho e sem conforto e agora tinham o carinho e conforto da música. (AMADO, 1991, p. 59).

O livro pertence à fase ideológica de Jorge Amado, voltando-se à denúncia da marginalização social e exploração de trabalhadores, bem como ao engajamento político.

O tema da infância abandonada e delinquente era escandaloso para a época, não causando surpresa o fato de o romance ter nascido sob o estigma da perseguição. Censurado no momento de seu lançamento, em 10 de novembro de 1937, foram incinerados mais de oitocentos exemplares, de acordo com relatório do ato:

Aos 19 dias do mês de Novembro do ano de 1937, em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, nesta cidade de Salvador e em presença dos senhores membros da comissão de busca e apreensões de livros, nomeadas por ofício número seis, da então Comissão Executiva do Estado de Guerra, [...] foram incinerados por determinação verbal do sr. Coronel Antônio Fernandes Dantas, comandante da Sexta Região Militar, os livros apreendidos e julgados como simpatizantes do credo comunista, a saber: 808 exemplares de **Capitães da areia** [...]. (DUARTE, 2004, p. 39).

O livro surgiu às vésperas da decretação do Estado Novo, num momento em que o país já se encontrava em “Estado de Guerra”, caracterizado pela suspensão das liberdades, garantias e direitos dos cidadãos, censura da imprensa e muitos presos políticos. Numa análise acerca desse período histórico e da incineração de livros, Duarte (2004, p. 40) assevera:

Enquanto, na Espanha, artistas e escritores se solidarizavam com a República e pegavam em armas contra o fascismo, aqui, o integralismo de Plínio Salgado e uma mal disfarçada simpatia pelo nazismo entre as Forças Armadas forneciam o paradigma ideológico para que militares colocassem no fogo livros tidos por eles como subversivos. O gesto bárbaro perpetrado em Salvador apenas ecoa entre nós o ritual obscurantista que se repetia na Alemanha, na Itália e nos países que, logo depois, sucumbiram à máquina de guerra comandada por Hitler.

Para Duarte (1995), o conflito presente no romance é basicamente folhetinesco: pobres contra ricos e crianças marginais contra uma sociedade opressora. “O insólito do folhetim se materializa nos rostos angelicais, porém malvados; nos gestos inocentes encobrendo ou propiciando o roubo, a trapaça, o estupro”. (DUARTE, 1995, p. 139).

Ainda segundo o mesmo crítico, **Capitães da areia** nasce de **Jubiabá**, sendo uma retomada e ampliação do terceiro momento de trajetória de Balduíno: da mesma forma, os romances focam-se na formação de um personagem, abrangendo desde a infância, envolta em traquinagens, livre e sem controle, até seu desabrochar como líder proletário. Retomando o modelo de evolução da malandragem à militância do herói, Pedro Bala encontra nas lutas sociais e trabalhistas a forma mais coerente de revolta contra o sistema que o marginaliza, conforme elucida Duarte (1995, p. 138-139):

O herói de novo vagueia pelas ruas da cidade grande até encontrar seu destino. E os companheiros de orfandade vivem, como seu líder, tentando escapar à degradação num mundo hostil, muitas vezes sem o conseguir. Alguns sucumbem ou se pervertem para sempre, enquanto outros se elevam e encontram um objetivo maior para suas vidas.

Em 1935, Jorge Amado, que já experimentava uma recepção crítica polêmica de seus textos, percebeu a necessidade de produzir obras mais estruturadas e com alcance social ampliado. Para se adequar à opção pela Literatura engajada, o escritor passou a mesclar a intenção realista de mostrar a evolução do oprimido para

uma consciência de classe com vários recursos narrativos de apelo popular, centrando-se na formação do herói. Como conclui Duarte (1995), Jorge Amado produz o que se chama de romance romanesco - uma combinação do popular com o popularizado – para difundir a mensagem partidária de elevação do oprimido. Assim analisa o estudioso:

A própria concepção do romance, fundada na narração dos feitos de um herói, inspira-se no cordel e, mesmo, na mais longínqua herança narrativa. Daí, as imagens arquetípicas, as referências lendárias e o substrato mitológico que permeiam diversas passagens, aproximando o texto da estória romanesca.

[...] o autor incorpora também a herança da narrativa burguesa que se difundiu e arraigou entre nós e constrói um romance de aprendizagem em que se evidenciam as relações com os motivos e tratamentos folhetinescos. O emprego da repetição como princípio construtivo, as inúmeras barreiras colocadas no caminho triunfante do herói, o ritmo ágil e a variedade das ações demonstram que as convenções do folhetim também se fazem presentes. E, junto com elas, as emanções melodramáticas visíveis nos exageros mórbidos, nas coincidências, nas mudanças bruscas do destino, no maniqueísmo de situações e personagens.

O resultado dessa mistura de formas e linguagens é o *romance romanesco*, fruto da combinação do *popular* com o *popularizado* [...]. (DUARTE, 1995, p. 91-92).

O crítico avalia a modernidade contida nessa estrutura empregada pelo escritor, ao fundir melodrama e folhetim, valendo-se de um cenário urbano, em que os agentes da narrativa são os emergentes das massas. O romance, desse modo, vai ao encontro das demandas de um público desejoso de entrar na problemática social e ter uma Literatura de entretenimento, construída numa linguagem acessível.

O antagonismo latente entre a sociedade e o grupo “capitães da areia” faz surgir personagens que, inconformados com os paradigmas sociais, confrontam-nos, buscando valores que satisfaçam suas ânsias e algo que os faça transcender a situação miserável em que vivem. Desestabilizam, por isso, o meio em que se inserem, enquadrando-se no que Lukács (2000) chamou de “heróis problemáticos”. O filósofo cunha a figura do herói problemático ao relacionar o romance com o mundo burguês, constituindo, assim, uma narrativa em que há o confronto entre o personagem e as convenções sociais. Esse herói, portanto, está em comunhão e conflito, concomitantemente, com o mundo, transformando o romance no percurso da submissão à realidade à formação de uma consciência individual. Assim explica o filósofo:

O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar sua própria essência. (LUKÁCS, 2000, p. 91).

Convergem-se ao texto amadiano o realismo da crítica social e elementos folhetinescos e melodramáticos. O caminho de Pedro Bala pela criminalidade é ornado por um esplendor romanesco em que a pureza interior da personagem é vitimada pelas circunstâncias em que vive. Exemplo dessa afirmação encontra-se na cena em que Bala estupra uma menina indefesa no areal. Apesar de consumir a violência sexual, o personagem se mostra sensível à resistência da vítima e se arrepende ao ver o ódio e desprezo da menina:

Primeiro ele ficou parado, depois deitou a correr no areal e ia como se os ventos o açoitassem, como se fugisse das pragas da negrinha. E tinha vontade de se jogar no mar para lavar toda aquela inquietação, a vontade de se vingar dos homens que tinham matado seu pai, o ódio que sentia contra a cidade rica que se estendia do outro lado do mar, [...] o desespero de criança abandonada e perseguida, a pena que sentia pela pobre negrinha, uma criança também. (AMADO, 1991, p.85).

A tomada final de consciência do personagem se dá após o sacrifício da prisão e da tortura: no reformatório, que, como considera Duarte (1995), simboliza a descida aos infernos na história romanesca, a dor física e a humilhação a que é submetido fazem com que Pedro Bala reanime seu amor pela liberdade, investindo-o na luta social: “Sofrer sede e escuridão. [...] Seu pai morrera para mudar o destino dos doqueiros. Quando ele sair será doqueiro também, lutar pela liberdade, pelo sol, por água e de comer para todos”. (AMADO, 1991, p. 195).

O “renascimento” do protagonista já é anunciado, conforme lembra Duarte (1995), no momento da fuga do reformatório, quando Pedro Bala atira as roupas de presidiário pelo caminho, ficando nu, simbolizando a nova vida e o novo ser.

A prisão é para Pedro Bala seu momento clímax no romance, preparando a alteração de sua trajetória. Duarte (1995) ainda cita a morte de Dora como propulsora dessa mudança, além de uma reverência amadiana aos mestres românticos, unindo amor e morte.

Dora perdera os pais em uma epidemia de varíola e entrou no grupo graças a João Grande e Professor, que, tendo a encontrado nas ruas com seu irmão Zé Fuinha, resolvem protegê-los. Num primeiro momento, Dora desperta o desejo sexual dos meninos, que é definitivamente freado pelo líder, Pedro Bala. Depois,

Dora integra-se ao grupo, participando, inclusive, de seus planos e roubos, passando a representar, por outro viés, mãe e irmã daqueles garotos, conforme elucida o seguinte fragmento: “A mão de Dora o toca de novo. Agora a sensação é diferente. Não é mais um arrepio de desejo. É aquela sensação de carinho bom, de segurança que lhe davam as mãos de sua mãe”. (AMADO, 1991, p.169).

Em um assalto frustrado, Pedro Bala e Dora são capturados e ela é enviada ao Orfanato, onde acaba adoecendo. Com a ajuda do grupo, Bala e Dora conseguem fugir, porém, esta não resiste ao seu padecimento e acaba por falecer. Antes, porém, entrega-se a Bala como esposa e eles têm uma noite de amor. Matias (2012, p. 42) avalia esse episódio como o completar do ciclo de Dora: “Dora, agora mulher, assume o papel de doação para o homem e tem seu ciclo completo, podendo morrer para se tornar estrela, que era uma honra guardada apenas para homens”.

Gomes (1998) considera o personagem Pedro Bala o protagonista do romance, não só por ser o primeiro do bando a se apresentar ao leitor, mas também porque seu caráter de liderança é enfatizado pelo narrador; ademais, embora não tome parte em todas as cenas, Pedro Bala é “[...] linha condutora de todo o romance, servindo, assim, para dar unidade aos diversos quadros”. (GOMES, 1998, p. 55).

Gomes (1998) e Matias (2012) classificam as personagens do romance amadiano como planas<sup>23</sup>, uma vez que são construídas a partir de uma ou duas qualidades das quais as outras são decorrentes, não causando surpresa ao leitor. Matias (2012, p. 40) aprofunda a análise, afirmando:

A planitude das personagens leva a pensar em uma estrutura épica da narrativa, onde os personagens são planos porque representam um povo e não uma subjetividade, uma individualidade. Nessa perspectiva é cabível trazer, para este ensaio, as reflexões de Da Canal sobre a **Nova narrativa épica no Brasil** para melhor ilustrar nosso recorte em **Capitães da areia**: “[...] narrada e celebrada a ação do homem sobre o mundo [...]”. A obra, em uma perspectiva generalizante, narra as ações de meninos marginalizados (à margem da sociedade) sobre o mundo e isso, dentro dessa perspectiva, somado às personagens planas nos abre a possibilidade de interpretá-la (a

<sup>23</sup> Segundo conceitos apresentados por Brait (1985), valendo-se dos estudos de Forster sobre a estrutura do romance, as personagens são planas ou redondas. Planas “Geralmente, são definidas em poucas palavras, estão imunes à evolução no transcorrer da narrativa, de forma que as suas ações apenas confirmem a impressão de personagens estáticas, não reservando qualquer surpresa ao leitor”. (BRAIT, 1985, p. 40-41). Redondas “são aquelas definidas por sua complexidade, apresentando várias qualidades ou tendências, surpreendendo convincentemente o leitor. São dinâmicas, são multifacetadas, constituindo imagens totais e, ao mesmo tempo, muito particulares do ser humano”. (BRAIT, 1985, p. 41).

obra), como uma reconstrução da estrutura narrativa épica na época moderna. Sobre o épico é importante lembrar o que disse Aristóteles quanto à trajetória do herói, pois ela coincide com a da própria sociedade representada. A trajetória ascendente de Pedro Bala representa, portanto, dentro dessa estrutura épica, o próprio crescimento da sociedade.

Matias (2012) assevera que Pedro Bala não poderia possuir conflitos mais complexos para não prejudicar seu *layout* comunista: ele é um líder nato, inquestionável, pois é puro sentimento de comunidade. Assim, sua função na narrativa é plena. Para o crítico, o único personagem que fugiria de tal simplificação seria Sem-Pernas, pois seu conflito não prejudica a filosofia da obra.

A falta de afeto marca decisivamente as crianças, em especial, Sem-Pernas, que sempre se mostrou atormentado por sua carência:

[...] o Sem-Pernas recuou e a sua angústia cresceu. Todos procuravam um carinho, qualquer coisa fora daquela vida: o Professor naqueles livros que lia a noite toda, o Gato na cama de uma mulher da vida que lhe dava dinheiro, Pirulito na oração que o transfigurava, Barandão e Almiro no amor da areia do cais. O Sem-Pernas sentia que uma angústia o tomava e que era impossível dormir [...]. (AMADO, 1991, p.39).

Sem-Pernas é um menino coxo e tal característica acentuou o preconceito sofrido por ele. Após um episódio em que fora preso e em que os policiais o surraram, ridicularizando o seu defeito físico, Sem-Pernas enraizou o ódio. Na cena em que ele vai à casa de Dona Ester e é recebido com profundo carinho pela família, fica clara sua enorme carência afetiva. Machado (2006) vê nesse episódio o que em língua inglesa é chamado de *twist*, um pequeno desvio insuspeitado: tudo faz crer ao leitor que, ao ser acolhido com tamanha bondade e carinho, o destino de Sem-Pernas sofreria uma transformação, encontrando o pobre menino um porto seguro; contudo, apesar de um drama interno, o personagem mostra-se solidário ao grupo, levando a termo o plano de assalto à residência de seus benfeitores, consoante o fragmento:

E se para alguém o Sem-Pernas abria exceção no seu ódio, que abrangia o mundo todo, era para as crianças que formavam os Capitães da Areia. Estes eram seus companheiros, eram iguais a ele, eram as vítimas de todos os demais, pensava o Sem-Pernas. E agora sentia que os estava abandonando, que estava passando para o outro lado. Com este pensamento se sobressaltou, sentou-se. Não, ele não os traria. Antes de tudo estava a lei do grupo, a lei dos Capitães da Areia. Os que a traíam eram expulsos e nada de bom os esperava no mundo. E nunca nenhum a havia traído do modo como o Sem-Pernas a ia trair. Para virar menino mimado, para virar uma daquelas crianças que eram eterno motivo de

galhofa para eles. Não, não os trairia. Teriam bastado três dias para ele localizar os objetos de valor da casa. Mas a comida, a roupa, o quarto, e mais que a comida, a roupa e o quarto, o carinho de Dona Ester tinham feito que ele passasse já oito dias. Tinha sido comprado por este carinho como o estivador fora comprado por dinheiro. Não, não os trairia. (AMADO, 1991, p. 119).

Nota-se uma situação melodramática, na qual uma criança abandonada, carente em excesso e deficiente física, ao finalmente encontrar um lar e uma família, vê-se sem escolha, tendo de sufocar sua gratidão e sair do aconchego. Sobre esse episódio, avalia Machado (2006, p. 22):

A ética é outra, de classe. Faz com que a moral do grupo e a solidariedade se sobreponham ao afeto, ao sentimento individual de agradecimento e ao que pode parecer apenas um caso de moralidade burguesa tradicional. A intensidade do conflito interno entre duas fortíssimas emoções opostas, no entanto, ecoa os dilaceramentos afetivos do melodrama e não estaria fora de lugar no quadro geral do romance popular no século XIX.

Consoante Matias (2012), o garoto percebe que, quando algo lhe é oferecido, é sob a esfera individual e não social. “Esse abandono do ideal, do particular, de vida, em nome de um ideal comunitário, causa a maturidade no personagem, antes da dos demais, que virá apenas com a morte de Dora”. (MATIAS, 2012, p. 43).

Quanto às demais personagens de destaque do grupo “capitães da areia”, o narrador vale-se da metonímia para qualificar e dar nomes a eles. Assim, são elas descritas a partir de uma característica física ou psicológica ou da função que exercem no grupo. Segundo Gomes (1998, p. 59), esse recurso serve para acentuar o lado plano das personagens, “[...] como se a qualidade ou o defeito principal de cada personagem se estendesse e dominasse todo o indivíduo, servindo-lhe de emblema e, em muitos casos, determinando-lhe toda a ação”. Assim, por exemplo, João Grande tem esse nome em razão da estatura e Sem-Pernas esse apelido em razão de seu defeito físico.

Gomes (1998) avalia ainda que os apelidos são expedientes usados pelo escritor para dar nome somente aos integrantes do grupo capitães da areia, à exceção do personagem Querido-de-Deus, todos os outros recebem nomes próprios, como Dalva, José Pedro, Aninha etc. Isso serve para salientar o grupo fechado que formavam, onde os membros eram somente aqueles a quem as crianças amavam e respeitavam. Sem-Pernas era quem dava os apelidos aos novos membros do grupo: “Logo que um novato entrava para os Capitães da Areia formava

uma ideia ruim de Sem-Pernas. Porque ele botava um apelido, ria de um gesto, de uma frase do novato”. (AMADO, 1991, p.30). Isso remete aos rituais de iniciação de grupos fechados, como bem observa Gomes (1998).

A morte de Dora e Sem-Pernas desencadeia o amadurecimento que levará à mudança dos rumos dos “capitães da areia”, assumindo os personagens diferentes funções sociais: enquanto uns se mantêm na malandragem e no crime, como Volta-Seca, Boa-Vida e Gato, outros saem da condição de marginalidade, como Pirulito - que se torna frade capuchinho, Professor - que se muda para o Rio de Janeiro a fim de estudar pintura e se tornar um grande artista, João Grande - que se torna marinho - e Pedro Bala - que se torna um militante operário. Jorge Amado quis representar como a marginalização e a falta de consciência de alguns personagens os impedem de se adaptar à sociedade.

A transformação do grupo “capitães de areia” em brigada de choque, que dispersa os fura-greve, dá uma finalidade política às suas habilidades aprendidas e utilizadas nas ruas e colore o final da narrativa com um “[...] tom de elevação dignificante: da errância lúmpen<sup>24</sup> ao empenho esquerdista”. (DUARTE, 1995, p. 144).

Para Gomes (1998, p. 51), apesar da miséria retratada no texto, o romance termina com uma mensagem positiva, pois Jorge Amado concentra em Pedro Bala “[...] toda sua crença na força do homem, em seu poder para modificar o destino, por meio da luta, por meio da ação”, construindo uma narrativa “[...] que se presta a desalienar e a conscientizar o homem, não só lhe chamando a atenção para as mazelas sociais, como também indicando-lhe o caminho da redenção”.

Duarte (1995) salienta ainda o fato de a trajetória militante de Pedro Bala ser apresentada de forma superficial como indicativo da incipiência do projeto autoral de Amado para a Literatura revolucionária. Para o crítico, o mérito da obra concentra-se na denúncia da condição dos meninos de rua, única em toda a Literatura dos anos de 1930.

Gomes (1998) considera a obra um romance *sui generis*, isto é, singular, não apenas pela temática, mas também por sua estrutura, vez que não possui um enredo organizado dos fatos e relação de causa e efeito entre eles: é construído através de quadros mais ou menos independentes, retratando a vida e os destinos

---

<sup>24</sup> De acordo com o **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa, lúmpen significa indivíduo sem compromisso, que não trabalha, vadio.

individuais de alguns dos meninos de rua, como também das ações do grupo, rompendo, portanto, com a estrutura convencional do romance. Além disso, são intercaladas notícias de jornal, bem como reflexões poéticas ao longo da história. “A força da narrativa advém do enredo solto, maleável, que parece flutuar ao sabor das aventuras dos pequeninos heróis”. (GOMES, 1998, p. 32).

Ainda segundo Gomes (1998), trata-se de um romance de personagem<sup>25</sup>, pois, apesar da ação contida no enredo, privilegiam-se a existência e a movimentação de diversos grupos sociais, em especial, os meninos de rua que formam o grupo dos “capitães da areia”. Mas, conforme ressalva o estudioso, apesar de trabalhar com quadros soltos e de se prender às personagens mais do que à ação, o romance não é desalinhado, sendo conduzido por uma linha traçada pela personagem de maior destaque, que é Pedro Bala, o “capitão” do grupo de meninos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado quanto à estrutura da obra é que ela é aberta com uma seção denominada Cartas à Redação, na qual se encontram diversas cartas, de diferentes pessoas entre populares e autoridades, enviadas à redação de um jornal, emitindo opiniões diversas quanto ao reformatório. Essa estratégia visa conferir verossimilhança àquilo que será narrado posteriormente, além de ser um recurso para criticar as autoridades por meio da linguagem empregada em cada uma.

Os textos apresentados no prólogo seguem a seguinte ordem: reportagem publicada no Jornal da Tarde tratando do assalto das crianças à casa de um rico comerciante, num dos bairros mais aristocráticos da capital; carta do secretário do chefe de polícia ao mesmo jornal, atribuindo a responsabilidade de coibir os furtos das crianças ao juiz de menores; carta do juiz de menores defendendo-se da acusação de negligência; carta da mãe de uma das crianças falando das condições miseráveis do reformatório; carta do padre José Pedro referendando as acusações da mãe feitas ao reformatório; carta do diretor do reformatório defendendo-se das

---

<sup>25</sup> Segundo Moisés (1987), o romance de personagem é aquele em que a ênfase está sobre os protagonistas, aos quais a ação torna-se subserviente. Assim, o enredo passa a ocupar função secundária, decorrendo do modo de ser das personagens: “Centrando-se na personagem, através dela o romancista pinta a sociedade ou o grupo social em que ela se enquadra”. (MOISÉS, 1987, p. 189). Insta registrar a ressalva realizada por Moisés (1987) no sentido de que as tipologias usadas para o gênero romance não são estanques. Assim, o romance não seria só de ação ou só de personagem ou de drama (conforme a classificação que o crítico adota), pois “O simples fato de o romance jogar com ‘gente’, conflitos, tempo e espaço já dirime de pronto a questão. [...] Portanto, predominância de um aspecto sobre os demais, e não absoluto domínio”. (MOISÉS, 1987, p. 188).

acusações da mãe e do padre; reportagem elogiosa do mesmo jornal ao reformatório.

O envio de tais cartas deveu-se à reportagem intitulada Crianças ladronas, na qual o jornal acusava a negligência por parte da polícia local e do juizado de menores em relação à ação dos “capitães da areia”:

CRIANÇAS LADRONAS  
AS AVENTURAS SINISTRAS DOS “CAPITÃES DA AREIA” – A CIDADE  
INFESTADA POR CRIANÇAS QUE VIVEM DO FURTO – URGE UMA  
PROVIDÊNCIA DO JUIZ DE MENORES E DO CHEFE DE POLÍCIA –  
ONTEM HOVE MAIS UM ASSALTO. (AMADO, 1991, p. 3).

O ensejo dessa reportagem veio do furto sofrido pelo comendador José Ferreira, “[...] dos mais abastados e acreditados desta praça”. (AMADO, 1991, p. 4). Ela, portanto, apresenta um cunho demagógico, preconceituoso e oportunista, referindo-se aos “capitães da areia” exclusivamente como “[...] grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe”. (AMADO, 1991, p. 3). A reportagem não mostra qualquer traço de preocupação com as crianças, com sua educação, alimentação ou moradia, tratando-as como criminosos perseguidos pela polícia, mas jamais como crianças desamparadas.

É na carta de uma mãe costureira que se encontra a primeira denúncia acerca dos maus tratos sofridos pelos jovens nos reformatórios. Surpreende-nos a coragem da sugestão por ela trazida ao jornal de que este fosse visitar o reformatório para comprovar o que ela expunha:

Se o jornal do senhor mandar uma pessoa lá, secreta, há de ver que comida eles comem, o trabalho de escravo que têm, que nem um homem forte aguenta, e as surras que tomam. (AMADO, 1991, p. 10).

Defendendo-se das acusações feitas pela costureira e corroboradas, em outra carta, pelo Padre José Pedro, o diretor do reformatório, num tom arrogante e preconceituoso, rebate as críticas, afirmando que:

Quanto à carta de uma mulherzinha do povo, não me preocupei com ela, não merece a minha resposta. [...] Não é uma mulherzinha do povo quem há de compreender a obra que estou realizando à frente deste estabelecimento. (AMADO, 1991, p. 13).

E, mais adiante, quanto à carta do Padre José Pedro:

Este sacerdote, esquecendo as funções de seu cargo, veio lançar contra o estabelecimento que dirijo graves acusações [...] O tal padre é apenas um instigador do mau caráter geral dos menores sob a minha guarda. E por isso vou fechar-lhe as portas desta casa de educação. (AMADO, 1991, p. 13-14).

Urge destacar a localização de tais correspondências no jornal: enquanto que a do secretário do chefe de polícia aparece na primeira página, complementada com um elogioso comentário, a da mãe costureira aparece na quinta página, entre anúncios e sem comentários.

Após a seção Cartas à Redação, a narrativa propriamente dita se inicia, dividida em três partes. A primeira, intitulada Sob a lua num velho trapiche abandonado, é a mais longa, constituída por onze capítulos. Apresenta o grupo dos “capitães da areia”, relata a vida de seus participantes e suas ações no grupo. Essa parte se finaliza com a epidemia de varíola que assola a cidade, matando centenas de pessoas. A segunda - Noite da grande paz, da grande paz dos teus olhos - constituída por oito capítulos, foca mais o chefe dos “capitães”, Pedro Bala, que descobre o amor por Dora, a única menina do grupo. Essa parte se finaliza com a morte de Dora e a dor de todos. A última parte - Canção da Bahia, Canção da liberdade – é constituída também por oito capítulos e, por ser a finalização da obra, apresenta o destino dos “capitães da areia” e o engajamento político de Pedro Bala na causa operária.

O narrador se manifesta em terceira pessoa onisciente: ele passeia pelas histórias de todas as personagens, retratando, inclusive a consciência e os sentimentos de cada uma delas: “Era outra maneira de amor, pensava numa confusão. Ele nunca tivera uma ideia perfeita do amor”. (AMADO, 1991, p. 193). Outrossim, o narrador também se coloca de forma mais distante, apresentando uma visão panorâmica ao descrever o espaço amplo da cidade: “A grande noite de paz da Bahia veio do cais, envolveu os saveiros, o forte, o quebra-mar, se (sic) estendeu sobre as ladeiras e as torres das igrejas”. (AMADO, 1991, p. 22). Há, portanto, um narrador em terceira pessoa que analisa, tanto de fora - como observador - quanto de dentro - penetrando na intimidade dos personagens. E essa mistura fica ainda mais clara conforme este exemplo:

Pedro Bala ouve os passos que se afastam. Mas está mais alegre. Pensa em seguida que o recado é de Dora, mas vê que é uma tolice pensar nisso [...]. Abrem a porta. Pedro Bala se atira para a frente, pensando que o vão soltar. Uma mão o empurra: [...]. (AMADO, 1991, p. 196-197).

Jorge Amado dá também espaço a personagens secundários para narrar alguns fatos, calando, por alguns momentos, o narrador principal. É o que se vê desta passagem, por exemplo: “Gato contou que a solteirona era cheia do dinheiro. Era a última de uma família rica, andava pelos quarenta e cinco anos, feia e nervosa”. (AMADO, 1991, p.224).

Em contraponto à voz apaixonada e lírica do narrador principal, Amado agrega à narrativa textos jornalísticos, a fim de conferir um maior grau de realidade, como se viu, bem como de dar voz a um discurso pretensamente objetivo e imparcial ao tratar das ações dos “capitães da areia”, conforme excerto:

Já por várias vezes o nosso jornal, que é sem dúvida o órgão das mais legítimas aspirações da população baiana, tem trazido notícias sobre a atividade criminosa dos “Capitães da Areia”, nome pelo qual é conhecido o grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe. (AMADO, 1991, p. 3).

O narrador principal possui um discurso absolutamente parcial, pois, ao tratar das crianças do trapiche e dos grevistas, dos trabalhadores explorados das docas, é emotivo, apaixonado e afetuoso, segundo fragmento:

Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas. (AMADO, 1991, p. 21).

Mas hoje não são os Capitães da Areia que estão metidos numa bela aventura. São os condutores de bonde, negros fortes, mulatos risonhos, espanhóis e portugueses, que vieram de terras distantes. São eles, que levantam os braços e gritam iguais aos Capitães da Areia. A greve se soltou na cidade. É uma coisa bonita a greve, é a mais bela das aventuras [...]. (AMADO, 1991, p. 245-246).

Quando o narrador adentra o universo das classes dominantes, o discurso é frio e irônico, consoante se pode observar da passagem:

O rapaz puxou um cigarro, acendeu. Jogou a fumaça para cima, estendendo o beijo, deu uma espiada para os peitos de Dora:

- Você está procurando emprego?

- Tou, sim senhor.

O vento levantou um pouco o vestido dela. Ele teve pensamentos canalhas ao ver o pedaço de coxa. Já se sonhava na cama, Dora trazendo o café pela manhã, a safadeza que se seguiria.

[...]

A mocinha se afastou receosa. Até o rapaz se desviou um pouco, pensou nos seios pequenos de Dora marcados de varíola. Cuspiu com nojo. (AMADO, 1991, p. 160).

Pesadas cortinas, cadeiras de alto espaldar, um retrato de Santo Inácio na parede. O padre José Pedro entrou na sala com o coração batendo muito. Não tinha absoluta certeza do motivo por que recebera aquela comunicação do Cônego Secretário do Arcebispado para comparecer ao Palácio Episcopal.

[...]

Olhava com os olhos sem expressão o padre. Sentou-se, cruzou as mãos com grande cuidado, afastou sua reluzente batina da batina suja do padre José Pedro. (AMADO, 1991, p. 140-141).

Esse movimento de adesão e distanciamento no livro denota o seu caráter ideológico de esquerda e o compromisso confesso de Jorge Amado à arte engajada, de aderir às causas das personagens mais excluídas e exploradas.

A primeira vertente temática visualizada na obra centra-se no confronto entre as classes sociais. O título do romance é metafórico: os meninos desprotegidos são donos da areia onde se encontram, onde tramam, onde se protegem, abrigando-se num trapiche derruído e abandonado. E o fato de ali viverem, à beira do mar, só reforça a ideia de marginalização, de exclusão desses personagens da sociedade.

Por outro lado, percebe-se também que eles são livres para percorrer toda a cidade da Bahia, Salvador, sendo considerados “[...] em verdade, os donos da cidade, os que conheciam totalmente, os que totalmente a amavam [...]”. (AMADO, 1991, p. 21). Em contrapartida, os burgueses estão fechados na cidade alta, em suas mansões.

Para reforçar as diferenças sociais, a polícia, ao lado dos reformatórios e orfanatos, e a Igreja estão a serviço de uma classe dominante. Os primeiros são caracterizados como opressores, retirando do convívio social, de forma autoritária e desumana, aqueles que perturbam a ordem e o sossego dos ricos e poderosos. A Igreja, por sua vez, despreza os mais pobres, não indicando qualquer sentimento de solidariedade ou misericórdia, criticando, inclusive, aqueles que optam por ajudá-los, chamados, preconceituosamente, de comunistas, como se verifica do seguinte trecho:

- Cale-se - a voz do cônego era cheia de autoridade. - Quem o visse falar diria que é um comunista que está falando. E não é difícil. No meio dessa gentalha o senhor deve ter aprendido as teorias deles... O senhor é um comunista, um inimigo da Igreja... (AMADO, 1991, p. 144).

Em virtude dessa subserviência eclesiástica às classes abastadas, Jorge Amado destaca o cristianismo primitivo do Padre José Pedro, que vai ao encontro

dos meninos no trapiche e nas ruas, deixando de lado as pompas dos templos e os agrados das beatas. Citando o romance:

Pareciam adorá-lo e o padre José Pedro se revoltou. Em verdade ele sabia que a grande maioria dos padres não se revoltava e ganhava bons presentes de galinhas, perus, lenços bordados e por vezes até antigos relógios de ouro que passavam através de gerações na mesma família. (AMADO, 1991, p. 67).

De origem humilde, sua meta era retirar aquelas crianças das ruas, tornando-se, por esse motivo, um marginal em relação aos outros padres, a exemplificar:

Há bastante tempo que o Padre José Pedro ouvia falar nos Capitães da Areia e sonhava entrar em contato com eles, poder trazer todos aqueles corações a Deus. Tinha uma vontade enorme de trabalhar com aquelas crianças, de ajudá-las a serem boas. [...] O padre José Pedro não era considerado uma grande inteligência entre o clero. Era mesmo um dos mais humildes entre aquela legião de padres da Bahia. Em verdade fora cinco anos operário numa fábrica de tecidos, antes de entrar para o seminário. (AMADO, 1991, p.65).

A oposição rico e pobre não se restringe às classes sociais, estando também presente no campo da religião, com a discriminação contra as crenças não-oficiais: “Não deixam os pobres viver... Não deixam nem o deus dos pobres em paz. Pobre não pode dançar, não pode cantar pra seu deus, não pode pedir uma graça a seu deus”. (AMADO, 1991, p.87). Jorge Amado aborda o candomblé, cujo traço de origem afro e popular é evidente. No livro, ele é materializado na figura de Don’Aninha:

Por último Don’Aninha veio aonde estavam os Capitães da Areia, seus amigos de há muito, porque são amigos da grande mãe-de-santo todos os negros e todos os pobres da Bahia. Para cada um ela tem uma palavra amiga e maternal. Cura doenças, junta amantes, seus feitiços matam homens ruins [...]. (AMADO, 1991, p. 86-87).

Jorge Amado salienta, igualmente, o lado humano, solidário e leal dos meninos abandonados em contraposição à solidão e incapacidade de realização pessoal das classes mais favorecidas. A exemplificar, transcrevem-se os seguintes trechos do livro: um no qual Pedro Bala decide por não mandar Almiro ao lazarento – lugar no qual os doentes não eram curados – e o outro referindo-se à solidão da vitalina, que não se entrega ao amor, mas se satisfaz com algumas carícias do personagem Sem-Pernas, tratando-o como objeto de prazer:

Pedro Bala andou até Almiro. João Grande queria vencer o medo e ir junto de Almiro também. Mas o medo da bexiga era uma coisa enorme nele, quase maior que sua bondade. Só Professor estava junto de Pedro Bala. Este disse a Almiro:

- Deixe eu ver...

Almiro mostrou os braços cheios de bolhas. Professor disse:

- É alastrim. Bexiga negra fica logo preta...

Pedro Bala ficou pensando. Ia um silêncio pelo trapiche. João Grande conseguiu vencer o medo e se aproximou. Mas ia com passos arrastados. Parecia violentar sua própria vontade para chegar junto de Almiro. Foi quando entrou Pirulito acompanhado do Padre José. [...] O padre se dirigiu para ele, chegou perto, pegou no braço, examinou. Depois disse a Pedro Bala:

- É preciso levar para a assistência...

- Pro lazarento?

- Sim.

- Não, não vai, não – fez Pedro Bala.

[...]

- Tu sabe, padre, que ninguém volta do lazarento. Ninguém volta. Ele é um da gente, um do grupo. A gente não pode fazer isso... (AMADO, 1991, p. 137-138).

A solteirona não tirava os olhos dele. Um menino... Não era a bondade que falava dentro dela. Era a voz do sexo que dava seus últimos latidos. (AMADO, 1991, p. 225).

[...]

A vitalina o espera para o amor. Está como uma esposa a quem o marido abandonasse. Chora e lastima. Seu amor não vem, ela também precisa de amor, como todas essas moças que passam de vestidos bonitos na rua. (AMADO, 1991, p. 228).

Como dito, o narrador penetra na esfera individual de alguns personagens, retratando o aprendizado interior frente às dificuldades enfrentadas. Essa é a segunda temática encontrada na obra. Serão por meio das intempéries, dos problemas e das experiências de cada um que a consciência dos personagens se formará. Então, explanando: enquanto que Sem-Pernas se torna cada vez mais rancoroso, amargo e descrente por nunca ter experimentado um amor genuíno e por ter sido ridicularizado e humilhado por policiais, Pedro Bala passa de ladrão a líder proletário, lutando contra a exploração pelas classes economicamente superiores, conforme se observa dos seguintes fragmentos:

Quando os corações das demais crianças ainda estão puros de sentimentos, o do Sem-Pernas já estava cheio de ódio. [...] Uma vez uma mulher foi boa para ele. Mas em verdade não o fora para ele e sim para o filho que perdera e que pensara que tinha voltado. De outra feita outra mulher se deitara com ele numa cama, acariciara seu sexo, se aproveitara dele para colher as migalhas do amor que nunca tivera. Nunca, porém, o tinham amado pelo que ele era, menino abandonado, aleijado e triste. [...] Apanhara na polícia, um homem ria quando o surravam. (AMADO, 1991, p. 238).

[...] Ajudar a mudar o destino de todos os pobres. [...] Uma voz que vem do cais, do peito dos estivadores, de João de Adão, de seu pai morrendo num comício [...] Voz que vem do trapiche dos Capitães da Areia. Que vem do

reformatório e do orfanato. [...] Voz que chama Pedro Bala. Como a voz de Deus chamava Pirulito, a voz do ódio o Sem-Pernas, como a voz dos sertanejos chamava Volta Seca para o grupo de Lampião. Voz poderosa como nenhuma outra. Porque é uma voz que chama para lutar por todos, pelo destino de todos, sem exceção. [...] Voz que chama Pedro Bala, que o leva para a luta. Voz que vem de todos os peitos esfomeados da cidade, de todos os peitos explorados da cidade. (AMADO, 1991, p. 253).

Salvador, ou melhor dizendo nas palavras do narrador, a cidade da Bahia é o cenário da obra. O espaço da cidade distribui-se nas mansões, Igreja, cadeia, reformatório, orfanato, bares, docas, lojas, destacando-se o trapiche abandonado, no qual os meninos de rua fazem morada.

A cidade é quase um personagem nessa obra: ora ela instiga os meninos, ora os castiga. Assim, em alguns momentos, a cidade representa os sonhos, os anseios dos personagens, constituindo-se num objeto a ser conquistado. Fica evidente tal afirmação na seguinte passagem: “Na sua frente estava a cidade misteriosa, e ele partiu para conquistá-la. A cidade da Bahia, negra e religiosa, é quase tão misteriosa como o verde mar. Por isso João Grande não voltou mais [...]”. (AMADO, 1991, p. 22).

Por outro lado, a cidade, metonimicamente, como extensão dos moradores das altas classes, representa um castigo àquelas crianças e adolescentes desamparados. É o que se observa quando Dora sai à procura de emprego, após se tornar órfã de pai e mãe, citando:

As luzes se acenderam e ela achou a princípio muito bonito. Mas logo depois sentiu que a cidade era sua inimiga, que apenas queimara os seus pés e a cansara. Aquelas casas bonitas não a quiseram. (AMADO, 1991, p. 161-162).

Destaca-se ainda a função social do espaço urbano, dividido em territórios para os ricos – cidade alta – e pobres – cidade baixa, evidenciando as diferenças sociais. Mencionando o romance:

Omolu mandou a bexiga negra para a cidade. Mas lá em cima os homens ricos se vacinaram, e Omolu era um deus das florestas da África, não sabia destas coisas de vacina. E a varíola desceu para a cidade dos pobres e botou gente doente, botou um negro cheio de chaga em cima da cama [...]. (AMADO, 1991, p. 132).

Esse contraste é ainda mais acentuado nas descrições das mansões onde vivem os burgueses, bem como na suntuosidade da sede do Arcebispado, conforme se verifica nos trechos:

Pesadas cortinas, cadeiras de alto espaldar, um retrato de Santo Inácio numa parede. Na outra, um crucifixo. Uma grande mesa, custosos tapetes [...]. (AMADO, 1991, p. 140).

O 611 era uma casa grande, quase um palacete, com árvores na frente. Numa mangueira, um balanço onde uma menina da idade de Dora se divertia [...]. (AMADO, 1991, p. 159).

Do espaço urbano, sobressai o trapiche, onde moram as crianças. É um espaço abandonado, em ruínas e junto ao mar. Essas características reforçam a marginalidade na qual se encontravam aqueles meninos. Marginalidade não no sentido de bandidagem, mas no sentido de exclusão social, pois a sociedade parece evitar voltar os olhos àqueles desvalidos, que encontram refúgio junto à areia e aos ratos.

Outras localidades são também referidas no livro, como Ilhéus, Rio de Janeiro e o sertão, mas não são primordiais na narrativa, ficando em plano bastante secundário, em referência aos destinos de alguns dos meninos do bando.

O tempo da narrativa é cronológico, com a ordenação dos fatos e indicações de hora, dias da semana, entre outros; entretanto, é também permeado de analepses, que se constituem num retorno ao passado, quando o narrador remonta fatos passados de modo a justificar o presente e a nos apresentar a vida de determinadas personagens.<sup>26</sup> É assim, por exemplo, quando o personagem Pedro Bala é apresentado ao leitor: através do retorno ao passado, sabe-se o porquê de o personagem ter se engajado no grupo “capitães da areia” - a morte do pai, o desconhecimento da mãe - e a conquista da liderança do grupo ao derrotar o mulato Raimundo em uma luta. Tal recurso, entretanto, não compromete a temporalidade dos fatos, uma vez que o narrador deixa claros os limites entre o passado e o presente, consoante se observa nas seguintes passagens do livro:

É aqui que mora o chefe dos Capitães da Areia: Pedro Bala. Desde cedo foi chamado assim, desde seus cinco anos. Hoje tem 15 anos. Há dez que vagabundeia nas ruas da Bahia. Nunca soube de sua mãe, seu pai morrera

---

<sup>26</sup> Nesse sentido, definem Reis e Lopes (2007, p. 29): “[...] entende-se por analepse todo o movimento temporal retrospectivo destinado a relatar eventos anteriores ao presente da ação e mesmo, nalguns casos, anteriores ao início”.

de um balaço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade. Hoje sabe de todas as suas ruas e de todos os seus becos. (AMADO, 1991, p. 20-21).

A mãe do Gato morrerá cedo. Era uma mulher frágil e bonita. Também tinha as mãos maltratadas, que esposa de operário não tem manicura. E era dela também aquele gesto de remendar as camisas de Gato, mesmo nas costas de Gato. A mãe de Dora o toca de novo. (AMADO, 1991, p. 169).

Essa demarcação é realizada por meio dos verbos no pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito e no presente do indicativo. A narrativa no presente do indicativo é sempre fragmentada pelas analepses. Para evitar um rompimento e manter a sequência lógica dos fatos, o narrador utiliza-se de expressões que indicam a passagem do tempo, dias ou horas, conforme trecho:

Outra noite, uma noite escura de inverno, na qual os saveiros não se aventuravam no mar, noite de cólera de Yemanjá e Xangô, quando os relâmpagos eram o único brilho no céu carregado de nuvens negras e pesadas, Pedro Bala, o Sem-Pernas e João Grande foram levar a mãe-de-santo, Don'Aninha, até sua casa distante. Ela viera ao trapiche pela tarde, precisava de um favor deles, e enquanto explicava, a noite caiu espantosa e terrível.

[...]

Agora levavam Don'Aninha para sua casa. (AMADO, 1991, p. 86-87).

Quanto às expressões que demarcam o tempo, temos aquelas que se referem a frações de tempo maior e aquelas que se referem a frações menores de tempo. Estas últimas são utilizadas para dar maior plasticidade ao tempo e permitir uma análise mais minuciosa dos atos dos personagens. Aquelas, ao contrário, dão uma visão panorâmica, sem detalhamentos dos acontecimentos, distanciando os personagens do leitor. É o que se vê dos exemplos a seguir:

Passou o inverno, passou o verão, veio outro inverno, e este foi cheio de longas chuvas, o vento não deixou de correr uma só noite no areal. Agora Pirulito vendia jornais, fazia trabalhos de engraxate, carregava bagagens dos viajantes. (AMADO, 1991, p. 220).

Anos depois os jornais de classe, pequenos jornais, dos quais vários não tinham existência legal e se imprimiam em tipografias clandestinas, jornais que circulavam nas fábricas, passados de mão em mão, e que eram lidos à luz de fífós, publicavam sempre notícias sobre um militante proletário, o camarada Pedro Bala, que estava perseguido pela polícia de cinco estados como organizador de greves, como dirigente de partidos ilegais, como perigoso inimigo da ordem estabelecida. (AMADO, 1991, p. 256).

Amado, em **Capitães da areia**, retrata o falar de diferentes camadas sociais, não se preocupando com a norma culta ou a correção sintático-gramatical,

incorporando termos populares ao dar voz às minorias exploradas e aos meninos de rua. Exemplificando:

- Tu não vai hoje ao Gantois? Vai ser uma batida daquelas. Um fandango de primeira. É festa de Omolu.
- Muita boia? E aluá?
- Se tem... - mirou Pedro Bala. – Por que tu não vai, branco? Omolu não é só santo de negro. É santo dos pobres todos. (AMADO, 1991, p. 79).
- Tu quer esse Deus Menino para tu? – perguntou ele de repente. (AMADO, 1991, p. 175).

Outra característica da obra é a utilização de termos chulos, como se pode notar:

- Boa-Vida ficou espiando os peitos da negra, enquanto descascava uma laranja que apanhara no tabuleiro.
- Tu ainda tem uma peitama bem boa, hein, tia? (AMADO, 1991, p. 75).
- Quem tirou teu cabaço?
- Ora, me deixe... – respondeu pederasta rindo. (AMADO, 1991, p. 96).
- Juro que não quero comer ela, nem eles quer. É uma menina. Mas ninguém toca nela. Quem quiser que venha... (AMADO, 1991, p. 167).

A linguagem dos meninos “capitães da areia”, sem família, que viviam de furtos, lutando pela sobrevivência e sem escolaridade, tem de ser condizente com essa situação de delinquência. Em contrapartida, como comprova o trecho do romance abaixo transcrito, o falar das personagens burguesas e das classes dominantes demonstra outro grau de escolaridade e cultura:

- Entre, meu filho. Deixe estar que vou arranjar um trabalho para você.. – pôs a mão fina e aristocrática, onde brilhava um solitário, na cabeça suja do Sem-Pernas e falou para a criada: - Maria José, prepare o quarto de cima da garagem para este menino. Mostre o banheiro a ele, dê um roupão de Raul, depois dê comida a ele... (AMADO, 1991, p.110).

O narrador, por sua vez, também incorpora, em seu próprio discurso, essa forma mais livre, coloquial, sem cerimônias de falar, principalmente, ao fazer uso de frases curtas e repetição de expressões e palavras, como se verifica nos seguintes fragmentos:

- Em torno é a paz da noite. Nos olhos mortos de Dora, olho de mãe, de irmã, de noiva e de esposa, há uma grande paz. Alguns meninos choram. Volta Seca e João Grande vão levar o corpo. Mas, parado ante ele, está Pedro Bala, imóvel. Volta Seca não pode estender as mãos. João Grande chora como uma mulher. (AMADO, 1991, p. 212).

Voz que vem do trapiche dos Capitães da Areia. Que vem do reformatório e do orfanato. Que vem do ódio do Sem-Pernas se atirando do elevador para não se entregar: Que vem no trem da Leste Brasileira, através do sertão, do grupo de Lampião pedindo justiça para os sertanejos. Que vem de Alberto, o estudante pedindo escolas e liberdade para a cultura. Que vem dos quadros de Professor, onde meninos esfarrapados lutam naquela exposição da rua Chile. Que vem de Boa-Vida e dos malandros da cidade, do bojo dos seus violões, dos sambas tristes que eles cantam. Uma voz que vem de todos os pobres, do peito de todos os pobres. Uma voz que diz uma palavra bonita de solidariedade, de amizade: *companheiros*. (AMADO, 1991, p. 252-253).

A reiteração de palavras serve tanto para exaltação, como no trecho acima citado em que Pedro Bala é “chamado” a concretizar seu destino, como para reforçar uma ideia de negatividade, tal qual se vê abaixo:

Mas o roubo a enfurece. Porque pensa que Sem-Pernas só a amou nas noites longas de vícios para a furtar. Sua sede de amor é humilhada. É como se houvessem cuspidos na sua cara, dizendo que era por causa da sua feiúra. Chora, não geme mais uma canção de amor. Se sente com coragem para estrangular o Sem-Pernas se o encontrasse. Porque burlaram do seu amor, da sede de amor que está no seu sangue. A sua desgraça é mais completa porque durante uma semana foi plenamente feliz com as migalhas de amor. Rola no chão com um ataque. (AMADO, 1991, p. 228).

A palavra amor, embora tenha uma conotação positiva, aparece reiteradamente nesse trecho para demonstrar exatamente a falta dele, portanto, trazendo uma ideia negativa.

Outro fator a salientar é o lirismo presente, principalmente, nas descrições da cidade, o que humaniza o cenário em que se passa a obra. As descrições não são frias ou objetivas, mas, sim, carregadas de poeticidade, aproximando os personagens do espaço em que vivem:

Os sinos já não tocam as ave-marias que as seis horas há muito que passaram. E o céu está cheio de estrelas, se bem a lua não tenha surgido nesta noite clara. (AMADO, 1991, p. 22).

Nem parecia um meio-dia de inverno. O sol deixava cair sobre as ruas uma claridade macia, que não queimava, mas cujo calor acariciava como a mão de uma mulher. No jardim próximo, as flores desabrochavam em cores. Margaridas e onze-horas, rosas e cravos, dalias e violetas. Parecia haver na rua um perfume bom, muito sutil, [...]. (AMADO, 1991, p. 100).

Uma vez adentrado o universo do romance deste estudo, destacando-se algumas interpretações e elementos narrativos, a pesquisa dedica-se, no próximo capítulo, à averiguação acerca da interdisciplinaridade entre o texto literário e o texto jurídico.

## 4 DIREITO E LITERATURA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Estudos voltados à relação Direito-Literatura não são recentes, tendo grande prestígio e tradição junto às universidades e centros de pesquisa norte-americanos e europeus desde o início do século XX.<sup>27</sup> São eles uma resposta à necessidade dos juristas de repensarem e melhor compreenderem os fenômenos jurídicos, cuja percepção, usualmente, é limitada pela racionalidade instrumental e pelo tecnicismo.

No Brasil, essa abordagem é ainda pouco explorada, mas já despontam trabalhos importantes e pioneiros como os de Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, cuja tese de doutoramento tornou-se um livro-chave nas pesquisas brasileiras: **Direito e Literatura**: anatomia de um desencanto – desilusão jurídica em Monteiro Lobato. Citam-se também os dois volumes da primeira obra coletiva ligada ao tema e publicada no país sob a organização de André Karam Trindade, Roberta Magalhães Gubert e Alfredo Copetti Neto: **Direito e literatura**: reflexões teóricas e **Direito e Literatura**: ensaios críticos.

Remontar todo o histórico dos estudos sobre a interdisciplinaridade entre Direito e Literatura não é a pretensão deste trabalho, que visa indicar os principais argumentos que permitem o diálogo entre as duas disciplinas, mormente no que se refere ao vislumbre de um sistema jurídico a partir de um texto literário.

### 4.1 ARQUITETANDO PONTES

Conforme observa Del Pino (2008), em prefácio ao livro **Direito e literatura**: reflexões teóricas, ao pensar a interdisciplinaridade entre esses dois campos do conhecimento, a primeira indagação que possivelmente surge é a de como relacionar um texto ficcional a uma disciplina que, como o Direito, funda-se na realidade, dedicando-se ao equilíbrio das relações e à solução de conflitos sociais.

---

<sup>27</sup> Trindade e Gubert (2008), numa incursão sobre o desenvolvimento histórico das pesquisas, afirmam que elas acompanharam a evolução histórica do século XX. Assim, reforçam a divisão do movimento em três períodos distintos: o primeiro vai desde o início do século até o final da década de 1930, quando surgiram os primeiros escritos de Direito e Literatura tanto no cenário jurídico europeu quanto no cenário jurídico norte-americano; o segundo momento firma-se com o aprofundamento das discussões e na disseminação dos estudos principalmente na Europa, nas décadas de 1940 e 1950, e no renascimento norte-americano do movimento *Law and Literature*, na década de 1970; o terceiro momento caracteriza-se pela apreciação epistemológica dos estudos no interior de departamentos universitários e dos centros de pesquisa a partir da década de 1980.

Por conseqüência lógica, ponderar sobre os pontos de convergência e divergência entre Direito e Literatura torna-se a primeira alternativa para desvendar tal questionamento.

Ambos se comunicam através da linguagem, operando, portanto, com a palavra, o discurso, o texto, a narração e a hermenêutica. Nesse sentido, afirma Schwartz (2006, p. 63): “O mundo das Leis compõe-se antes de palavras que de Leis. Às leis precedem os verbos, as construções sintáticas, a morfologia e a semântica que permitirá entender o que se pretende comunicar. Às Leis precede o texto”.

Por outro lado, conforme complementam Trindade e Gubert (2008, p. 22),

Como toda e qualquer expressão artística, a literatura é uma transfiguração do real, isto é, a realidade recriada e retransmitida pela narrativa, através de metáforas e metonímias. Assim, do mesmo modo como ocorre com o discurso jurídico – que pretende dar conta da realidade -, a narrativa, por mais ficcional que seja, é produzida inevitavelmente a partir daquilo que lhe é fornecido pelo mundo da vida.

Ambas as disciplinas, portanto, operam com textos desenvolvidos sobre uma realidade social semelhante: a Literatura, por mais ficcional que seja, é construída com base na interpretação que o escritor depreende de sua realidade; o Direito visa à regulação das relações interpessoais, sendo estabelecido segundo um contexto social.

Percebe-se, contudo, que Direito e Literatura tratam as relações humanas com formas e finalidades distintas. O primeiro codifica a realidade, a fim de estabilizar as expectativas sociais em nome da segurança jurídica. Submete-se, desse modo, a um tecnicismo jurídico, sendo o texto objetivo, ligado a conceitos pré-estabelecidos e arquitetado segundo situações corriqueiras. Isso sem abarcar todas as nuances de situações e pessoas. A Literatura, por sua vez, exceto o Parnasianismo, que retoma modelos árcades e clássicos, parece carecer de uma obrigatoriedade formal em virtude da valorização da liberdade de criação, apresentando, fundamentalmente, função de surpreender, desorientar e emocionar, devido ao seu caráter criador, inovador e crítico.

Desse modo, do texto jurídico, aguarda-se o comando, enquanto que, do texto literário, espera-se o belo, o lúdico, a transgressão. Conclui Schwartz (2006, p. 64):

Ambos são textos, mas a distância que o leitor observa entre eles é imensa por buscar que eles lhe realizem desideratos em geral descontraídos como, por exemplo, o antagonismo limitação x ilimitação, ordem x loucura, indiferença x envolvimento, sociedade x indivíduo.

Tais diferenças, entretanto, longe de revelarem uma incompatibilidade entre essas duas disciplinas, permitem uma crítica cultural expressiva. Consoante lembra Godoy (2008b), a partir da implementação dos Estudos Culturais, em que houve a abertura por parte dos estudos literários a outras manifestações humanas, não restringindo à análise da literariedade de textos, o Direito mostrou-se como campo privilegiado para apreensão dos contextos sociais, bem ainda de aplicação da teoria literária fora do campo literário propriamente dito.

É nesse sentido que se desdobram as pesquisas acerca da interdisciplinaridade entre Direito e Literatura. De maneira geral, pode-se afirmar que existem duas vertentes, das quais descendem outras análises: uma que consiste em pesquisar aspectos jurídicos em textos literários de ficção, chamada por Godoy (2008b) de “Direito na Literatura”, e outra que pretende construir teorias e críticas literárias a partir de textos jurídicos - de decisões judiciais a petições, a qual o mencionado estudioso denomina “Literatura no Direito”.

Consoante afirmam Trindade e Gubert (2008), foi John Henry Wigmore que, em 1908, com a publicação de seu ensaio **A list of legal novels**, iniciou a tentativa de abordar o Direito na Literatura. O professor de Direito norte-americano defendia que, mediante enredos calcados em dogmas vinculados à praxe jurídica - os quais elencou em uma lista de “romances com fundo jurídico” -, o jurista conheceria não somente melhor sua profissão, mas também as normas e os princípios regentes de outros países e, ainda, teria uma compreensão mais acurada de questões humanas, enfrentadas pela Literatura de ficção.

Conforme definem Trindade e Gubert (2008), a citada corrente analisa o Direito a partir da Literatura, ou, nas palavras de Schwartz (2006), como o Direito é representado na Literatura, através da recriação de processos jurídicos, da representação do modo de ser dos juristas, das representações que uma sociedade exterioriza sobre suas normas jurídicas e do tratamento dispensado pelo Direito e Estado às minorias e aos grupos oprimidos.

Assegura Schwartz (2006, p. 56) que,

De fato, o estudo do Direito na Literatura é aquele que se apresenta como o mais construído e desenvolvido, pois, aqui, o acoplamento entre o sistema jurídico e o sistema da arte é latente, visto que existem imbricações bastante óbvias possibilitadas pela comunicação entre os textos. É o caso, por exemplo, quando um juiz cita uma obra literária para fundamentar sua decisão. E, vice-versa, quando um autor transforma em arte uma causa jurídica.

Complementando a fala acima, traz-se a afirmação de Trindade e Gubert (2008, p. 50):

Isso porque a literatura constitui uma espécie de repositório privilegiado através do qual se inferem informações e subsídios capazes de contribuir diretamente na compreensão das relações humanas que compõem o meio social, isto é, o caldo de cultura no qual, ao fim e ao cabo, opera o direito. [...] a literatura pode servir como importante instrumento mediante o qual ocorre o registro – histórico e temporal, evidentemente – dos valores de um determinado lugar e época – dentre os quais se inscreve a representação do sistema jurídico, do poder, da justiça, das leis, das funções jurisdicionais, etc. – no interior do imaginário coletivo e social.

Citando ainda o exemplo das fábulas, os pesquisadores aduzem que, com elas, o leitor é levado a conhecer uma norma, pois há uma reflexão sobre um determinado preceito da vida que é o *leitmotiv* do Direito, ou seja, a sua causa lógica:

Nesse sentido, merece destaque a lição de Bruner para quem as fábulas expressam através da narrativa a construção cultural da psicologia popular. Isso porque a literatura contribui não apenas para estruturar a realidade, mas para estruturá-la a partir do universo das possibilidades, de maneira que se deve considerar sempre aquilo que poderia ter sido, para além daquilo que existe. (TRINDADE; GUBERT, 2008, p. 51).

O estudo do Direito na Literatura se desenvolve, posteriormente, no aprofundamento do conteúdo ético, destacando a função da Literatura na afirmação e críticas dos valores da sociedade e do Direito. Isso porque a obra literária é capaz de conquistar a empatia do leitor e levá-lo, mediante os fatos contados e as personagens, a participar da vida dos outros e experimentar outras situações, o que lhe possibilita refletir e se posicionar criticamente quanto a questões do mundo prático. Nessa senda, Trindade e Gubert (2008) citam os estudos da filósofa Martha Nussbaum, importante nome do *Law and Literature Movement*. Segundo ela, a Literatura não fornece as respostas para problemas sociais, mas é um degrau para

que se alcance a ideia de justiça, bem como sua aplicação na sociedade, consoante explanam Trindade e Gubert (2008, p. 43):

Em outras palavras, Nussbaum entende que a imaginação literária possibilita o resgate da singularidade e das nuances do mundo da vida, pois ela aproxima o sujeito das situações de qualquer um que é diferente de si, na medida em que o leitor admite (re)conhecer, mediante uma representação concreta, o valor da dignidade humana e as necessidades daqueles que com ele vivem.

Na esteira dos estudos que comparam o Direito à Literatura, ou, de acordo com a denominação usada em linhas anteriores, a Literatura no Direito, Trindade e Gubert (2008) citam o pensamento de Benjamin Nathan Cardozo como precursor da discussão sobre a natureza do discurso jurídico. Em 1925, em seu ensaio **Law and Literature**, o juiz americano propôs o exame da qualidade literária do Direito, mediante leitura e interpretação de sentenças judiciais. Cardozo afirmava que a substância – jurídica - configurava-se através da forma – literária -, estando ambas amalgamadas. À decisão judicial, em termos de estilo literário, caberia a clareza e a persuasão.

Segundo Trindade e Gubert (2008), o surgimento e o desenvolvimento desse estudo estão vinculados à necessidade de superação do positivismo jurídico, isto é, da mera subsunção do fato à norma. E com o advento da era dos princípios<sup>28</sup>, a decisão judicial deixa de atuar na mera adequação de um fato a uma norma e parte para a interpretação: os princípios funcionam como a referência mais imediata ao imaginário comum de uma sociedade; detêm superioridade hierárquica em relação às demais regras, obrigando, assim, que o juiz submeta a eles toda norma. A força argumentativa, por conseguinte, ganha destaque, aproximando o processo de um relato literário.

A linguagem é elemento comum da Literatura e do Direito, na medida em que ambas as disciplinas atuam com o discurso, desde o uso persuasivo da linguagem até a sua complexa capacidade de afirmação de valores e interesses da sociedade. O Direito é “[...] uma forma de convencimento de que aquilo que se transmite deve ser tido como correto”. (SCHWARTZ, 2006, p. 59).

---

<sup>28</sup> Compilando as explicações do jurista Delgado (2009), infere-se que o positivismo, em linhas gerais, sugere a autossuficiência da norma. Leciona, portanto, pela perfeita subsunção do fato à norma, desprezando juízos de valor. A era dos princípios veio como resposta antipositivista, sugerindo que, antes do texto codificado, existem valores que devem nortear todo o entendimento e aplicação das normas, por serem eles hierarquicamente superiores.

Direito e Literatura são disciplinas narrativas, o que permite duplo enfoque: de um lado, a importância que a narrativa assume nas argumentações e fundamentações judiciais e, de outro, a capacidade de a narrativa dar voz às minorias excluídas da sociedade civil e política, possibilitando uma interação entre aqueles que participam da produção da cultura jurídica e literária e aqueles que dela não participam. Sendo disciplinas narrativas, o que se é contado tem importante atuação na configuração de imagens e simbolismos sociais, conforme registra Schwartz (2006, p. 58-59):

[...] o modo de percepção da sociedade em relação a um processo judicial depende, em grande escala, do modo pelo qual sua sentença e os efeitos de seu conteúdo penetram no sistema psíquico. E, nessa linha, histórias contadas por romancistas têm, como sabido, maior sensibilidade do que o rigorismo formal necessário ao ato conclusivo de uma lide.

Ainda, segundo Schwartz (2006, p. 60),

Não se pode olvidar que o Direito é um *contar* de histórias. [...] um processo judicial é, além de conhecimento (processo de conhecimento), um conjunto de histórias contrapostas uma a outra. Sua lógica sequenciada permite ao juiz a compreensão do acontecimento dos fatos, da mesma forma que uma boa obra literária reporta o leitor ao entendimento linear de sua narração.

Há, ainda, uma perspectiva interpretativa nessa forma de relacionar Direito e Literatura, a qual parte do pressuposto de que o problema fundamental que estabelece o Direito é hermenêutico, residindo na interpretação da lei. Trindade e Gubert (2008), nessa esteira, citam interessante relação entre o desenvolvimento da teoria literária moderna e a teoria do Direito: assim como no âmbito literário o enfoque desdobrou-se do autor para a obra e, posteriormente, para o leitor, no âmbito jurídico, o interesse saiu da intenção do autor da norma, para os elementos desta, chegando até à produção de sentido dada pelo intérprete da mesma. Assim, explicam os pesquisadores:

Como se sabe, a teoria literária pode ser dividida em três etapas no que diz respeito à história moderna: o *Romantismo*, cuja preocupação se volta para o autor; o *New Criticism*, cuja questão central é o texto; e, nos últimos anos, uma virada em que o leitor assume papel de destaque, a *estética da recepção*. O mesmo pode-se dizer que ocorre no âmbito da teoria do direito: aqueles para os quais o processo interpretativo equivale à busca pela intenção do autor; aqueles que pretendem encontrar no texto todos os elementos necessários para sua interpretação; e, mais contemporaneamente, aqueles que deslocam para o intérprete a produção do sentido, atribuindo-lhe a função de co-autor. (TRINDADE; GUBERT, 2008, p. 58).

De caráter eminentemente normativo, autores como Trindade e Gubert (2008), Godoy (2008a) e Schwartz (2006) apontam ainda uma terceira corrente de estudos, denominada “Direito da Literatura”. Para Schwartz (2006), tal vertente compreende as normas que regulam a criação e difusão literárias e os direitos dela gerados como censura, liberdade de expressão, propriedade intelectual etc. Trindade e Gubert (2008) salientam, ainda, os desdobramentos criminais nos casos de delitos por ventura praticados, como exemplo, crime contra honra, e ainda questões de direito administrativo, como diretrizes de programas escolares e regulamentações de bibliotecas públicas.

Há, entretanto, como afirma Godoy (2008b), quem veja a aproximação entre Direito e Literatura de forma cética, concebendo a relação somente no que se refere aos problemas de plágio ou direitos autorais. Não é essa a abordagem desta pesquisa, que se entranha, agora, nos estudos sobre o Direito na Literatura.

#### 4.2 DIREITO NA LITERATURA: REFORÇANDO PILARES

Até o presente momento, de forma sucinta, foram apresentadas as principais fundamentações trazidas por juristas. Pretende-se, agora, discorrer de maneira mais detalhada, mesclando argumentos de pesquisadores de outras áreas, de forma a melhor embasar o tema proposto por esta dissertação.

Godoy (2008a) explica que a Literatura é um registro de épocas e instituições, pois o escritor exprime sua visão de mundo e os valores de seu tempo, permitindo, dessa forma, ao leitor avaliar, através de textos literários, como a sociedade percebe o Direito e a justiça: “O escritor, por causa de sua origem e experiência de vida, evidencia o mundo em que vive; sua experiência é o substrato de um tempo; o escritor faz a crônica da humanidade”. (GODOY, 2008a, p. 29).

Oliveira (2004, p. 59), em texto dedicado à comemoração dos sessenta anos de publicação de **Capitães da areia**, faz a seguinte reflexão sobre a realidade retratada na obra:

**Capitães da areia** é, sem dúvida, um documento valioso para a compreensão de uma época na Bahia. Sua elaboração resultou da vivência intensa do autor nas ruas, becos e ladeiras da cidade que ele conheceu, adolescente, acreditando, como Pedro Bala, ser capaz de mudar o mundo, para torná-lo mais justo, e beneficiar os pobres [...].

Moisés (1987), inaugurando suas explanações sobre as formas em prosa, deixou registrado ser a Literatura um produto do meio social. Assim, afirmou: “[...] a Literatura é uma atividade para ‘servir’, em qualquer dos sentidos do vocabulário ‘servir’, enquadrada que está na sociedade que lhe dá origem e razão de ser”. (MOISÉS, 1987, p. 11).

Lajolo (1982, p. 79) afiança que o texto exprime, simbólica ou realisticamente, o mundo nascido da experiência que o escritor possui de uma dada realidade histórica e social: “Por mais deformado, transformado ou transfigurado que seja, o real esteve e está nos livros”.

Reforçando esse posicionamento, Barthes (2007, p. 21) mostra-se categórico ao afirmar: “Desde os tempos antigos até as tentativas da vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real”.

Corroborando a ideia de que, por meio de um texto literário, depreende-se um contexto social não restrito meramente ao universo particular do escritor, consulta-se a teoria de Goldmann (1976) que, em seu trabalho **A sociologia do romance**, ao desenvolver o que denomina sociologia estruturalista genética, informa, basicamente, que o homem modifica constantemente seu comportamento de modo a se adequar à realidade, provocando, assim, a desconstrução de antigas estruturas. Esse processo de desconstrução e construção de estruturas não se liga a uma atividade individual, mas, sim, a um esforço coletivo, à ação das classes e grupos sociais para buscar respostas aos desafios sociais. Destarte, registra:

Os grupos sociais formam nas consciências de seus indivíduos-membros uma “resposta coerente” para as questões colocadas pela realidade social. A imaginação do autor é onde floresce essa coerência ou visão de mundo elaborada por esse grupo social. Portanto, a obra permite ao grupo entender mais claramente suas próprias ideias, pensamentos, sentimentos. (GOLDMANN, 1976, p. 208).

Em consonância com a afirmação acima, Moisés (1987) ensina ser o romance a imagem fiel de uma sociedade. Segundo ele, assim como a epopeia, o gênero literário volta-se à representação dos desejos e insatisfações de um povo, trabalhando com a recriação do fluxo da vida, não se reduzindo à mera repetição, fornecendo uma visão global do mundo. O escritor busca abranger com sua intuição “[...] a variedade infinita do universo num sistema unificador”. (MOISÉS, 1987, p. 98). Em suas linhas, Moisés (1987, p. 98) evidencia a interdisciplinaridade possível entre a Literatura e outros campos do saber, conforme se transcreve:

[...] o romance é uma visão macroscópica do Universo, em que o escritor procura abarcar o máximo possível com sua intuição. Por isso, convergem para ele os resultados das outras formas de conhecimento. A História, a Psicologia, a Filosofia, a Política, a Economia, etc., colaboram permanentemente e de vários modos para essa recriação do mundo. O contrário ocorre, quer dizer, o romance pode servir ao historiador, psicólogo, filósofo, etc. para erguer algumas de suas específicas interpretações.

Recordam-se, ainda, os escritos de Bakhtin (2002) acerca da comparação por ele empreendida entre a epopeia e o romance: enquanto que aquele gênero apoiava-se na lenda, na memória, num passado absoluto como algo sagrado, este, o romance, alicerça-se no presente, em personagens contraditórios e que evoluem, sendo, pois, dinâmico. Assim, conclui o crítico pela superioridade do gênero, por ser ele vivo, dialógico e dinâmico, permitindo permanente interpretação e avaliação. Discorrendo sobre a importância do romance, Bakhtin (2002, p. 422) introduz relevante reflexão à argumentação desprendida nesta pesquisa:

Já desde o começo, o romance e os seus gêneros precursores apoiavam-se em diversas formas extraliterárias da vida pública e privada, sobretudo retóricas (e existe até mesmo uma teoria que deriva o romance da retórica). E nas épocas seguintes de sua evolução, o romance se utilizou larga e substancialmente das cartas, dos diários, das confissões, dos métodos da nova retórica judicial, etc. [...] Todos estes fenômenos são extremamente característicos do romance, enquanto gênero, que está por se construir. Pois as fronteiras entre o artístico e o extraliterário, entre a literatura e a não literatura, etc., não são mais estabelecidas pelos deuses.

Candido (2004, p. 175), por sua vez, informa que a Literatura é um manancial dos valores preconizados ou repelidos pela sociedade:

Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentidos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles.

Patente está, através dos dizeres dos teóricos supracitados, que o texto literário possibilita a perspectiva de mundos. Relacionando essa afirmação com o estudo interdisciplinar, a assertiva de Godoy (2008a, p. 16) sintetiza com transparência o caminho:

A Literatura presta-se a oferecer informações e subsídios para compreensão do meio social, que é o caldo de cultura onde desenvolve-se (sic) o Direito. Embora a linguagem literária tenha matiz artístico, e a linguagem jurídica, um modelo científico, aquela expressa o que a sociedade pensa dessa.

Os estudos da interdisciplinaridade visam, de maneira geral, a aproximar o Direito aos demais núcleos da compreensão humana. Urge destacar, todavia, que não cabe à Literatura explicar o Direito, sendo que sua contribuição circunscreve-se em auxiliar na compreensão deste e de seus fenômenos.

Pereira e Oliveira (2008, p. 2054) acentuam que não se deve restringir o conhecimento do Direito à simples regulação social, devendo este “[...] ser antes a construção de novas formas críticas de pensar o ordenamento jurídico, as relações de cidadania, os princípios ético-jurídicos, num determinado tempo e espaço”. Assim, afirmam que a produção do conhecimento consubstancia-se na reflexão sobre a realidade, valendo-se de informações teóricas já produzidas, mas questionando-as e desdogmatizando-as.

Trindade e Gubert (2008) afiançam que a interdisciplinaridade do Direito com as demais áreas do conhecimento forma um arcabouço crítico por excelência, por meio do qual é possível questionar os pressupostos, os fundamentos, a legitimidade, a efetividade e o funcionamento jurídicos.

Acerca da articulação entre Direito e Literatura, os pesquisadores enfatizam a importância desta na valoração e crítica às insuficiências e aos defeitos do Direito, na medida em que ela, dentre as ciências humanas, é aquela capaz de deslocar o olhar do leitor através da imaginação, possibilitando-lhe experimentar a complexidade da vida e situações, até então, não cogitadas. Comentam Trindade e Gubert (2008, p. 13) que,

Quando se considera o caráter disruptor e crítico da obra literária, há de se levar em conta que ela – ao contrário da obra jurídica – é uma obra de arte, na medida em que se caracteriza pela maravilha do enigma e por sua inquietante estranheza, que são capazes de suspender as evidências, afastar aquilo que é dado, dissolver as certezas e romper com as convenções.

Da mesma forma, afirma Lajolo (1982) ser o mundo da Literatura o mundo do possível, remetendo-se a Aristóteles. Explica, assim, que à História cabe narrar o que aconteceu e à Literatura o que poderia ter acontecido, concluindo que,

Esse compromisso da literatura com o mundo possível não implica no abandono do projeto de fazer do presente seu ponto de partida ou de chegada. [...] A história vivida ou sofrida pela multidão está sempre presente, no direito ou no avesso do texto. (LAJOLO, 1982, p. 45-46).

Candido (2004, p. 180), em seu ensaio **O direito à literatura**, confere à Literatura importante missão no que chama de “humanização” do leitor:

Entendo aqui por humanização (já que tenha falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

Ao analisar a função da personagem, Candido (1974) deduz que o grande feito de uma obra-de-arte literária é apresentar seres humanos localizados numa densa teia de valores morais, religiosos, político-sociais e que, frente a eles, tomam decisões, passando por conflitos e enfrentando situações-limite, que revelam aspectos trágicos, grotescos ou luminosos. São tais momentos que a vida cotidiana não é capaz de apresentar com a nitidez ou a transparência transmitida pela leitura do texto: “Assim, o leitor *contempla* e ao mesmo tempo *vive* as possibilidades humanas que a sua vida pessoal dificilmente lhe permite viver e contemplar”. (CANDIDO, 1974, p. 46).

Nessa vereda, Lukács (2000), ao teorizar sobre o gênero romance, contrastando-o com a épica e a tragédia, entende-o como narrativa longa em que os personagens aparecem em processo de desenvolvimento. A diferença para a épica, segundo o filósofo, é a de que o herói, neste gênero, após a série de desafios e aventuras, tomará o lugar que o destino lhe reservou, por ser um protegido dos

deuses. Destarte, enquanto que o herói épico não procura o conhecimento, desvelando apenas o que a ele estava prescrito, o herói romântico empreende a jornada da alma, na qual “[...] busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a própria essência”. (LUKÁCS, 2000, p. 91). Ao narrar o crescimento da personagem, o indivíduo adentra o contexto das perspectivas coletivas maiores: “[...] o herói é selecionado entre número ilimitado de aspirantes e posto no centro da narrativa somente porque sua busca e sua descoberta revelam, com máxima nitidez, a totalidade do mundo”. (LUKÁCS, 2000, p. 140).

Candido (2000), discorrendo sobre os tradicionais estudos relativos à obra de arte e sua relação com o meio social, enfatiza que eles trouxeram ao sociólogo moderno a virtude de evidenciar que a arte é social em dois sentidos: ela depende de fatores do meio, que serão expressos em diferentes graus; ela produz efeito sobre os leitores, modificando-lhes a conduta e a concepção de mundo ou reforçando-lhes o sentimento dos valores sociais. Saliencia o crítico literário que tais efeitos descendem da própria natureza da obra e independem do grau de consciência do escritor e do leitor.

Em sua obra literária, Amado abordou aspectos do cotidiano, revelando modos de pensar e agir da população, permitindo, dessa forma, a projeção de significados sociais aos seus personagens e aos eventos constituintes de seus enredos. **Capitães da areia**, ao adentrar o complexo e paradoxal mundo de crianças e adolescentes de rua, unindo carência, abandono e conflito com a lei, colabora para uma visão da significação social desses personagens, bem como provoca uma releitura da mesma.

O próximo item deste capítulo destina-se à aplicação da interdisciplinaridade explanada acima no romance **Capitães da areia**, relacionando-o com os diplomas legais relativos à criança e ao adolescente, quais sejam, o Código de Menores de 1926 e o ECA.

#### 4.3 CAPITANEANDO OS MARES LEGISLATIVOS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO PAÍS

A fim de melhor apreensão dos motivos e ideologias norteadores da legislação enfocada no presente estudo – o Código de Menores de 1926 e o ECA -, faz-se uma breve incursão sobre o significado social dado à infância e à

adolescência no século XIX e no século XX. Longe de esgotar toda a legislação específica em torno do assunto, apresentam-se os principais contornos legislativos sobre a criança e o adolescente no país.

Irene Rizzini (2000) informa que as primeiras leis destinadas à infância e juventude do Brasil Império focavam-se nas crianças órfãs e enjeitadas. As medidas eram essencialmente assistenciais, lideradas pela iniciativa privada de cunho religioso e caritativo. Em 1875, criou-se o Asilo de Meninos Desvalidos, em que os asilados deveriam receber instrução primária e o ensino de ofícios mecânicos, conforme previsão do Decreto nº 5.849, de 9 de janeiro de 1875:

Art. 1º O Asilo é um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos de idade, nos termos do art. 62 do Regulamento que baixou com o Decreto nº 1331 A de 17 de Fevereiro de 1854.

[...]

Art. 9º O ensino do Asilo compreenderá:

§ 1º Instrução primária do 1º e 2º grau.

§ 2º Álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes.

§ 3º Escultura e desenho.

§ 4º Música vocal e instrumental.

§ 5º Artes tipográfica e litográfica.

§ 6º Os ofícios mecânicos de: encadernador; alfaiate; carpinteiro, marceneiro, torneiro e entalhador; funileiro; ferreiro e serralheiro; surrador, correio e sapateiro.<sup>29</sup>

Esse modelo assistencial foi mantido na República, que adotou a política de internação visando a educar ou recuperar o “menor”.<sup>30</sup> Ressalva Irma Rizzini (1995) que o modelo de internato não foi inaugurado no período, uma vez que era comum a colocação de filhos da alta classe econômica em colégios internos; a diferença residia na finalidade entre uma e outra instituição, conforme explica:

[...] no asilo, o filho do pobre era preparado para ocupar um papel secundário na sociedade, enquanto que, no colégio interno, o filho do afortunado era preparado para ocupar postos de destaque sob os aspectos político, econômico e social. (RIZZINI, 1995, p. 245).

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1875-01-09;5849&url=http%3A%2F%2Fwww6.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D70580%26tipoDocumento%3DDEC%26tipoTexto%3DPUB&exec>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

<sup>30</sup> Conforme anota Irene Rizzini (1995), o termo “menor” nasceu do discurso jurídico, a fim de designar os indivíduos que não tivessem atingido a maioridade penal e civil, variando conforme a legislação vigente. A palavra foi sendo relacionada aos segmentos empobrecidos e marginalizados da sociedade, sendo, atualmente, criticada e evitada por pesquisadores e estudiosos, razão pela qual, neste trabalho, optou-se por empregá-la juntamente com as aspas.

Em seu artigo **Meninos vadios, moleques e peraltas na Bahia oitocentista**, Fraga Filho (1997) faz interessantes apontamentos sobre a condição das crianças “vadias”<sup>31</sup> na cidade de Salvador no século XIX. Inicialmente, informa que a situação de exclusão estava intimamente ligada à desigualdade social profunda: nos anos 1800, a sociedade baiana dividia-se entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. A grande maioria destes últimos vinha da escravidão ou descendia dos negros africanos. A cidade era constantemente abastecida por ex-escravos e a economia baiana, em contrapartida, mostrava-se inflexível à absorção da mão-de-obra liberta. A miséria provocava o abandono ou enjeitamento; por isso, consoante salienta Fraga Filho (1997), era comum as patrulhas encontrarem pequenos órfãos vagando pelos logradouros desamparados. Relata o pesquisador:

A percepção do aumento do número de menores desvalidos nas ruas certamente tinha estreita relação com o aumento da população da cidade ao longo do século XIX; entre o início e o final do período, a população quase triplicou. Esse crescimento ocorreu em uma sociedade em crise e, por isso mesmo, sem condições de oferecer maiores e melhores oportunidades para as gerações mais novas. Crise que tirava também dos pais as condições de criar seus filhos. Para agravar o problema, algumas conjunturas de crise, como a epidemia de cólera em 1855, favoreceriam o aumento da orfandade. (FRAGA FILHO, 1997, p. 63).

O número de crianças vivendo nas ruas não se explicava apenas pela orfandade e abandono: muitas vezes, elas mesmas decidiam deixar o ambiente familiar, em razão das tensões entre elas e seus pais - maus-tratos e humilhações - e da figura do mestre de ofício. Conforme o historiador supracitado, ainda muito cedo, os meninos saíam de casa para viver na companhia desses mestres, que ficavam responsáveis por lhes ensinar uma profissão e sustentá-los, além de lhes ofertar algum pagamento. Desvelando as relações entre pais, filhos e mestres de ofício, Fraga Filho (1997, p. 66) assim descreve:

Os pais transferiam para estes [os mestres de ofício] toda a sua autoridade, inclusive a de aplicar nos menores castigos corporais. O menino aprendiz era submetido a uma severa disciplina e longas jornadas de trabalho. Por ser mais barata, a mão-de-obra destes (sic) aprendizes era largamente utilizada nas oficinas.

---

<sup>31</sup> Assim eram chamados os meninos de rua. Essa expressão comporta uma condenação moral, por não estarem sob o domínio familiar e por serem improdutivos: “Era inevitável que fossem vistos como ameaça à ordem social, porque esta era vista em grande parte como decorrência da ordem familiar”. (FRAGA FILHO, 1997, p. 61). Brincadeiras e jogos de rua podiam ser entendidos como vadiagem ao serem encarados como contestação do valor moral do trabalho.

Em **Capitães da areia**, exemplo da própria escolha pelas ruas dá-se quando é apresentada a história do personagem Sem-Pernas: “Nunca tivera família. Vivera na casa de um padeiro a quem chamava *meu padrinho* e que o surrava. Fugiu logo que pôde compreender que a fuga o libertaria”. (AMADO, 1991, p. 31).

Inexistia, por parte dos adultos, a preocupação em considerar a vontade das crianças, que ocupavam um lugar secundário na família brasileira daquela época; além disso, o tratamento conferido a elas pelos mestres de ofício em pouco se diferenciava daquele dado aos escravos. Assim, frente aos maus-tratos e à exploração, a rua revelava seus encantos. A sociedade, contudo, reduzia esses meninos à condição de marginais, pois não se admitia que vivessem sem o controle dos pais, dos mestres e do poder público. Acerca da atuação do Estado, pontua Fraga Filho (1997, p. 73-74):

Ao longo do século XIX, o poder público passaria a assumir um papel crescente de controle dos menores desvalidos. As autoridades passariam a intervir no sentido de retirá-los das ruas. A infância se tornaria uma fase da vida a ser controlada de perto pelo poder público, mesmo porque era nessa faixa etária que as pessoas eram consideradas mais inclinadas à vadiagem. Ao Estado cumpria assumir a implementação de medidas com vistas à formação de homens amestrados para o trabalho. Para isso devia-se começar desde cedo a formar o caráter da criança, inculcando-lhe o amor ao trabalho e o respeito aos superiores. Segundo o clichê comum das autoridades, era preciso converter os meninos vadios em homens úteis e sãos para a sociedade.

Esclarecendo a nova postura adquirida pelo Estado, o estudioso afirma que as causas estavam vinculadas a questões práticas: o aumento do empobrecimento da população e, por consequência, das crianças de rua, somado à superlotação e falência das instituições de caridade e à precariedade dos alojamentos.

Em caráter ocasional, o governo utilizou-se do recrutamento de meninos órfãos e abandonados para a Marinha, como forma de esvaziar as ruas e corrigi-los mediante a disciplina militar. Também os pais miseráveis entregavam seus filhos às patrulhas de recrutamento, não sendo, contudo, uma atitude generalizada ou mesmo bem quista entre todos: “No entanto, nem todos os pais estavam dispostos a cederem seus filhos à tutela do Estado. [...] Havia, inclusive, muita repulsa à carreira militar, que, entre outras coisas, incluía os castigos corporais”. (FRAGA FILHO, 1997, p. 75).

O Estado também se valeu dos mestres de ofício como forma de garantir a educação profissional das crianças de rua. “Mais do que isso, era a possibilidade de mantê-los na esfera doméstica e sob a autoridade de alguém que pudesse exercer um controle mais rígido” (FRAGA FILHO, 1997, p.77); assim, o Estado resolvia o problema sem dispensar gastos com internamento.

Tal como salientado em linhas anteriores, a exploração e os abusos por parte dos mestres eram frequentes, o que impulsionava a fuga dessas crianças em direção às ruas.

Fraga Filho (1997) ressalta, por outro lado, a formação de grupos como meio de sobrevivência aos perigos e desafios enfrentados nas ruas. Havia, desse modo, certa organização coletiva, levando a um poder considerável, que, muitas vezes, contrapunha-se ao poder familiar. Remetendo-se a um fato verídico, o historiador anota:

Ao longo de 1840, a polícia de Salvador esteve empenhada em desbaratar uma “quadrilha” de menores que realizava roubos por toda a cidade. Eles agiam especialmente por ocasião de grandes “ajuntamentos públicos” nas igrejas e nos dias de festas. [...] Na época, os menores foram “correcionalmente castigados” e entregues a mestres para ensinar-lhes um ofício. (FRAGA FILHO, 1997, p. 70).

Oportunamente, destaca-se que, na obra amadiana em estudo, o escritor baiano revela o forte sentimento de grupo incutido nos membros dos “capitães da areia”. Ainda que bastante numeroso, o bando era organizado. Logo no início do romance, o leitor é informado da existência de um chefe, havendo a descrição da conquista do comando pelo protagonista Pedro Bala:

Não durou muito na chefia o caboclo Raimundo. Pedro Bala era muito mais ativo, sabia planejar os trabalhos, sabia tratar com os outros, trazia nos olhos e na voz a autoridade de chefe. [...] Uma noite, quando Raimundo quis surrar Barandão, Pedro tomou as dores do negrinho e rolaram na luta mais sensacional a que as areias do cais jamais assistiram. Raimundo era mais alto e mais velho. Porém Pedro Bala, o cabelo loiro voando, a cicatriz vermelha no rosto, era de uma agilidade espantosa e desde esse dia Raimundo deixou não só a chefia dos Capitães da Areia, como o próprio areal. Engajou tempos depois num navio.

Todos reconheceram os direitos de Pedro Bala à chefia, e foi desta época que a cidade começou a ouvir falar nos Capitães da Areia, crianças abandonadas que viviam do furto. Nunca ninguém soube o número exato de meninos que assim viviam. Eram bem uns cem e destes mais de quarenta dormiam nas ruínas do velho trapiche. (AMADO, 1991, p. 21).

Em diversas passagens do romance, são apresentadas algumas leis internas do grupo, as quais delineiam uma espécie de direito costumeiro do bando, ou seja, um conjunto de normas de conduta não escritas, formuladas, admitidas e respeitadas pelos integrantes dos “capitães da areia”. Exemplificando:

O Sem-Pernas pensou que ele ia esconder qualquer coisa que furtara e não queria mostrar aos companheiros. E aquilo era um crime contra as leis do bando. [...]

Pedro Bala acordou com um ruído perto de si. Dormia de bruços e olhou por baixo dos braços. Viu que um menino se levantava e se aproximava cautelosamente do canto de Pirulito. Pedro Bala, no meio do sono em que estava, pensou, a princípio, que se tratasse de um caso de pederastia. E ficou atento para expulsar o passivo do grupo, pois uma das leis do grupo era que não admitiriam pederastas passivos. [...]

- Tu tá roubando um companheiro?

O outro ficou calado, coçando o queixo ferido. Pedro Bala continuou:

- Amanhã tu vai embora... Não quero mais tu com a gente. Vai ficar com a gente de Ezequiel, que vive roubando uns dos outros. [...]

- É isso mesmo – disse o menino -, eu só queria ver. Juro – mas tremia de medo. Sabia que a vida de um expulso dos Capitães da Areia ficava difícil. Ou entrava para o grupo de Ezequiel, que vive todo dia na cadeia, ou acabava no reformatório. (AMADO, 1991, p. 39-40).

Almiro foi o primeiro dos Capitães da Areia que caiu com alastrim. Uma noite, quando o negrinho Barandão o procurou no seu canto para fazer o amor (aquele amor que Pedro Bala proibira no trapiche), Almiro lhe disse: [...]

- Tu sabe, padre, que ninguém volta do lazareto. Ninguém volta. E ele é um da gente, um do grupo. A gente não pode fazer isso... (AMADO, 1991, p. 133-138).

Vão alegres. Levam navalhas e punhais nas calças. Mas só os sacarão se os outros puxarem. Porque os meninos abandonados também têm uma lei e uma moral, um sentido de dignidade humana. (AMADO, 1991, p. 184).

Retornando à análise histórico-social, Fraga Filho (1997) comenta que as próprias limitações das instituições oficiais não alteraram o quadro de exclusão social das crianças de rua por todo o século XIX. Nas décadas de 1880 e 1890, voltar-se-ia a insistir na reclusão, principalmente após a extinção do trabalho escravo, pois a infância se mostrava como a oportunidade para a formação de homens e mulheres laboriosos e bem educados.

Durante o período imperial, surgiram as primeiras preocupações quanto às crianças e aos adolescentes infratores, bem como o interesse pela diferenciação punitiva de acordo com a idade. Essa preocupação externou-se na primeira lei penal no Império, o Código Criminal de 1830. Até o advento daquele Código, crianças e adolescentes eram punidos severamente e sem distinção em relação aos adultos, adotando-se as Ordenações do Reino de Portugal. O Código Criminal de 1830 estabeleceu a responsabilidade penal a partir dos quatorze anos de idade,

acrescendo que, se provado o discernimento do menor de quatorze anos no cometimento de crimes, ele deveria, então, ser encaminhado às Casas de Correção pelo tempo que o juiz melhor entendesse.

Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, a legislação brasileira passou a se referir, com maior enfoque, à formação educacional das crianças, incluindo a infância pobre.<sup>32</sup> Interessante avaliação acerca das políticas educacionais é empreendida por Irene Rizzini (1995, p. 106):

Se ali estavam sendo fincadas as primeiras medidas para a organização do sistema de ensino público, visando o acesso amplo da população, tal não será a matriz que orientará as políticas sociais que prevalecerão na República. Ao longo das próximas décadas, pode-se acompanhar o delineamento das ideias-base que originarão políticas discriminatórias para as crianças de acordo com a sua origem social.

A passagem do século XIX para o século XX é ressaltada como relevante no que concerne à preocupação com a população infanto-juvenil. A abolição da escravidão e a proclamação da República são movimentos que causaram modificações quanto à ótica em que se viam as crianças e adolescentes pobres.

As práticas higienistas de controle e prevenção de doenças infectocontagiosas e epidemias ganharam relevo, no final do século XIX, com o processo de urbanização; porém, a higienização, que estava comprometida historicamente com o ideal de saúde pública, voltado para o domínio das epidemias, passou a corresponder ao controle disciplinar de comportamentos sociais. E foi nesse contexto que os olhares se voltaram às crianças pobres, sobretudo mediante práticas de controle que exacerbavam o campo médico, em nome da preservação da segurança. Segundo Irene Rizzini (2008, p. 24-25),

---

<sup>32</sup> Nesse sentido, Irene Rizzini (1995) informa que: o Decreto nº. 630, de 17 de setembro de 1851, e o Decreto nº. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, tratavam da regulamentação do ensino primário e secundário no Município da Corte; o Decreto nº. 5.532, de 24 de janeiro de 1874, criava dez escolas públicas de instrução primária, do primeiro grau, no Rio de Janeiro. A criança pobre foi contemplada nos referidos decretos, como exemplo, no artigo 57, do Decreto nº. 1.131-A: "Não obstante as disposições do Art. 51, quando em uma paróquia, por sua pequena população, falta de recursos, ou qualquer outra circunstância, não se reunir número suficiente de alunos que justifique a criação de escola ou sua continuação, e houver no lugar escola particular bem conceituada, poderá o Inspetor Geral, ouvido o delegado do distrito, e com aprovação do governo, contratar com o professor dessa escola a admissão de alunos pobres, mediante uma gratificação razoável". Disponível em: <[http://ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art\\_catid=15&legislacao\\_ano=1851+-+1860&art\\_title=1854&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar\\_legislao](http://ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art_catid=15&legislacao_ano=1851+-+1860&art_title=1854&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar_legislao)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o. [...] Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento, pois constituirá um dos principais instrumentos de intervenção do Estado na família, atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível.

Numa perspectiva mais local, Fraga Filho (1997, p. 81-82), avaliando o discurso das autoridades sobre o problema dos meninos de rua na Bahia, conclui:

Ao mesmo tempo que encarnava possibilidades, a infância se mostrava também perigosa e ameaçadora. Vício, ociosidade, mendicância, vadiagem e crime, esses elementos com que os reformadores, nos dois últimos decênios do século XIX, construíram a imagem da infância de rua na Bahia. A infância vagabunda, segundo esses homens, precisava ser moralizada, educada e isolada em internatos, para que, assim, pudesse vir a amar o trabalho, sob o risco de comprometer todo o futuro da sociedade. Foram essas ideias que justificaram a instalação de reformatórios de crianças delinqüentes durante a República Velha.

[...]

Nas duas últimas décadas do século XIX, as autoridades brasileiras insistiam em ver a questão dos menores desvalidos apenas do ponto de vista policial; interná-los era um imperativo de ordem pública. Não se tentou ao menos entendê-los para além dos limites da delinqüência. Este modo de ver a questão se estenderia até o período republicano. Aliás, foi durante a República que mais violentamente os menores abandonados foram associados à imagem de brutalidade e delinqüência.

Num contexto mais amplo, o século XX foi marcado pelas contradições do mundo capitalista: enquanto o capital expandia, evidenciavam-se as parcelas empobrecidas e marginalizadas da população. E essa configuração exigia maior eficiência, interesse e controle. A necessidade de reordenação, gerada pelas inquietações sociais, fizeram com que o Estado penetrasse e interferisse mais profundamente na sociedade, através de soluções institucionais que solicitavam uma obediência passiva dos cidadãos.

As primeiras inovações na legislação brasileira para a infância confirmaram-se com o advento do Código de Menores de 1926, consolidado pelo Decreto nº. 17.943-A de 1927, que estatuiu as leis de assistência e proteção a menores, sistematizando as ações de tutela e coerção estatais. O artigo 1º discriminava a quais crianças e adolescentes as normas seriam voltadas:

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.<sup>33</sup>

No início do século passado, com a crescente urbanização, a marginalização social ganhava maior dimensão. A criança tornou-se alvo de preocupações, uma vez que se via nela o futuro da República, assim como a futura força de trabalho. Reconhecia-se que, sendo um ser ainda em formação, o perigo de “contágio” face à convivência com criminosos era evidente. O Estado, então, concentrou em si a tarefa de cuidar, educar, reformar crianças abandonadas, delinquentes e em risco.<sup>34</sup>

Citam-se, mais uma vez, as afirmações da socióloga Irene Rizzini (2000, p. 19): “Ressaltava-se a urgência de intervenção do Estado, educando ou corrigindo ‘os menores’ para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade”.

Essa concepção coaduna-se com os escritos de Foucault (1977, p. 127), que, em seu aclamado trabalho **Vigiar e punir**, aduz: “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”.

O Código de Menores de 1926 consolidou juridicamente o termo “menor”, cujo conceito relacionava-se à infância pobre e marginalizada. Essa dicotomia de pensamento em relação à infância se faz presente, aliás, na obra **Capitães da areia**, quando Pedro Bala, por exemplo, pensa na sua própria condição e de seus companheiros, comparando e diferenciando-os de outras crianças, conforme passagem:

Bem sabia que eles nunca tinham parecido crianças. Desde pequenos, na arriscada vida da rua, os Capitães da Areia eram como homens, eram iguais a homens. Toda a diferença estava no tamanho. No mais eram iguais: amavam e derrubavam negras no areal desde cedo, furtavam para viver como os ladrões da cidade. Quando eram presos apanhavam surras como os homens. Por vezes assaltavam de armas na mão como os mais temidos bandidos da Bahia. Não tinham também conversas de meninos, conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens. Quando outras

<sup>33</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em 28: jul. 2012).

<sup>34</sup> Nesse sentido, o artigo 54, do Código de Menores de 1926: “Os menores confiados a particulares, a instituto ou associações, ficam sob a vigilância do Estado, representado pela autoridade competente”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em 28: jul. 2012.

crianças só se preocupavam com brincar, estudar livros para aprender a ler, eles se viam envolvidos em acontecimentos que só os homens sabiam resolver. Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e de aventura, nunca tinham sido perfeitamente crianças. (AMADO, 1991, p. 230-231).

Através do Código de Menores de 1926, arquitetou-se um sistema em que qualquer criança, pela simples condição de pobreza, estava sujeita à ação da Justiça e da Assistência, dando, assim, azo à arbitrariedade. Infere Irene Rizzini (2000, p. 28) que:

Parece-nos que o legislador, ao propor a regulamentação de medidas de proteção, englobando a assistência, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que o impulsionava era “resolver” o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores.

A prevenção da criminalidade consistia na retirada das crianças das ruas e ingresso em escolas, afastando o “menor” do contágio e entregando à instituição a obrigação de formar-lhe o caráter e a índole, educando-o através de um sistema de medidas preventivas e corretivas. Exemplo desse pensamento encontra-se em **Capitães da areia**:

Certa vez, uma reportagem nossa desfez um círculo de calúnias jogadas contra aquele estabelecimento de educação e seu diretor. Hoje, ele se achava na polícia esperando poder levar consigo o menor Pedro Bala. A uma pergunta nossa, respondeu:  
- Ele se regenerará. Veja o título da casa que dirijo; “Reformatório”. Ele se reformará. (AMADO, 1991, p. 191).

O reconhecimento da situação da infância como problema social foi reforçado com a promulgação da Constituição Federal de 1937, cujo artigo 127 assim versava:

Art. 127 - A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

Conforme Irene Rizzini (2000), durante o período do Estado Novo, o Governo Vargas ampliou a responsabilização penal para dezoito anos, abrandou as penalidades para os “menores” e fixou as bases para a proteção à maternidade, infância e adolescência. O problema do “menor” infrator passou a ser enfrentado não como caso de polícia, mas como questão de assistência e proteção. O fortalecimento da assistência social foi a tônica para os segmentos que apresentavam um “desajustamento social”.

Cabral e Sousa (2004) evidenciam, contudo, a diferença entre o discurso legal e a prática: no plano da lei, havia uma preocupação pela assistência e proteção do “menor”; entretanto, a prática consistia no recolhimento de crianças nas ruas por meio de um aparato policial repressivo e punitivo e o encaminhamento delas às inúmeras instituições criadas nas décadas de 1930 e 1940. Oportunamente, reproduzem-se passagens de **Capitães da areia**:

Vivera na casa de um padeiro a quem chamava *meu* padrinho e que o surrava. Fugiu logo que pôde compreender que a fuga o libertaria. Sofreu fome, um dia levaram-no preso. [...] quando os soldados bêbados o fizeram correr com sua perna coxa em volta de uma saleta. Em cada canto estava um com uma borracha comprida. As marcas que ficaram nas suas costas desapareceram. (AMADO, 1991, p. 31).

O padre José Pedro sabia que não podia acenar com o reformatório àquelas crianças. Ele conhecia demais as leis do reformatório, as escritas e as que se cumpriam. E sabia que não havia possibilidade de nele uma criança se tornar boa e trabalhadora. (AMADO, 1991, p. 66).

Ontem a polícia baiana lavrou um tento. Conseguiu prender o chefe do grupo de menores delinquentes conhecidos pelo nome de “Capitães da Areia”. Por mais de uma vez este jornal tratou do problema dos menores que viviam nas ruas da cidade dedicados ao furto. (AMADO, 1991, p. 186).

Quanto a Pedro Bala, será recolhido ao Reformatório de Menores logo que a polícia consiga que ele declare qual o local onde se esconde o grupo. A polícia tem grandes esperanças de consegui-lo ainda hoje. (AMADO, 1991, p. 188).

Castigos... Castigos... É a palavra que Pedro Bala mais ouve no reformatório. Por qualquer coisa são espancados, por um nada são castigados. O ódio se acumula dentro de todos eles. (AMADO, 1991, p. 203).

As cenas de humilhação e tortura vivenciadas por Pedro Bala, no reformatório, reforçam as críticas, empreendidas por Jorge Amado em todo o romance, ao sistema de repressão da delinquência e da marginalização de crianças de rua, o qual estava respaldado pela legislação vigente à época da escrita da obra. No capítulo Reformatório, são descritas cenas de horror, incompatíveis com os discursos das autoridades e com o intuito daquela instituição - “reformatar menores”. Os responsáveis pelo estabelecimento, bem como as autoridades policiais, são

apresentados como verdadeiros algozes, enfatizando-se suas atitudes perversas. A descrição a eles dirigida endossa, inclusive, o maniqueísmo embutido no texto e típico da escrita ideológica amadiana:

Vê o bedel Ranulfo na porta. Traz um caneco com água, que Pedro Bala arranca das suas mãos e bebe em grandes goles. Mas é tão pouca... Não chega para matar a sede. O bedel lhe entrega um prato de barro com água onde boiam alguns caroços de feijão. Pedro Bala pede:

- Pode me dar um pouco mais de água?

- Amanhã... – ri o bedel.

[...]

Está novamente na sala do diretor. Este o olha sorridente:

- Gostou do apartamento? Continua com muita vontade de roubar? Eu sei ensinar, quebrar moleque aqui.

Pedro Bala está irreconhecível de tão magro. Os ossos aparecem junto à pele. O rosto, verdoso da complicação intestinal. O bedel Fausto, dono daquela voz que ele ouvira certa vez na porta da cafua, está ao seu lado. É um tipo forte, tem fama de ser tão malvado quanto o diretor. (AMADO, 1991, p. 197-200).

Irene Rizzini (2000) aponta como fase profícua à legislação sobre a infância e a adolescência o período republicano no Brasil, sendo a tônica dos discursos dividida entre a defesa incondicional da criança e a defesa da sociedade contra aquela que se tornasse uma ameaça à ordem pública. Mais uma vez, transcreve-se parte do romance amadiano em foco para ilustrar esse paradoxo:

O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reformas de crianças ou às prisões. (AMADO, 1991, p. 3-4).

Em 1970, reanimaram-se os debates em torno da criação de um novo código de menores, que foi criado em 1979, através da Lei nº. 6.697. Irene Rizzini (2000) destaca que, apesar do lapso temporal entre o código de 1926 e o de 1979, este ainda se configurava como retrógrado. A preocupação continuava vinculada à infância e à adolescência marginalizada, conforme se verifica:

Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.<sup>36</sup>

Ambos os textos legais de 1926 e 1979 centralizavam, no Juiz de Menores, os aspectos jurídico-processuais e também administrativo-assistenciais, com a intenção de retirar do poder público o problema do “menor em situação irregular” - para falar nos termos do referido Código; por essa expressão, entendam-se as crianças abandonadas, as vítimas de maus-tratos, as miseráveis e as infratoras.

Consoante anota Irene Rizzini (2000), após a criação do Código de Menores de 1926, parecia haver um consenso de que cabia ao setor jurídico o destino da infância e juventude pobres. Segundo a socióloga, através dos diversos relatórios do Juízo de Menores nos anos de 1930 e 1940, verifica-se que, apesar do esforço para ampliar a assistência às famílias carentes, um grande número de jovens permanecia desassistido, espelhando o desafio que se configurava a circunstância do abandono e da delinquência infanto-juvenis. Assim, considera Rizzini (2000, p. 59):

Parecia não haver dúvida que cabia ao setor jurídico resolvê-lo [a situação dos “menores” abandonados e delinquentes]. A contradição era clara para os próprios atores envolvidos, à medida que mostravam ter consciência da origem eminentemente social do problema. Podemos afirmar ser este o quadro representativo da história da ação jurídico-social até os dias de hoje. O verdadeiro conflito de atribuições está no fato da impossibilidade de resolução de um problema que em sua essência não está restrito ao âmbito jurídico.

Amado, aliás, concede, em meio à teia de duras críticas e ironias direcionadas às autoridades policiais e judiciárias, reconhecimento ao empenho e à desilusão de

<sup>36</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6697.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

alguns juristas frente à marginalidade das crianças de rua, o qual está representado em breve passagem do romance:

Os Índios Maloqueiros eram os Capitães da Areia em Aracaju. Viviam sob as pontes, roubavam e brigavam nas ruas. O juiz de menores Olímpio Mendonça era um homem bom, procurava resolver os conflitos como melhor podia, se abismava com a inteligência das crianças iguais a homens, compreendia que era impossível resolver o problema. Contava aos romancistas coisas dos meninos, no fundo amava os meninos. Mas se sentia aflito porque não podia resolver o problema deles. (AMADO, 1991, p. 232).

O código de 1979 não teve longa vigência, pois a abertura política dos anos 1980 trouxe consequências para o campo político-social, que refletiram na legislação à infância. Nas décadas de 1970 e 1980, surgiram várias entidades não-governamentais, como exemplo da Pastoral do Menor e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A abertura política dos anos 1980 e a aura democrática, que revestia esse período de profundas transformações no país, negavam qualquer tipo de repressão imposta por lei. Aliadas a isso, as inúmeras denúncias acerca da atuação estatal fizeram com que movimentos sociais se insurgissem para que se procedesse a uma reavaliação e inovação legislativa.

Novos ares foram alicerçados com o advento da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 227, baseado nos postulados da Declaração Universal da Criança e do Adolescente, assim versava:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>37</sup>

O ECA foi instituído pela Lei nº 8.069 de 1990, encontrando-se em vigência hodiernamente. Ele representa um divisor de águas em relação à legislação brasileira sobre infância e adolescência.

Os pressupostos do ECA advêm da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança, ocorrida em 1989, que preconizava a manutenção da criança e do adolescente em seu ambiente, sendo que intervenções na liberdade da criança e

---

<sup>37</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

a retirada do seio familiar seriam a *ultima ratio*, isto é, o último remédio. Para tanto, o Estado deveria contar com o apoio e a atuação de outros segmentos sociais, como afirma o Estatuto:

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

[...]

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.<sup>38</sup>

Assim, o ECA reformula a atuação estatal e atribui à família e à sociedade o dever de proteção e assistência a crianças e adolescentes. Abandona-se a figura do Estado do Bem-estar.

Às crianças e aos adolescentes, por sua vez, são conferidos direitos especiais indispensáveis à sua dignidade e livre desenvolvimento da sua personalidade, sendo considerados, por isso, “sujeitos de direito”.

Conforme Volpi (2002, p. 14):

A condição peculiar de *pessoa em desenvolvimento* coloca aos agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas a missão de proteger, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar oportunizando a inserção do adolescente na vida social. [...] Sua condição de *sujeito de direitos* implica a necessidade de sua participação nas decisões de seu interesse e no respeito à sua autonomia, no contexto do cumprimento das normas legais.

Nesse sentido, o artigo 3º do ECA:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

<sup>39</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

Enquanto o Código de Menores de 1926 atentava apenas para a infância pobre e marginalizada, o Estatuto reconhecia legalmente o direito de todas as crianças e adolescentes à cidadania.

Por essa lei, são inimputáveis os menores de 18 anos<sup>40</sup>, sendo-lhes aplicadas as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.<sup>41</sup>

Tais medidas comportam aspectos de natureza coercitiva - uma vez que não são punitivas - e aspectos educativos no sentido de proteção integral e oportunização. Volpi (2002) aduz que a justa aplicação das medidas socioeducativas não pode prescindir da proibição de detenções ilegais ou arbitrárias. O ECA prevê, nos seguintes artigos, medidas que devem ser atendidas quando da prática de ato infracional pelo adolescente:

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

[...]

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

- I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- III - defesa técnica por advogado;
- IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. [...]

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

[...]

<sup>40</sup> Nesse sentido: “Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

<sup>41</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.<sup>42</sup>

O ECA abriga condições legais para que sejam operadas mudanças tanto na formulação das políticas públicas para a infância e a juventude quanto na estrutura e no funcionamento dos organismos que atuam na área. Apesar disso, salientam Cabral e Sousa (2004, p. 85) que a efetivação das alterações pretendidas pelo Estatuto ainda é um processo lento e difícil, pois,

[...] as culturas política, administrativa e técnica anteriores ao ECA e, principalmente, as condições objetivas da sociedade brasileira nas quais se observa o predomínio da pobreza e da desigualdade social continuam barrando os avanços que o Estatuto pressupõe e requer.

Nota Irene Rizzini (1995, p. 112) que,

a dualidade na defesa da criança e da sociedade adquire variadas feições em diferentes períodos históricos, de acordo com acontecimentos marcantes da vida social e política do país. E que a dualidade permanece essencialmente a mesma, apesar das profundas mudanças ocorridas no país no presente século, em particular aquelas que se processaram no campo jurídico em relação aos menores de idade.

Estruturalmente, as instituições de internato não se modificaram, bastando recordar as inúmeras denúncias à extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem - e à Fundação Casa, a exemplo das seguintes notícias:

Justiça condena antiga Febem por tortura no interior de SP.

[...]

As acusações foram feitas pelo Ministério Público com base em denúncias de agressões cometidas contra internos entre julho e agosto de 2003, sempre depois de rebeliões dos adolescentes.

Os depoimentos colhidos citam sessões de tortura e situações vexatórias.

Num dos casos registrados na unidade de internação Ribeirão Preto, os adolescentes tinham de passar por um corredor formado por policiais militares, que os agrediam com tapas, socos, pontapés e golpes de cassetete.

[...]

Já na unidade de internação Rio Pardo, os relatos eram de que os menores eram agredidos nus.

<sup>42</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

As sessões de violência eram promovidas por policiais da tropa identificada como "choquinho" ou por funcionários da própria Febem.

O promotor da Infância e Juventude à época, Marcelo Pedroso Goulart, afirmou que a política adotada no período para controle dos adolescentes era a tortura.<sup>43</sup>

Promotor apura denúncia de tortura na Fundação Casa de Ribeirão Preto (SP)

[...]

As agressões teriam sido cometidas anteontem pelo Geic (Grupo Especial de Intervenção e Contenção), conhecido como "Choquinho", numa alusão à Tropa de Choque da Polícia Militar. A entidade nega que tenha havido agressões, mas diz que abriu uma sindicância para apurar o caso.

[...]

Os membros do Geic são agentes da própria unidade treinados para agir em casos específicos. Eles entraram nas alas A e B da UIP e, segundo testemunhas, agrediram pelo menos oito internos-dois deles teriam ficado com marcas.

Ainda segundo testemunhas ouvidas pela **Folha**, durante a ação, os adolescentes gritaram por socorro.

Psicólogas e assistentes sociais que atenderam os menores depois das supostas agressões registraram o caso no livro de ocorrência da instituição e também o denunciaram à Ouvidoria da fundação. Segundo eles, esse tipo de violência tem sido frequente na unidade.<sup>44</sup>

Investigando o Centro Educacional São Miguel - unidade de internato da extinta Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará, Freitas (2011) enfatiza o abismo existente entre o ECA e o trabalho desenvolvido em instituições destinadas ao cumprimento de medidas socioeducativas de privação da liberdade para adolescente em conflito com a lei. Pondera:

Transcorridos mais de vinte anos do ECA (Brasil, 1990), particularmente questiono sobre a natureza de instituições de reclusão para jovens e adolescentes em conflito com a lei, no contexto da cultura da política institucional, ainda marcada por uma cultura de vigilância e de repressão, e por políticas governamentais que se ressentem das condições necessárias para a sua viabilização em uma perspectiva de cidadania, tanto em termos dos espaços físicos como da qualificação de pessoal.

[...]

Nas oficinas profissionalizantes – de cerâmica, pintura, fabricação de saneantes, carpintaria – são desenvolvidas atividades que, de fato, circunscrevem uma ideia de ajustamento, na tentativa, talvez, de reafirmar um suposto papel de submissão, buscando torná-los dóceis, maleáveis e flexíveis ao convívio institucional. Rebelando-se contra essa lógica, os adolescentes internos apresentam suas insatisfações [...]:

Não sou nem véi prá fazer essas coisas. Só tem coisa que eu não gosto. Eu queria era que conseguissem que eu tirasse a minha carteira de motorista, já vou completar 18 anos. Eu acho que eu ia gostar era de dirigir ônibus,

<sup>43</sup> BORLINA FILHO, Vencislau. Justiça condena antiga Febem por tortura no interior de SP. **Folha de São Paulo**, 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/914731-justica-condena-antiga-febem-por-tortura-no-interior-de-sp.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

<sup>44</sup> ARAÚJO, Hélia. Promotor apura denúncia de tortura na Fundação Casa de Ribeirão Preto (SP). **Folha de São Paulo**, 8 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/763774-promotor-apura-denuncia-de-tortura-na-fundacao-casa-de-ribeirao-preto-sp.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

dirigir carro, jogar futebol ou fazer curso prá montar computadores, sabe? (R.S, 17 anos).

Não gosto de nada que inventam fazer aqui. Nem faço questão de participar. Só participo porque é obrigado. Quero logo é ir embora. As pessoas aqui não ligam prá gente não. Só trabalham aqui porque são pagas prá isso, recebem salário. Essa é a verdade. (F.L.L., 17 anos). (FREITAS, 2011, p. 81-83).

A partir dos desabafos dos internos, conclui a socióloga que as instituições, assim como as prisões para adultos, não concretizam o objetivo para o qual foram criadas: a reeducação. Constituem-se em local de punição e encarceramento. Assim, entende que a disposição legal que define crianças e adolescentes como sujeitos de direito ainda possui uma dimensão utópica.

Salienta Freitas (2011) que dentro do espaço de reclusão, os próprios jovens se organizam em hierarquias e formulam seus próprios códigos de honra e conduta, arquitetados segundo a lógica da resistência, competição e aceitação. A privação da liberdade e o internato, portanto, não conduzem à desorganização dos grupos das ruas: eles formam novas regras de sociabilidade.

Apesar dos avanços instituídos pelo diploma legal de 1990, Volpi (2002) assevera que há um preconceito enraizado na opinião pública e em alguns profissionais, que reproduzem o estigma e o estereótipo dos adolescentes que cometem atos infracionais. Ressalva, porém, que há uma parcela crescente de profissionais que considera os adolescentes como pessoas em formação e, assim, “A prática do ato infracional não é incorporada como inerente à sua identidade, mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada”. (VOLPI, 2002, p. 7).

O Código de Menores de 1926 e o Estatuto da Criança e do Adolescente surgiram em períodos de forte instabilidade política e de mudanças profundas ocorridas no findar de cada século. Ambos são fruto de seu tempo. Apesar de substancialmente distintos, os textos refletem a preocupação para com a infância e juventude por parte do Estado, que, por sua vez, mostra-se improficiente para concretizar as balizas consagradas por essas leis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jorge Amado, ao escrever **Capitães da areia** em 1937, introduz um tema não comum à Literatura e tão atual e controverso, sendo sua leitura capaz de nos confrontar com um assunto dos mais degradantes de nossa realidade. Destilando lirismo, Amado instiga um olhar mais humano e cuidadoso acerca de crianças e adolescentes em perigo e perigosas. Coloca-os como protagonistas e apresenta-os como carentes em duplo sentido: econômico - visão prevalecente e enraizada na opinião pública - e afetivo - onde desperta o lado emocional do leitor e, se não o convence, ao menos estimula um posicionamento acerca do tema.

Outrossim, o texto amadiano reflete os mecanismos de controle da delinquência infanto-juvenil adotados à época de sua escrita, respaldados pela legislação então vigente: o Código de Menores de 1926. O capítulo Reformatório constitui-se numa reprodução da atuação das escolas de reforma.

A dose irônica amadiana desnuda a disparidade entre as classes e a real preocupação das autoridades policiais e judiciárias, que era a de proteção da ordem social e do patrimônio. O grupo “capitães da areia” não é visto por elas como crianças, mas, sim, como criminosos, como bandidos que vadiam pelos logradouros.

O Código de Menores de 1926, conquanto trouxesse em seu preâmbulo as palavras “assistência” e “proteção”, foi cunhado sob uma perspectiva discriminatória, uma vez que se voltava às crianças e aos adolescentes miseráveis. Assim, apesar de revestido de boa intenção, esse código buscava remediar a situação periclitante das ruas. Não se percebe uma compreensão mais profunda sobre a infância mediante um olhar dedicado ao lúdico e ao estudo. Intentava-se, em verdade, uma limpeza das vielas e becos, internando jovens para educá-los à subserviência e ao trabalho, por meio de castigos e violência. Apesar do discurso de “reforma” da moral e educação daquelas crianças, via-se um sistema degradante e corrompido.

O ECA, por sua vez, representa, textualmente, um avanço no que se refere à proteção e à assistência de crianças e adolescentes, transcendendo o dogma do jovem em situação irregular contido no Código de Menores de 1926. Como dito neste trabalho, suas letras, contudo, não têm eficácia face às conjunturas sociais e de políticas públicas perpetuadas no país. Especificamente quanto às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei, as instituições do Estado atuais não revelam um quadro menos humilhante e ofensivo que aquele retratado na obra amadiana: elas

não espelham o intento dos textos legais, pois não conseguem promover a reeducação, estando assentadas em disciplina, vigilância e clausura, desconsiderando aspectos do indivíduo e de sua identidade. Prevalece o banimento e o isolamento do que é nocivo à coletividade, em detrimento a outras práticas voltadas ao efetivo amparo e educação desses jovens.

Assombra a opinião pública os atos criminosos cometidos por “pequenos”, esquecendo-se ela que o abandono, a falta de carinho, os abusos e a violência cometidos contra eles, por vezes no próprio seio familiar, são os formadores de seres humanos desapegados a sentimentos que se julgam nobres. E, no caso de crianças de rua, essas não têm garantia de vida, mas, sim, de sobrevivência: convivem com suas próprias leis, seus próprios desafios e medos, roubando, extorquindo, prostituindo-se, drogando-se e machucando. A falta de referência e de cuidados retira-lhes desde muito cedo a dignidade. A sociedade, entretanto, trata-os e julga-os, geralmente, sem cotejar tais condições. A opinião pública e alguns juristas ainda possuem um olhar míope acerca do problema, buscando remédios, mas não a prevenção para a criminalidade.

**Capitães da areia** faz a representação social do “menor”, fundindo as dimensões do abandono, da carência e da delinquência, permitindo, assim, uma leitura da significação social desse agente no passado e no presente. O diálogo entre a ficção e as leis enseja, pois, a discussão sobre a legitimidade, a efetividade e o funcionamento jurídicos, suscitando, igualmente, a identificação de valores, condutas e práticas reconhecidos pela coletividade.

A análise da legislação *versus* o pragmatismo contribui ao enfrentamento do desafio que esse tema ainda hoje constitui. Embora os textos legais, cada qual dentro de seu contexto histórico-social, visassem a situações ideais, não alcançaram êxito: a repressão às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei não conseguiu alterar o estado de abandono no qual se encontravam. Um olhar sobre o passado e o presente estimula a ponderação sobre as bases que conduziram à perplexidade e à impotência perante um problema, ao menos, secular no país.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ívia. A difícil relação da crítica literária e a ficção de Jorge Amado. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.). **Leituras amadianas**. Salvador: Quarteto Editora, Casa de Palavras, 2007.

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ARAÚJO, Hélia. Promotor apura denúncia de tortura na Fundação Casa de Ribeirão Preto (SP). **Folha de São Paulo**, 8 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/763774-promotor-apura-denuncia-de-tortura-na-fundacao-casa-de-ribeirao-preto-sp.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et. al. 5. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.

BARTHES, Roland. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977**. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

BIBLIOGRAFIA. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=721&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BIOGRAFIA. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=718&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Fundação Casa de Jorge Amado**. Disponível: <[http://www.jorgeamado.org.br/?page\\_id=75](http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BORLINA FILHO, Vencislau. Justiça condena antiga Febem por tortura no interior de SP. **Folha de São Paulo**, 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/914731-justica-condena-antiga-febem-por-tortura-no-interior-de-sp.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)>.  
Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851**. Autoriza o Governo para reformar o ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em:  
<[http://ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art\\_catid=15&legislacao\\_ano=1851+-+1860&art\\_title=1851&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar\\_legislao](http://ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art_catid=15&legislacao_ano=1851+-+1860&art_title=1851&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar_legislao)>.  
Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em: <[http://ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art\\_catid=15&legislacao\\_ano=1851+-+1860&art\\_title=1854&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar\\_legislao](http://ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art_catid=15&legislacao_ano=1851+-+1860&art_title=1854&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar_legislao)>.  
Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.532, de 24 de janeiro de 1874**. Cria dez escolas públicas de instrução primária, do primeiro grau, no Município da Corte. Disponível em:  
<<http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1874-01-24;5532&url=http%3A%2F%2Fwww6.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D72655%26tipoDocumento%3DDEC%26tipoTexto%3DPUB&exec>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.849, de 09 de janeiro de 1875**. Aprova o regulamento do Asilo de Meninos Desvalidos. Disponível em:  
<<http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1875-01-09;5849&url=http%3A%2F%2Fwww6.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D70580%26tipoDocumento%3DDEC%26tipoTexto%3DPUB&exec>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6697.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

CABRAL, Suzie Hayashida; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 71-90, jun. 2004. Disponível em: <[www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20041213114955.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213114955.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.

CANUTO, Luís Cláudio. **Jorge Amado**: a crítica e a preservação da memória. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/?lnk=JORGE-AMADO-A-CRITICA-E-A-PRESERVACAO-DA-MEMORIA-0711-&selecao=MAT&materia=110665&programa=132>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

CURRICULUM. **Academia Brasileira de Lteras**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=727&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

DAMATTA, Roberto. Do país do carnaval à carnavalização: o escritor e seus dois brasis. **Cadernos de Literatura Brasileira**, n. 3, p. 120-135, mar., 1997.

DELGADO, Mauricio Godinho. Os princípios na estrutura do direito. **Revista do TST**, Brasília, v. 75, n. 3, p. 17-34, jul/set 2009. Disponível em: <[http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/13660/001\\_mauriciogodinhodelgado.pdf?sequence=1](http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/13660/001_mauriciogodinhodelgado.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

DEL PINO, Dino. Prefácio. In: TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo. (Orgs.). **Direito & literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

DISCURSO de Posse. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=723&sid=244>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

DUARTE, Eduardo de Assis. Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado. **Cadernos de Literatura Brasileira**, n. 3, p. 88-97, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. Jorge Amado: leitura e cidadania. In: RAMOS, Ana Rosa Neves et al. **Capitães da areia: II Curso Jorge Amado**. Salvador: FCJA, 2004, p. 39-50.

\_\_\_\_\_. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Natal: UFRN Editora Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. Livro resgata pioneirismo na obra de Jorge Amado. Entrevistador: José Castello. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1996, Caderno 2, p. D2. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960622-37502-nac-0084-cd2-d12-not>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

FERREIRA, Albuquerque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAGA FILHO, Walter. Meninos vadios, moleques e peraltas na Bahia oitocentista. In: RAMOS, Ana Rosa Neves et al. **Capitães da areia: II Curso Jorge Amado**. Salvador: FCJA, 2004, p. 61-82.

FREITAS, Rilda Bezerra de. O abismo entre a criança e a lei. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 4, n. 7, p. 79-98, jan/jun 2011.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e literatura**: anatomia de um desencanto – desilusão jurídica em Monteiro Lobato. Curitiba: Juruá, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direito e literatura**: ensaio de síntese teórica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **A sociologia do romance**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOMES, Álvaro Cardoso (Comp.). **Jorge Amado**: seleção de textos, notas, estudos histórico e crítico e exercícios. São Paulo: Abril Educação, 1981. (Literatura comentada).

\_\_\_\_\_. **Roteiro de leitura**: Capitães da areia de Jorge Amado. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Luciano Rodrigues. **De como Jorge Amado, da Bahia, navegou, por tanto tempo, fora do alcance dos canhões sem mira da crítica universitária brasileira**. Disponível em: <<http://www.docentes.uneb.br/lucianolima.old/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

LUCAS, Fábio. A contribuição amadiana ao romance social brasileiro. **Cadernos de Literatura Brasileira**, n. 3, p. 98-119, mar. 1997.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande epopeia. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

MACHADO, Ana Maria. **Jorge Amado**: uma releitura. Disponível em: <<http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/Machado75.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

MAIA, João Domingues. **Língua, literatura e redação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. V. 3.

MATIAS, Pedro. Jorge Amado: entre a ética e a estética. **Conhecimento Prático Literatura**, n. 44, p. 35-43, 2012.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: prosa. São Paulo: Cultrix, 1987.

NOTÍCIAS. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3944&sid=465>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Capitães da areia: um documento. In: RAMOS, Ana Rosa Neves et al. **Capitães da areia**: II Curso Jorge Amado. Salvador: FCJA, 2004, p. 51-60.

PEREIRA, Lusia Ribeiro; OLIVEIRA, Débora Elisa Marinho de. **Uma leitura dos direitos sociais em Capitães da Areia**. Disponível em:

<[www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/03\\_393.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/03_393.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011.

RAMOS, Ana Rosa Neves. O “Velho Marinheiro” e os Capitães da areia. In: \_\_\_\_\_ et al. **Capitães da areia**: II Curso Jorge Amado. Salvador: FCJA, 2004, p. 19-38.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: \_\_\_\_\_; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 99-168.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à

infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 243-298.

SANTOS, Tomazia Maria Santana de Azevedo. **O poder dos homens na cidade das mulheres**. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <[http://www.posafro.ufba.br/\\_ARQ/dissertacao\\_tomazia\\_santos.pdf](http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_tomazia_santos.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

SCHWARTZ, Germano. **A Constituição, a literatura e o direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SOARES, Angelo Barroso Costa. **Academia dos rebeldes**: modernismo à moda baiana. 2005. 204f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2005. Disponível em: <[http://tede.uefs.br/tedesimplificado/tde\\_arquivos/1/TDE-2006-06-29T191838Z-3/Restrito/Angelo%20Barroso%20Soares.pdf](http://tede.uefs.br/tedesimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2006-06-29T191838Z-3/Restrito/Angelo%20Barroso%20Soares.pdf)>. Acesso em 13: jul. 2013.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. Direito e literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; COPETTI NETO, Alfredo. (Orgs.). **Direito & literatura**: reflexões teóricas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 11-68.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.